



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Júlia Aparecida Costa Martins

**TRABALHO, EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL:
interfaces com as contrarreformas do Estado brasileiro**

Porto Alegre
2023

JÚLIA APARECIDA COSTA MARTINS

**TRABALHO, EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL:
interfaces com as contrarreformas do Estado brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosa Maria Castilhos Fernandes

Porto Alegre

2023

JÚLIA APARECIDA COSTA MARTINS FLORES

**TRABALHO, EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL:
interfaces com as contrarreformas do Estado brasileiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Política Social e Serviço Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 29 de março de 2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^ª Eblin Joseph Farage – PPGSSDR/UFF

Prof Dr Ney Luiz Teixeira de Almeida – PPGSFSS/UERJ

Prof^ª Dr^ª Thaísa Teixeira Closs – PPGPSSS/UFRGS

Porto Alegre

2023

Dedico este trabalho para minha avó, Jecy
Lopes (*in memoriam*), cuja trajetória
representa os desafios e a potência da classe
trabalhadora, sem perder a ternura, mas com
muita firmeza sempre, típica de uma mulher.

AGRADECIMENTOS

Em todas as minhas conquistas cito a figura da minha mãe, e desta vez não poderia ser diferente. Maria sempre valorizou meus estudos, apesar de não ter podido estudar como queria na juventude, pois a necessidade exigiu que o trabalho se tornasse realidade muito cedo. Obrigada, mãe amada, por ter tido tanta determinação e tanta força.

Agradeço a minha avó, que teve sua carteira de trabalho assinada aos 12 anos de idade. Jecy era o exemplo de que não precisava frequentar espaços formais de educação para ser inteligente. Sem seus cuidados não chegaria até aqui.

Agradeço ao meu amado companheiro, Douglas, que desde a época do Colégio Militar de Porto Alegre é o meu melhor amigo. Obrigada pelo apoio incondicional.

Todo meu agradecimento à Professora Rosa, minha orientadora. Quis o destino que nos encontrássemos, e que sorte eu tive. Obrigada por todo apoio, dedicação e carinho, tua força e tua luz me inspiram.

Obrigada aos membros da minha banca, Professora Eblin, Professor Ney e Professora Thaísa que me acompanham desde a qualificação, proporcionando aprendizados essenciais para esta construção.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é resultado da pesquisa que teve como questão central: de que maneira a relação entre o trabalho profissional e a educação vem sendo apreendida pelos assistentes sociais egressos de Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas do Rio Grande do Sul (RS), na conjuntura de contrarreformas no Brasil do período pós-golpe de 2016 a 2021? Seu objetivo é analisar como se dá a apreensão da relação do trabalho profissional e da educação pelos assistentes sociais egressos de Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas Federais do RS diante da conjuntura de contrarreformas no Brasil do período pós-golpe (2016-2021). Destacam-se enquanto objetivos específicos: desvelar as formas de inserção profissional dos assistentes sociais egressos nos espaços socio-ocupacionais diante da conjuntura brasileira de contrarreformas; conhecer os desafios e as potencialidades observadas pelos assistentes sociais egressos acerca da relação entre o trabalho profissional e a educação na conjuntura de contrarreformas no Brasil; identificar as estratégias de educação permanente que os assistentes sociais egressos vivenciam para a realização do trabalho nos espaços socio-ocupacionais. O método empregado foi o materialismo histórico dialético, pautado na Teoria Social de Marx, que subsidiou, ao longo do estudo, reflexões sobre a inserção profissional de assistentes sociais no período de contrarreformas do Estado entre 2016 e 2021. Para tanto, as categorias teóricas que nortearam a pesquisa foram: educação, trabalho, Serviço Social, contrarreformas e educação permanente. É uma pesquisa social, de natureza qualitativa, que teve como instrumento de coleta de dados o questionário e o grupo focal. Contou com a participação de 59 assistentes sociais formados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela Universidade Federal de Santa Maria e pela Universidade Federal do Pampa. Sua metodologia de análise foi análise de conteúdo, com base em Bardin. Dentre os principais resultados do processo investigativo, há a conclusão de que os assistentes sociais formados pelas universidades públicas federais do RS reconhecem os impactos das contrarreformas entre 2016 e 2021 na sua formação e no trabalho profissional e enxerga na educação permanente uma estratégia de enfrentamento a essa realidade. Esses profissionais observam diferentes modalidades de contratação, com vínculos cada vez mais fragilizados; um Estado menor, interferindo no repasse às políticas públicas sociais; e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, o que inclui os próprios profissionais e os usuários.

Palavras-chave: trabalho; educação; Serviço Social; contrarreformas; educação permanente.

ABSTRACT

This master's thesis in Social Policy and Social Work at the Federal University of Rio Grande do Sul is the result of research that had as its central question: how the relationship between professional work and education has been apprehended by social workers Graduates of Social Work Courses at Public Universities in Rio Grande do Sul, in the context of counter-reforms in Brazil in the post-coup period from 2016 to 2021? Its objective is to analyze how the relationship between professional work and education is apprehended by social workers who graduated from Social Service Courses at the Federal Public Universities of Rio Grande do Sul in the face of the conjuncture of counter-reforms in Brazil in the post-coup period (2016-2021). They stand out as specific objectives: to reveal the forms of professional insertion of social workers in socio-occupational spaces in the face of the Brazilian conjuncture of counter-reforms; get to know the challenges and potentialities observed by social workers about the relationship between professional work and education in the context of counter-reforms in Brazil; to identify the strategies of permanent education that the social workers experience to carry out the work in the socio-occupational spaces. The method used was dialectical historical materialism, based on Marx's Social Theory, which supported, throughout the study, reflections on the professional insertion of social workers in the period of State counter-reforms between 2016 and 2021. Therefore, the theoretical categories that guided the research were: education, work, Social Service, counter-reforms and permanent education. It is a social research, of a qualitative nature, which used the questionnaire and the focus group as data collection instruments. It had the participation of 59 social workers graduated from the Federal University of Rio Grande do Sul, the Federal University of Santa Maria and the Federal University of Pampa. His analysis methodology was content analysis, based on Laurence Bardin. Among the main results of the investigative process, there is the conclusion that social workers trained by federal public universities in Rio Grande do Sul recognize the impacts of the counter-reforms between 2016 and 2021 on their training and professional work and sees permanent education as a strategy to face this reality. These professionals observe different hiring modalities, with increasingly fragile bonds; a smaller State, interfering in the transfer to public social policies; and the precariousness of living conditions for the working class, which includes professionals and users.

Keywords: work; education; Social Work; counter-reforms; permanent education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Sobre a forma de ingresso na graduação em Serviço Social por Cotas.....	30
Gráfico 02 – Sobre a realização de atividade remunerada ou bolsa na graduação	30
Gráfico 03 – Sobre a renda mensal familiar	31
Quadro01 – Síntese das áreas/políticas e dos espaços socio-ocupacionais de atuação dos assistentes sociais	51
Gráfico 04 – Sobre a faixa de remuneração dos assistentes sociais que desempenham atividade remunerada	57

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CRFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
EC – Emenda Constitucional
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
GPETPS – Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
NUCRESS – Núcleo de Base do Conselho Regional de Serviço Social
OMS – Organização Mundial da Saúde
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PL – Projeto de Lei
PPGPSSS – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS – Rio Grande do Sul
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários
TCLE – Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	22
2	EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL	35
2.1	FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL COMO PREMISSA PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL	35
2.2	A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO	66
2.3	EDUCAÇÃO PERMANENTE: COMPREENSÕES PARA ESTRATÉGIAS NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO PROFISSIONAL.....	84
3	ESTADO E CONTRARREFORMAS: APONTAMENTOS PARA A DISCUSSÃO DA QUESTÃO SOCIAL	96
3.1	AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO BRASILEIRO: PERÍODO PÓS-GOLPE DE 2016 A 2021 EM ESTUDO	103
3.2	QUESTÃO SOCIAL ENQUANTO FIO CONDUTOR DO ESTUDO	115
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	129
	APÊNDICE A – termo de anuência à coordenação do curso de Serviço Social	141
	APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido – questionário..	143
	APÊNDICE C – Questionário	147
	APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido – Grupo Focal .	150
	APÊNDICE E – Roteiro	153

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se configura como dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisadora, inserida na Linha de Pesquisa Estado, Sociedade e Políticas Sociais do referido Programa, faz parte do Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais (GPETPS), coordenado pela Professora Rosa Maria Castilhos Fernandes. O GPETPS tem como objetivo pesquisar sobre políticas sociais públicas, educação permanente e trabalho, direitos especiais, coletivos indígenas e ações afirmativas, entendendo a pesquisa para além da produção de conhecimento, mas enquanto possibilidade de transformação da sociedade. As produções do GPETPS são divulgadas, além dos meios tradicionais como em eventos, publicação de periódicos, organização de livros, dentre outros, por meio do Blog Trajetórias de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹, apresentado enquanto Projeto de Extensão, que tem sido um espaço virtual de socialização do conhecimento construído coletivamente e de diálogo com a sociedade, incluindo a classe trabalhadora e, nesta também, os assistentes sociais.

Dentre os inúmeros temas que merecem atenção neste cenário de barbárie pelo qual passa a sociedade brasileira, a pesquisadora optou por iniciar um processo investigativo sobre o trabalho e a educação, no âmbito das políticas sociais públicas, não apenas em decorrência do protagonismo que essas duas categorias possuem diante de um contexto de expropriação e violação de direitos da classe trabalhadora, mas também levando em consideração as observações possibilitadas no locus de trabalho da profissional. Evidencia-se, portanto, um compromisso ético e político desde então: reconhecendo a relevância de se falar sobre a educação e trabalho em prol dos estudantes e dos trabalhadores que sobreviveram sob o comando de um governo ultraneoliberal, registrando o período histórico compreendido entre 2016 e 2021.

Principalmente em tempos tão sombrios e obscuros pelos quais se passou, cujos resquícios serão observados por muitos anos, é essencial reafirmar a importância da pesquisa para a sociedade. Portanto, a pesquisa pode ser apreendida como resistência em um momento de conflito entre a ciência e o negacionismo. O censo de 2020 no Brasil não foi realizado em decorrência do corte de verbas do governo federal, os estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sobre as queimadas na Amazônia foram desprezados pelo

¹ Blog Trajetórias de Educação Permanente no SUAS, disponível em: <https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/>.

governo de Jair Messias Bolsonaro. São perdas irreparáveis para a ciência e para a coletividade, que veem prejudicados os subsídios para a formulação de políticas públicas. A pandemia do novo Coronavírus (Sars-cov), que surpreendeu o mundo inteiro, foi um desafio para todos os governantes, visto que era um vírus desconhecido, cuja vacina levaria um tempo para ser desenvolvida. No entanto, a pandemia afetou os países de forma diferente, escancarando a desigualdade social em caráter mundial. Para Farage (2021, p. 2), “Na particularidade de países de capitalismo dependente, como o Brasil, com histórico escravocrata e patriarcal, os efeitos da crise estrutural internacional são avassaladores”.

Tanto em âmbito nacional como internacional, a preocupação com o lucro em detrimento da preservação de vidas foi evidenciada (FARAGE, 2021), e a desigualdade entre os países pobres e ricos foi explicitada na distribuição das vacinas. A recusa à cientificidade foi manifestada explicitamente no contexto da pandemia de Covid-19, que conta, até fevereiro de 2023, com aproximadamente 700 mil mortes. Dentre os pronunciamentos do antigo Chefe do Executivo brasileiro diante da maior crise sanitária enfrentada pela sociedade nas últimas décadas, destacam-se: “Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja potencializado até por questões econômicas”, negando a importância do isolamento social e das medidas de higiene recomendada por organismos internacionais e nacionais; “É só uma gripezinha”, menosprezando os efeitos da doença; “Eu não sou coveiro”, em resposta a um jornalista quando indagado sobre o número de mortes; “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso”, afirmando ser contrário à vacinação; “O cara que entra na pilha da vacina é um idiota”, reafirmando seu posicionamento desfavorável à vacina, mesmo após certificação científica de instituições de credibilidade internacional e nacional; “Quem pegou o vírus está imunizado”, em referência à imunidade de rebanho, tese afastada pela ciência (QUEIROZ, 2022).

Portanto, reafirmar a importância da pesquisa é, também, um instrumento de denúncia a tanto descaso com a vida e com a dignidade dos trabalhadores brasileiros, evidenciado no contexto pandêmico da Covid 19 e antes dele, em crescente movimento de desproteção social desde, principalmente, o ano de 2016. Tal contexto de crise sanitária, assim como social, política e econômica, registrou um dos momentos mais difíceis já vividos na contemporaneidade. O atual cenário brasileiro de contrarreformas em curso no Brasil se constitui em profícuo objeto de estudo no campo das ciências sociais e humanas, no qual está situado o Serviço Social.

A educação, enquanto política e categoria da realidade social, e em especial a educação superior, também sofre impactos das contrarreformas, que ao longo desta

dissertação serão tratados. Já o trabalho, de igual maneira, tem implicações oriundas das medidas adotadas desde 2016, pelas quais se observa um cenário de precarização das políticas sociais públicas. Destaca-se, então, a educação superior voltada à formação de assistentes sociais no Brasil, assim como o trabalho profissional dos assistentes sociais, que estão inseridos nesse contexto de cortes orçamentários e desmonte de um conjunto de direitos sociais da classe trabalhadora na conjuntura brasileira.

Contudo, é relevante salientar que as contrarreformas, apesar de a dissertação enfatizar as ocorridas entre o período de 2016 e 2021, não estão presentes apenas neste período no Brasil. O povo brasileiro as conhece a partir das medidas adotadas principalmente no período após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988). Não se pode, inclusive, considerar a intensificação das contrarreformas dos últimos anos como marco inicial do período de desmonte de direitos da população. Antes mesmo de o Estado se pronunciar legal e formalmente, muitas práticas já estavam presentes na realidade de muitos trabalhadores brasileiros, a exemplo do desrespeito à Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), apenas legitimado com a contrarreforma de 2017.

O assistente social, trabalhador cujo objeto de intervenção são as expressões da questão social, necessita acompanhar as transformações da realidade, as quais, muitas vezes, são mais céleres do que os estudos que as procuram compreender. Apesar de o trabalho ser uma categoria consolidada para o Serviço Social, suas constantes transformações e sua centralidade para o exercício profissional fazem com que se tenha a necessidade de permanente estudo. Da mesma forma, a educação, compreendida a partir do modo de produção capitalista, também sofre alterações para atender aos interesses do capital. Há, portanto, a necessidade de se apreender as duas categorias de forma relacionada, contextualizada com o processo da realidade.

Tanto a educação quanto o trabalho são categorias inseridas nesse contexto, passam por modificações e necessitam, portanto, de constante estudo. Nesse sentido, torna-se relevante analisar a relação entre as duas categorias quando se compreende sua ligação intrínseca, indissociável e contraditória, visto que um dos objetivos da educação formal é a preparação para o mercado de trabalho. Entretanto, a proposta pedagógica do Serviço Social ultrapassa a lógica tecnicista da educação e se baseia em um Projeto Ético-Político que norteia a regulamentação, princípios e diretrizes da profissão. Destaca-se o 8º Princípio Fundamental do Código de Ética Profissional, que defende a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2012a, p. 24).

Dessa forma, estudar a relação entre educação e trabalho, incluindo e enfatizando o processo formativo e o trabalho profissional em Serviço Social, é de suma importância para que se consiga compreender esse fenômeno. A relação entre as duas categorias, originalmente ontológica, hoje dá espaço para uma perversidade cada vez mais escrachada do capital, na qual a educação serve apenas para a reprodução da lógica do capital (SAVIANI, 2007). Principalmente a partir de 2016 – ano em que a presidente Dilma Rousseff sofreu *impeachment* – com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241 (transformada em Emenda Constitucional – EC - nº 95/2016), conhecida por PEC da Morte, que estipulou o teto de gastos públicos, diminuindo o repasse para as políticas sociais, como a Educação, a Saúde e a Assistência Social, entre outras afetadas, observa-se um cenário perfeito para o capital acirrar e maximizar seus lucros por meio da exploração e apropriação da força de trabalho do trabalhador (BRASIL, 2016a).

Neste estudo destacam-se, portanto, três grandes contrarreformas que sustentam as reflexões desta pesquisa e contribuem para a compreensão sobre a realidade dos assistentes sociais: a Emenda Constitucional (EC) nº 95 (2016), a Contrarreforma Trabalhista (2017), a Contrarreforma da Previdência (2019) (BRASIL, 2016; 2017; 2019)², que serão tratadas ao longo da revisão de literatura desta investigação. O trabalho deu ênfase às contrarreformas do período pós-golpe (2016-2021), pois entende que o *impeachment* da presidente Dilma ocorreu, principalmente, para que a agenda de desmontes pudesse ter prosseguimento em prol dos interesses do capital. São contrarreformas que atingem diretamente toda a classe trabalhadora, abrangendo os atuais, os futuros e os recém-formados assistentes sociais que dela fazem parte.

Tanto a educação quanto o trabalho são impactadas pelas contrarreformas em discussão nesta caminhada investigativa. A educação formal, no modo de produção capitalista, não oferece subsídios para a emancipação da classe trabalhadora, pelo contrário, estabelece e recria parâmetros para a perpetuação dos interesses do capital (MÉSZÁROS, 2008). Para Paulo Freire (2019), a educação é um processo que deve valorizar os conhecimentos e vivências dos próprios sujeitos, a partir da sua realidade, configurando, assim, uma possibilidade para sua emancipação. Marx (2013) também destaca a potencialidade do materialismo histórico dos indivíduos enquanto seres sociais, pois por meio das lutas travadas contra o capital, os trabalhadores passam por um processo de

² Pretendia-se incluir a Contrarreforma Administrativa, conhecida por Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 32, mas felizmente ela não teve prosseguimento nas votações do Congresso Nacional. Atualmente, a promessa é que, no novo Governo do Presidente Lula, ela seja arquivada.

aprendizagem, o que, segundo o autor, é uma tática importante para se alcançar o objetivo final: a superação da sociedade capitalista. No entanto, Marx alertava, desde o desenvolvimento industrial, que a escola formal é um meio de domesticação que transforma o homem em máquina (MARX, 2013).

Assim, desde a Revolução Industrial, a educação formal passou a ser necessária para que os trabalhadores fossem profissionalizados e capacitados a operarem o maquinário que, drasticamente, possibilitou a troca em larga escala do trabalho vivo pelo trabalho morto. De acordo com os modos de organização da sociedade capitalista, diversos modelos educacionais foram empregados. Progressivamente, a produção intensificou o fetichismo presente no capital, tornando o homem apêndice das máquinas e humanizando o capital à medida que coisificava as relações humanas (MARX, 2013).

Há, portanto, uma contraditoriedade presente na educação: compreendida de forma ampla, pode ser, ao mesmo tempo, possibilidade de emancipação e perpetuadora das condições para o desenvolvimento do capitalismo. Apesar de poder contribuir para a promoção de uma sociedade menos desigual, na hegemonia neoliberal predominante, constata-se que está mais perceptível como mercadoria do que como direito social, ilustrando o caráter contraditório das próprias políticas sociais (RAICHELIS, 2018). Dessa forma, entende-se a educação, muitas vezes, como reprodutora de desigualdades sociais: a atual configuração, tecnicista, mantém o *status quo* da sociedade (GANDIN; GOLBSPAN, 2017).

Nesse sentido, a formação em Serviço Social também desempenha uma tarefa contraditória: ao mesmo tempo em que defende uma nova sociabilidade, prepara os futuros assistentes sociais para a inserção técnica no mundo do trabalho, oferecendo e possibilitando condições para o desenvolvimento da lógica produtivista do capitalismo. Para Raichelis (2018), o mercado de trabalho recruta as profissões, que ocupam posições específicas na divisão social e técnica do trabalho e respondem às exigências oriundas da relação entre a luta de classes e o Estado, oferecendo respostas institucionais às expressões da questão social. O Serviço Social, portanto, também está inserido nessa lógica de recrutamento.

Assim, novas formas de educação devem ser pensadas, além da educação formal, para que a educação não sirva somente para a manutenção dos interesses do capital através da convocação de mão de obra. Neste estudo o foco é na educação permanente, pois se trata de um processo pedagógico que se apresenta como uma estratégia de rompimento dessa lógica, pois ultrapassa os espaços formais e valoriza os aprendizados do cotidiano de trabalho dos profissionais, visto que o trabalho é, inclusive, um espaço nato de aprendizagem. Além disso, a educação permanente é, ainda, resistência frente ao crescente processo de precarização do

trabalho e possibilidade de reorganização do mesmo e da própria classe trabalhadora, uma vez que possibilita a reflexão crítica das situações que se apresentam nesses espaços. (FERNANDES, 2016).

Portanto, tendo a compreensão da relação do trabalho e da educação como tema central do percurso investigativo, a saber: a relação do trabalho profissional e da educação sob a ótica dos assistentes sociais egressos diante das contrarreformas do Estado brasileiro de 2016 a 2021. Assim, o estudo abordou a relação entre a educação e o trabalho desde sua compreensão mais genérica, até encontrar as especificidades da formação e do trabalho profissional em Serviço Social. Explorou, então, as formas de inserção profissional dos assistentes sociais egressos de Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas do Rio Grande do Sul, a partir das contrarreformas do Estado brasileiro observadas desde 2016, que, além de impactar o ensino superior, alteram significativamente as possibilidades de atuação nos espaços socio-ocupacionais desses profissionais recentemente formados. Dessa forma, as contrarreformas impactam diretamente no trabalho dos assistentes sociais e impactaram, também, em sua formação recente, visto que datam de 2016, o que justifica o estudo tanto da formação quanto do trabalho dos recentes assistentes sociais. Contudo, se entende que as contrarreformas precarizaram um cenário que não se aproximava do ideal, o que é impossível em uma sociedade capitalista, mas acirrou processos de desmontes há tempos observados no País.

Cabe salientar que os assistentes sociais formados no período destacado de contrarreformas, entre 2016 e 2021, em algumas passagens desta sistematização, serão tratados também enquanto egressos, a fim de delimitar que são profissionais formados há pouco tempo, e que enfrentam o cenário de precarização do País desde a formação até a inserção profissional. No entanto, não se teve o intuito de excluir a subjetividade dos sujeitos dos quais se fala, os assistentes sociais, profissionais de Serviço Social, mas sim de dar ênfase a um conjunto de profissionais que, em comum, vivenciam a formação e o trabalho em tempos tão adversos.

Assim, a proposta da pesquisa surge a partir das vivências e experiências profissionais da pesquisadora, no âmbito da educação formal do ensino superior, cujo objetivo é formar assistentes sociais para o exercício profissional. Servidora pública desde 2018 na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a autora é lotada em um espaço socio-ocupacional relativamente recente até o momento, o que também sustenta sua caminhada investigativa: Departamento de Serviço Social. Logo, destaca-se que esse espaço é potencialmente instigante no âmbito da política de educação superior, e em especial no

Serviço Social, pois conta com profissionais da área em um espaço cujo objetivo é a formação de assistentes sociais. Dessa forma, os Cursos de Serviço Social das universidades públicas do Rio Grande do Sul (RS), que são relativamente recentes, inaugurados a partir de 2006, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), contam com esse nicho de atuação em seu quadro de recursos humanos.

Embora a relação do Serviço Social com a Educação seja de longa data³, o Curso de Serviço Social enquanto um espaço socio-ocupacional novo de inserção dos assistentes sociais proporcionou desafios à pesquisadora, mas também muitas potencialidades no trabalho profissional. Apesar de apresentar competências e atribuições peculiares, a concepção de educação que orienta o trabalho profissional dos assistentes sociais na política é una, e está vinculada ao Projeto Ético-Político da profissão, comprometido com a classe trabalhadora, indo ao encontro de uma nova direção política no intuito de estabelecer uma educação emancipadora (CFESS, 2013).

Ser assistente social na Política de Educação e conviver tão próximo a estudantes permite vivenciar experiências ímpares e conhecer as angústias e as expectativas de futuros colegas de profissão. Além disso, permite, infelizmente, que se observem de perto os sucessivos ataques e cortes orçamentários pelos quais passam as Universidades Públicas brasileiras. Tendo como uma das frentes de trabalho a gestão e assessoria no âmbito dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios, assim como atividades direcionadas aos formandos e egressos, foi inevitável observar algumas peculiaridades da relação entre formação e inserção profissional.

Assim, as inquietações da pesquisadora partem de algumas expectativas compartilhadas pelos estudantes, como, por exemplo, o desejo pelo ingresso em alguma instituição pública, visando à segurança e à estabilidade profissional. Porém, ao observar, concomitantemente, a ausência de concursos públicos⁴, percebeu que poderia haver uma lacuna que precisa ser discutida. No lugar de concursos públicos, na região central do RS, por conta dos modelos de gestão do Estado que vêm precarizando as relações de trabalho e retraindo as iniciativas estatais em um processo de desresponsabilização com a coisa pública, observam-se contratações por meio de seleção pública, para cargos temporários e

³ Para Almeida, “a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise” (CFESS, 2013, p. 15-16).

⁴ Conforme a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19, foi proibida a realização de novos concursos públicos até 31 de dezembro de 2021 e as seleções estão limitadas para o atendimento às demandas da situação de calamidade pública (BRASIL, 2020a).

terceirizados (socialização que ocorre, muitas vezes, pelos próprios assistentes sociais no grupo de *WhatsApp* do Núcleo de Base do CRESS – NUCRESS – Centro). A mestranda observou, também, algumas empresas exigindo que os assistentes sociais ingressem por meio de microempreendedor individual (MEI), na tentativa de extinguir os vínculos trabalhistas. Percebeu, ainda, alguns egressos do Curso de Serviço Social da UFSM se inserindo em outras atividades diferentes da área de formação, não concretizando seu planejamento da época na faculdade.

As observações da pesquisadora, então, conflitam-se com o cenário de contrarreformas do Estado brasileiro. Além disso, como fator agravante, nos anos de 2020 e 2021, a pandemia de Covid-19, já citada nesta introdução, originou uma grande crise sanitária, intensificando a crise econômica e social já instituída anteriormente. A pandemia se configurou, assim, como um agravante das condições de vida já inadequadas da população, que tinha, muitas vezes, que realizar a “escolha” entre viver, se protegendo do vírus, ficando, em sua maioria, em situação de insegurança alimentar, e trabalhar, sob o risco contaminação pelo vírus. Os que não tiveram o direito de preservação da vida e permaneceram trabalhando presencialmente nos seus locais de trabalho ainda contaram com a medida absurda do governo de enfrentar a pandemia com a redução de seus salários por meio de acordos que passaram a ser permitidos, sob o pretexto de “preservar” os empregos durante a crise. Ao invés de se estabelecerem políticas céleres e eficientes para se preservar a vida dos cidadãos, optou-se por uma política genocida, de exposição ao vírus dos mais vulneráveis e com redução de um salário insuficiente para as necessidades mais básicas de sobrevivência.

Cabe salientar que tanto as contrarreformas quanto a pandemia configuram um cenário de violação de direitos, de transformação nas condições de vida dos sujeitos, com os quais os assistentes sociais trabalham. Em 2021, o Brasil atingiu o maior índice histórico de desemprego, alcançando mais de 14 milhões de brasileiros representando mais de 14% da população); já em 2023, é possível observar o trimestre de setembro a novembro de 2022 com taxa de 8,1% de desempregados, mas a custo de muitos trabalhos informais, cujo ápice ocorreu no trimestre encerrado em maio de 2022, ao lado da tímida evolução do número de empregos com carteira assinada (CARNEIRO, 2022; CAVALLINI, 2023; IBGE; 2023).

O Brasil, conta com 125 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar e com 33 milhões de cidadãos que passam fome, em um contexto alternado de ausência de benefício ou concessão de auxílio emergencial que destoa da realidade brasileira, cujo valor não compra sequer uma cesta básica, cujo valor aumentou em todas as 17 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em

dezembro de 2022 (PENSSAN, 2022; DIEESE, 2023). Em contrapartida, o mesmo Brasil que eleva a quantidade de sua população em situação de insegurança alimentar, apresenta 11 novos bilionários, o que ilustra perfeitamente a lógica do capital: a crise definitivamente não atinge todos da mesma forma (ESTADÃO, 2021).

Enquanto estudante de pós-graduação, a pesquisadora também enfrentou seus desafios no desenvolvimento da pesquisa, pois desde o processo seletivo realizou as atividades de forma remota. Foi um momento em que a vida pública e a vida privada não possuíam mais distinção. Trabalhar e estudar em casa foi um privilégio, um direito que poucos tiveram durante esse período, mas não foi fácil. Realizar o mestrado nessas condições apresentou algumas limitações, que se refletiram enquanto frustrações também. Com certeza o aprendizado seria diferente em sala de aula, em contato físico com os professores e colegas, com cafezinhos e trocas que só os intervalos e conversas de corredor dentro de uma universidade possibilitam. Por outro lado, o ensino remoto, tão necessário para a preservação da vida dos envolvidos com a educação, possibilitou encontros que na presencialidade seriam mais dificultados. Contudo, foi o mestrado possível, a partir de um momento de sofrimento sentido por todos, pelo acompanhamento dos inacreditáveis números de mortes compartilhados diariamente, sentidas mais ou menos de perto.

As contrarreformas afetam e afetarão diretamente os processos de trabalho em que se inserem ou inserir-se-ão os futuros e recentes assistentes sociais, assim como incidem na sua própria proteção social enquanto trabalhadores. Elas incidem nas políticas públicas, interferindo diretamente no trabalho dos assistentes sociais, que desempenham suas atividades e diferentes mediações nos espaços socio-ocupacionais que visam materializar essas políticas públicas por meio da efetivação do acesso da população aos seus direitos sociais. Portanto, o processo histórico por que se passa exige máxima atenção e necessita ser registrado nas pesquisas brasileiras. Apenas com esse registro científico poder-se-á auxiliar na recuperação da proteção social do Brasil, que levará, provavelmente, um longo e difícil período para se reerguer diante do processo de destruição das políticas sociais e expropriação de direitos.

As contrarreformas, ainda, intensificam o processo de precarização do trabalho. Antunes (2018) destaca que “a classe que vive do trabalho” conta com novas e sofisticadas formas de exploração, mais instáveis e inseguras, como a uberização, a pejetização e a terceirização, por exemplo, na tentativa de disfarçar o assalariamento. As formas de trabalho precarizadas aliadas à elevadíssima taxa de desemprego dos últimos anos propiciam um cenário ideal para o capitalismo, no qual os sujeitos se submetem a quaisquer experiências

para sobreviver, acreditando, muitas vezes, serem “empreendedores” por “poderem escolher” o horário que vão trabalhar, quando na verdade não contam com nenhum tipo de proteção.

Conforme dados do DIEESE, o trabalho após a pandemia acirrou o processo de precarização pelo qual os trabalhadores já estavam passando. O mascarado “empreendedorismo”, durante o período da pandemia de Covid-19, contou com salários mais baixos do que as atividades “empreendedoras” antes da crise sanitária: quem começou a realizar atividades por conta própria depois da Pandemia teve rendimento equivalente a 69% do rendimento de quem já realizava atividades por conta própria. Além disso, 75% desses “empreendedores” pandêmicos não contavam com CNPJ e não contribuíam para a Previdência Social (DIEESE, 2022). Cenário que retrata parcialmente os novos postos de trabalho no Brasil.

O objeto de estudo desta pesquisa, portanto, se revelou de essencial importância para ser aprofundado, visto que confere um olhar atento aos assistentes sociais egressos de Serviço Social, que estão encontrando um cenário de precarização do trabalho profissional e das políticas sociais, o que interfere significativamente nas suas escolhas e possibilidades profissionais. No entanto, de forma alguma se tem a pretensão de esgotar o tema com esta dissertação, nem mesmo elaborar uma solução para o desafio observado, pois o processo de conhecimento é constante. Para Minayo (2011, p. 23), a pesquisa “é uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”. É necessário saber se os assistentes sociais estão inseridos nos espaços socio-ocupacionais de Serviço Social e de que estratégias se utilizam para ingresso e permanência no trabalho. Dessa forma, será possível refletir, também, sobre o papel que a universidade tem ocupado sobre essas questões e se os cursos estão atentos a essas transformações.

As universidades passaram por um período importante de democratização de acesso e permanência, contando com ações específicas para essas etapas, principalmente a partir dos anos 2000, facilitando o acesso no ensino superior, a exemplo do REUNI, do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) (IAMAMOTO, 2014). Ações, inclusive, cada vez mais ameaçadas pela quantidade de cortes que a Educação vem passando, comprometendo o futuro da ciência no País⁵. No entanto,

⁵ O recente corte de 4,2 bilhões que atingiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico vetou verbas destinadas às Universidades. Salienta-se, no entanto, que esse corte, datado do ano de 2023, ainda é

ações destinadas aos egressos ainda são escassas. Por isso, é de extrema relevância pensar nesses novos profissionais. O Ministério da Educação (MEC), inclusive, tem destinado maiores indicadores de avaliação sobre os egressos, ilustrando a relevância do tema. Portanto, conhecer as percepções dos assistentes sociais egressos sobre esse cenário e sobre a realidade dos espaços socio-ocupacionais significa pensar na direção da formação profissional e dar voz aos sujeitos da universidade que enfrentarão essa realidade e procurarão se inserir profissionalmente, mediante diferentes estratégias. Assim, a pesquisa tem como base o compromisso ético e político com a produção de conhecimentos e a construção de estratégias para a superação de adversidades que atingem os assistentes sociais egressos de Cursos de Serviço Social.

Considerando as primeiras aproximações presentes na parte introdutória, destaca-se que a pesquisa teve como questão central: de que maneira a relação entre o trabalho profissional e a educação vem sendo apreendida pelos assistentes sociais egressos de Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas do Rio Grande do Sul, na conjuntura de contrarreformas no Brasil do período pós-golpe de 2016 a 2021? Enquanto desdobramentos, construíram-se as seguintes questões norteadoras: a) Como estão se dando as formas de inserção profissional dos assistentes sociais egressos de Serviço Social de Universidades Públicas Federais do Rio Grande do Sul nos espaços socio-ocupacionais diante da conjuntura brasileira de contrarreformas? b) Quais são os desafios e potencialidades observados pelos assistentes sociais egressos sobre a relação entre o trabalho profissional e a educação na conjuntura de contrarreformas no Brasil? c) Quais são as estratégias de educação permanente que os assistentes sociais egressos vivenciam para a realização do trabalho profissional nos espaços socio-ocupacionais?

Em consonância com o problema principal da pesquisa e com as questões orientadoras, abordaram-se os seguintes objetivos: enquanto objetivo geral, analisar como se dá a apreensão da relação do trabalho profissional e da educação pelos assistentes sociais egressos de Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas Federais do Rio Grande do Sul diante da conjuntura de contrarreformas no Brasil do período pós-golpe (2016-2021). E como objetivos específicos: a) Desvelar as formas de inserção profissional dos assistentes sociais egressos nos espaços socio-ocupacionais diante da conjuntura brasileira de contrarreformas; b) Conhecer os desafios e as potencialidades observadas pelos assistentes sociais egressos acerca da relação entre o trabalho profissional e a educação na conjuntura de

contrarreformas no Brasil; c) Identificar as estratégias de educação permanente que os assistentes sociais egressos vivenciam para a realização do trabalho nos espaços socio-ocupacionais.

Com a consolidação do objeto de estudo, passou-se à realização da revisão teórica para o aprofundamento do debate proposto, que contou como principais categorias: Educação, Trabalho, Contrarreformas, Formação em Serviço Social, Espaços Socio-ocupacionais e Educação Permanente. Importante destacar que a categoria, que se constrói pela reflexão, se revela enquanto o elemento principal da reflexão dialética, que articula as relações, os processos das estruturas que constituem o objeto. Para Ianni (2011), a construção de conhecimento ilustra o próprio movimento da dialética, pois os pesquisadores se utilizam de conhecimentos previamente estabelecidos para que novos conhecimentos sejam gerados, até que sejam superados novamente, e assim sucessivamente, em um processo sem fim: “a categoria se constrói, as categorias se constroem pela reflexão que, ao mesmo tempo em que vai articulando as relações, os processos das estruturas que constituem o seu objeto, essa reflexão confere ao objeto uma nova realidade; entra na constituição do objeto” (IANNI, 2011, p. 404).

E a realidade, que é complexa, heterogênea, contraditória e está sempre em movimento, só pode ser apreendida dessa forma, por meio de reiterados e incansáveis estudos, visto que não pode ser captada de forma imediata, pois não é transparente. O concreto, síntese de múltiplas determinações, corresponde a um processo de síntese, ou seja, um resultado. É necessário, pois, uma visão crítica e profunda do real, dos fatos e dos acontecimentos, a partir de uma trajetória que contemple continuamente a superação da aparência (que é parte da realidade, mas não a realidade) em busca da essência, a parte e o todo, o singular e o universal. “Explicar dialeticamente é construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado” (IANNI, 2011, p. 397). Assim, a construção da categoria é fundamental para que se possa explicar um acontecimento de forma científica, e está presente, também, ao longo da caminhada metodológica da pesquisa.

Buscou-se, dessa forma, desvendar as formas de inserção profissional e de experiências de educação permanente dos assistentes sociais egressos Cursos de Serviço Social de Universidades Públicas Federais do Rio Grande do Sul diante das contrarreformas do Estado brasileiro de 2016 a 2021. Para tanto, na sequência desta introdução, consta a caminhada metodológica desta investigação que culmina na sistematização da presente dissertação.

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Estabelecer a metodologia de uma pesquisa implica planejamento e exige pensar-se em todos os passos e no caminho para que ela possa ser executada de modo a ter seus objetivos alcançados. Para tanto, é necessário definir o método e as técnicas que melhor correspondem à finalidade pretendida, dialogando com as categorias teóricas discutidas ao longo do estudo. A pesquisa em questão trata-se de uma pesquisa social, com procedimento de campo. Quanto aos objetivos, possui caráter exploratório, pois o intuito é oferecer maior familiaridade com o problema de pesquisa, visto que se trata de um desafio ampliar a produção de conhecimentos sobre a realidade dos assistentes sociais quanto à inserção profissional no período de contrarreformas em questão, ou seja, referência deste estudo. É, ao mesmo tempo, descritiva, pois pretende descrever minuciosamente o processo social objeto da pesquisa, a partir de uma apreensão histórica e dialética das expressões da questão social, assim como dos sujeitos que dela fazem parte (GIL, 2016). Possui abordagem qualitativa, pois responde a questões muito peculiares, cujo nível de realidade não pode ou não deve ser quantificado; trabalha, assim, com os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, ou seja, no âmbito do universo relacional (MINAYO, 2011).

Baseada na teoria social de Marx, a partir do método dialético-crítico, fundamentado pelo materialismo histórico, a pesquisa procurou o objeto por meio das categorias da totalidade, contradição e mediação, não as compreendendo de forma fragmentada, o que seria impossível pelo próprio entendimento do método, mas articuladas. Assim, buscou-se compreender e analisar os processos da sociedade capitalista, bem como seus interesses conflituosos. O materialismo histórico-dialético auxilia a responder um problema teórico-prático e é fundamental, então, para a articulação teórico-metodológica da pesquisa, visto que engloba a análise teórica e sua execução. Assim, o conhecimento crítico é entendido não como um fim a si mesmo, mas como um instrumento de superação provisória (visto que é um processo contínuo e inacabado) do conhecimento anterior e de transformação da realidade histórico-social (PRATES, 2003).

O materialismo histórico dialético exige, assim, a observância da totalidade, do específico, do singular e do particular. Portanto, as categorias do método não podem ser apreendidas de forma apriorística, mas sim a partir de uma construção histórica. Não há separação entre teoria e investigação, entre método e teoria, mas uma abordagem e concepção teórico-metodológica. Logo, Marx cria uma forma de produção do conhecimento, na qual há análise a partir da decomposição em partes para que posteriormente se reconstitua o todo e

seja possível a compreensão. Não há mais distinção entre o objeto de investigação e o caminho percorrido para tal, pois o objeto de estudo decorre do caminho percorrido, método e investigação são apreendidos de forma imbricada e indissociável (NETTO, 2011).

Destacam-se, assim, as categorias nucleares e mais expressivas do método de Marx: a totalidade, a contradição e a mediação. Quanto à totalidade, para Marx, a sociedade burguesa é a totalidade concreta, macroscópica, complexa e dinâmica, e é desse concreto, ou seja, síntese de múltiplas determinações, que ele desenvolve sua análise. Não se pode compreendê-la a partir da soma das partes, de um agrupamento, mas da síntese de totalidades menores, que por sua vez também são sínteses de outras totalidades e assim sucessivamente, de forma articulada; bem como não é possível compreender a integralidade dos fatos de forma exaurida, daí a importância de o pesquisador definir os “limites” da investigação da realidade, que é infinita. (NETTO, 2011). A totalidade implica a relação entre as partes e o todo, bem como das partes entre si. Assim, cada fenômeno ganha sentido em relação a outro fenômeno, em determinado momento socio-histórico (CURY, 1985).

A contradição, por sua vez, diz respeito ao limite (histórico, material e concreto) e à negação, sendo a principal o próprio conflito do modo de produção capitalista, composto das forças produtivas materiais e das relações sociais de produção. As contradições oferecem movimento às totalidades, que sem elas seriam inertes e imutáveis. Há, portanto, de se “descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas” (NETTO, 2011, p. 57). As relações não se estabelecem de maneira direta e linear, mas por meio de mediações, entre limites e negações, das totalidades associadas à sociedade concreta burguesa. Assim, a categoria mediação oferece subsídios para que a realidade tenha sentido com o presente socio-histórico e com o objeto de investigação do pesquisador, a partir da compreensão das múltiplas manifestações entre o singular, particular e universal (NETTO, 2011).

Contudo, cabe salientar que o método dialético não é explicitado em forma “de passo a passo” por Marx, mas é apreendido justamente a partir de sua teoria social. O método que Marx descobriu para o estudo da sociedade burguesa, ou seja, para a análise concreta da sociedade moderna, partiu criticamente de seus estudos de filosofia alemã, de economia política inglesa e do socialismo francês. Por meio de sucessivas aproximações, Marx superava a aparência e se encaminhava para a essência de seu objeto, alcançando sua síntese, compreendendo a estrutura e a dinâmica de seu objeto. Marx afirma que, como toda ciência, o começo é sempre difícil, e o ponto de partida é o real (abstrato, pobre em determinações) em busca do concreto (síntese de múltiplas determinações). Assim, parte das condições materiais

da vida social, para somente então, por meio de sucessivas superações provisórias, ir ao encontro da síntese (NETTO, 2009).

A dialética, portanto, é movimento, pode ser compreendida a partir da ilustração de uma espiral: aparentemente volta para o mesmo ponto, mas na verdade conquista-se um nível superior; logo, o conhecimento adquirido serve para que novos pontos de “partida” sejam estabelecidos com o intuito de se conhecer a realidade social. Assim, a dialética mostra-se aliada para que se possa conhecer a realidade social, já que essa “é complexa, é heterogênea, é contraditória; apresenta diversas facetas, diversas peculiaridades. Se revela sobre diferentes partes” (IANNI, 2011, p. 397).

Portanto, compreender a relação entre trabalho e educação e, ainda, a relação com o Serviço Social, implica compreender que ela é permeada de conflitos e contradições, oriundas da sociedade capitalista. Logo, a pesquisa auxilia não apenas na produção de conhecimento no campo teórico, a partir da apreensão da realidade, mas também, enquanto unidade teórico-prática, ou seja, práxis, na formulação de possíveis estratégias e de novas sínteses para a superação dos desafios impostos aos assistentes sociais em um cenário de contrarreformas.

Quanto à escolha dos sujeitos da pesquisa, levou-se em consideração o espaço socio-ocupacional em que a pesquisadora está inserida, visto que é mestranda e servidora de universidade pública federal. Além disso, a “recente” inauguração de Cursos de Serviço Social em IFES no RS, principalmente em decorrência do REUNI, que ofereceu maior possibilidade de democratização do ensino superior através de novos espaços de formação profissional, demanda um olhar investigativo peculiar.

Os Cursos de Serviço Social das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), então, passaram a compor o rol de possibilidades de espaços socio-ocupacionais dos quais os assistentes sociais podem fazer parte enquanto trabalhadores. Dessa forma, a pesquisa envolveu sujeitos das três IFES do RS, a saber: Universidade Federal do Pampa (Unipampa), cujo Curso de Serviço Social foi criado em 2006; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que inaugurou o Curso de Serviço Social em 2009; e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com o mesmo ano de criação do Curso que a UFRGS.

Pensar em assistentes sociais egressos de universidades públicas implica contemplar a pluralidade que as formas de acesso e, também, as políticas de permanência possibilitam. Apesar de serem públicas, gratuitas e de qualidade, é sabido que eram espaços apenas de uma parcela da população, com condições adequadas para encarar a concorrência de ingresso. Com a política de cotas, por meio da Lei de Ações Afirmativas nº 12.711 de 2012 (BRASIL,

2012)⁶, por exemplo, o espaço universitário passa a romper com a perpetuação de uma hegemonia branca e elitizada nas salas de aulas e, conseqüentemente, com melhores condições de acesso aos espaços de trabalho com maior valorização⁷. O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) oferece maiores oportunidades a jovens de todo o Brasil, que têm a possibilidade de ingressar no ensino superior de todos os estados do País. A assistência estudantil, por sua vez, consolidada através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ainda que possua muitas lacunas e necessidade de avanços, procura respeitar essa heterogeneidade, oferecendo condições de moradia, alimentação, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, transporte, creche, apoio pedagógico, para quem não pode arcar com os custos de subsistência, com o intuito de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em curso de graduação presencial das IFES (BRASIL, 2010). Enfim, indiscutivelmente a universidade pública está mais plural e democrática nos últimos anos (LEWGOY; FERNANDES; REIDEL, 2020), e essa pluralidade oferece elementos riquíssimos em uma pesquisa. Dessa forma, maior diversidade entre os participantes pode refletir respostas igualmente mais plurais.

Porém, há de se destacar o descompasso entre a criação de novos cursos de Serviço Social em universidades públicas e os cursos oferecidos no âmbito privado, em especial na modalidade de ensino a distância (EaD). O crescimento desmedido dos cursos privados e a distância se reflete nos números, conforme aponta Maciel (2016) quando afirma que dos 376 cursos de Serviço Social existentes em 2013, 304 eram em instituições privadas e 18 ofertados na modalidade a distância (17 oriundos de instituições privadas e 1 de instituição pública). No entanto, Maciel (2016) destaca que, apesar de a modalidade a distância ter seu início em 2006, no ano de 2010, das mais de 120 mil ofertas de vagas em Serviço Social, aproximadamente 76 mil correspondiam à modalidade a distância, quanto que 44 mil à modalidade presencial. Contudo, destaca-se que a referida modalidade mostrou-se um atrativo significativo ao mercado privado, ocasionando alterações nos indicadores referentes à formação. Assim, esse dado auxilia, também, na compreensão do crescimento expressivo no quadro de assistentes sociais e das implicações na qualidade da formação, o que se relaciona com o aumento de desemprego e de submissão a condições precárias de trabalho (MACIEL, 2016).

⁶ Conforme a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, as instituições federais de educação superior devem reservar no mínimo 50% das vagas aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dessa reserva, distribuem-se as vagas conforme critério de renda (1,5 salário-mínimo per capita), cor/etnia (pretos, pardos e indígenas) e pessoa com deficiência (BRASIL, 2012).

⁷ A título de ilustração, uma das Universidades mais renomadas e reconhecidas do Brasil, a Universidade de São Paulo (USP), possui, pela primeira vez desde a adoção do sistema de reserva de vagas em 2018, mais de 50% de estudantes oriundos de escolas públicas, totalizando 51,7% dos alunos, sendo que desses, 44,1% são estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (CRUZ, A, 2021).

Portanto, as três universidades públicas federais supracitadas que fizeram parte do universo amostral desta investigação fazem parte de uma escolha e abrangência intencional. Considera-se, pois, fundamental a defesa das Universidades Públicas neste contexto de cortes orçamentários e de ataques, em especial à educação superior pública. As diminuições de repasse orçamentário às IFES, tanto a ocorrida em 2016, quanto às mais recentes⁸, impactam na qualidade de formação dos estudantes (FARAGE; LIMA, 2021). O Serviço Social, nesse contexto, também é igualmente afetado na atual conjuntura.

Assim, as contrarreformas, que afetam todas as políticas públicas, também têm impacto na educação, e especificamente nas universidades públicas federais. Com menos recurso destinado, mais ínfimo é o investimento na contratação de professores efetivos por meio de concursos, no incentivo à pesquisa, na assistência estudantil, o que afeta as condições de desenvolvimento da graduação dos estudantes. Com a pandemia, o espaço para o ensino remoto, que já não era algo novo, se amplia. Por maior que fosse a necessidade de se estabelecer o distanciamento social, sabe-se que o ensino remoto não se configura como o ideal para se oferecer uma educação de qualidade. Ademais, salienta-se que a pandemia apenas acelerou um planejamento de precarização das IFES, visto que em 2019 já previu, por meio da Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, a oferta de até 40% da carga horária de cursos de graduação presencial na modalidade EaD.

Faz-se necessário, portanto, conhecer a realidade profissional dos assistentes sociais que se formaram enquanto vivenciaram cortes e desmontes na educação superior pública. Assim, o universo da pesquisa compreende os assistentes sociais que são egressos dos Cursos de Serviço Social das três universidades supracitadas, sendo a amostra definida como não-probabilística intencional. Em relação à coleta de dados, as principais técnicas empregadas, compreendendo-as a partir do procedimento que operacionaliza o método, foram o questionário (em 2022), em um primeiro momento, e o grupo focal (em 2023), em um segundo momento. O instrumento questionário (APÊNDICE C) foi composto por perguntas abertas e fechadas, desenvolvido e socializado por meio da plataforma *Google Forms*. O questionário online foi dividido em três seções: a primeira destinada à apresentação da pesquisa; a segunda contendo a explanação do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

⁸ Tem-se como exemplo o corte de dezembro de 2022 que havia sido anunciado e posteriormente cancelado, mas em dezembro, como último de seus ataques à educação pública superior, Bolsonaro manteve o corte que soma aproximadamente 344 milhões em despesas discricionárias. Conforme o Painel da Execução Orçamentária das Universidades Federais, elaborado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), houve uma redução de 55% dos valores destinados pelo MEC para despesas discricionárias, afetando o pagamento de luz, água, restaurante universitário, compra de insumos para pesquisas, dentre outros seguimentos fundamentais para o andamento adequada das atividades de uma instituição pública de nível superior (BERNARDO, 2022; DUBEUX, NIEDERAUER, 2022).

(TCLE) e posterior concordância por parte dos participantes; e a terceira contemplou o rol de perguntas, fechadas e abertas. As perguntas que compuseram o instrumento foram elaboradas de acordo com as questões norteadoras da pesquisa, visando contemplar seus objetivos.

O questionário foi aplicado aos sujeitos da pesquisa de forma online e a princípio ficaria disponível aos participantes pelo período de 1 (um) mês. Porém, observou-se que o período previsto de um mês teve de ser estendido, visto que o contato com a Unipampa ocorreu posteriormente às demais Universidades, necessitando de adequação para que o questionário ficasse disponível em tempo hábil aos participantes da instituição. Dessa forma, compreende-se o questionário como um instrumento apropriado para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados, pois o questionário não exige que a pesquisadora esteja presente no momento de sua aplicação, pois é composto

[...] por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado (GERHADT; SILVEIRA 2009, p. 69).

Em respeito aos dados pessoais dos participantes, protegidos por lei, o primeiro contato da pesquisadora com o campo de coleta de dados não se deu diretamente com os sujeitos, mas com as Coordenações dos Cursos de Serviço Social da UFSM, da UFRGS e da Unipampa. Isso porque, conforme a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 (BRASIL, 2016b), e a Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD), nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (BRASIL, 2018), as instituições não podem socializar dados pessoais dos alunos, como e-mail e telefone, por exemplo, a terceiros sem prévia autorização.

Assim, o caminho mais pertinente para que o questionário fosse socializado foi por meio de contato telefônico às coordenações de Curso, convidando-as a participarem de uma reunião online com a pesquisadora a fim de que se apresentasse e pudesse explicar o objetivo da pesquisa. Esse diálogo acabou acontecendo por meio de contato telefônico e e-mail. Posteriormente, mediante o aceite das Coordenações, a pesquisadora realizou o envio do parecer de aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética e do Termo de Anuência (APÊNDICEA) às referidas coordenações, para que elas, que possuem os dados dos discentes que concluíram o Curso de Serviço Social entre 2016 e 2021, através da permissão da realização da pesquisa na instituição, encaminhassem o questionário aos sujeitos definidos.

Além do contato com as Coordenações, a pesquisadora divulgou a pesquisa em grupos do *Facebook* das universidades/Cursos envolvidos por meio da elaboração de um *card* cujo

link direcionava o participante diretamente ao questionário (APÊNCICE C). A finalidade da elaboração e socialização de um *card* era que houvesse maior adesão, solicitando, nesses mesmos espaços, que os participantes socializassem em demais redes sociais, como grupos de turma de *WhatsApp*, por exemplo, nos quais podiam haver sujeitos que atendessem aos critérios do estudo⁹. Cabe salientar que, como a pesquisadora trabalha em um dos espaços de coleta de dados (UFSM), possuía contato com parte dos sujeitos que poderiam compor a pesquisa, o que facilitou o processo de sensibilização para a importância da participação. Também como mestranda do PPGPSSS da UFRGS o contato com a coordenação do Curso de Serviço Social se deu sem dificuldades. Além disso, a pesquisadora possuía contato com colegas de Grupo de Pesquisa e egressos oriundos da disciplina ministrada no estágio docente, que também poderiam participar da pesquisa.

Nesse processo, constatou-se que no período de 2016/1 a 2021/2 as três universidades formaram 492 assistentes sociais, sendo 163 formados pela UFRGS, 148 pela Unipampa e 181 pela UFSM. Dessa forma, as instituições encaminharam o convite diretamente para os 492 assistentes sociais egressos, convidando-os a responder ao questionário. Além da descrição objetiva e detalhada da pesquisa, assim como de sua relevância e de seus objetivos, o convite, elaborado pela própria pesquisadora, foi repassado às coordenações, que procederam o envio aos assistentes sociais formados entre 2016 e 2021. Contudo não é possível certificar-se de que os 492 contatos estavam atualizados e se as mensagens chegaram aos seus destinos, pois alguns endereços eletrônicos poderiam estar desatualizados ou inexistentes, impossibilitando que a efetiva participação de alguns assistentes sociais na pesquisa. Essa ressalva foi observada a partir da experiência da pesquisadora enquanto servidora da UFSM, pois alguns e-mails e telefones dos estudantes eram atualizados no sistema no momento da matrícula semestral. Porém, essa informação, apesar de ser relevante, não tem como ser mensurada, pois as universidades não contam com mecanismos de atualização do contato dos egressos.

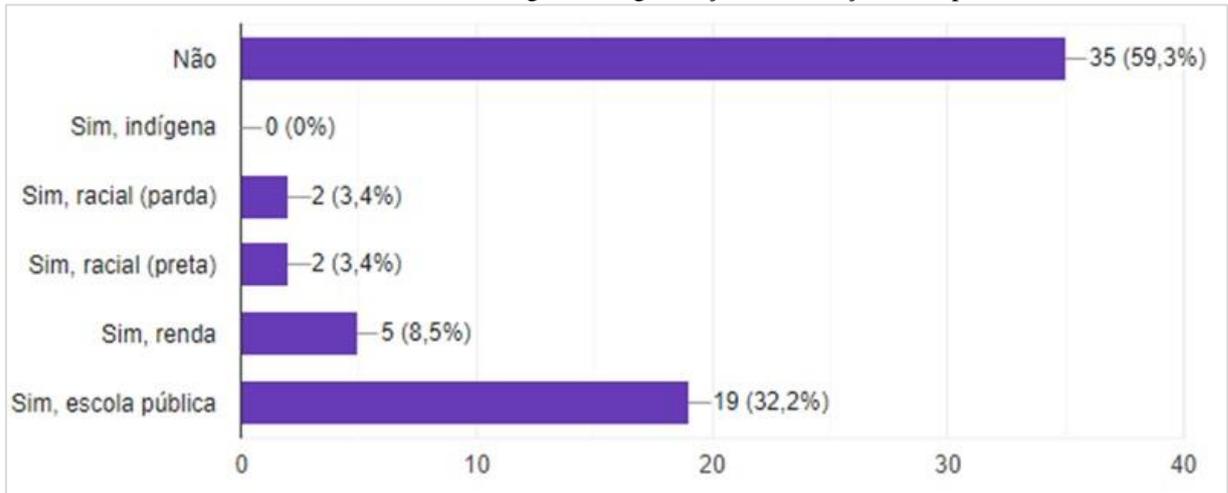
Os participantes manifestaram concordância ao TCLE (APÊNDICE B), para que pudessem proceder com o preenchimento do questionário. Destaca-se a relevância do TCLE enquanto documento fundamental para que os sujeitos tivessem conhecimento de seus direitos durante e após a aplicação do questionário, principalmente quanto ao sigilo, ao acesso aos

⁹ Salienta-se que, expandindo as formas de divulgação da pesquisa para que os sujeitos respondam ao questionário, corre-se o risco de que pessoas não contempladas pela amostra participem. Portanto, na descrição do questionário, antes que ele seja respondido, haverá uma breve explicação sobre o público-alvo; além disso, a primeira parte do instrumento, destinada à identificação do sujeito, permitirá que a pesquisadora verifique se o sujeito faz ou não parte da amostra almejada.

dados, aos riscos e à possibilidade de encerramento da participação a qualquer momento. Após o período em que o questionário ficou disponível (de 17 de outubro a 16 de dezembro de 2022), encerrou-se a possibilidade de participação.

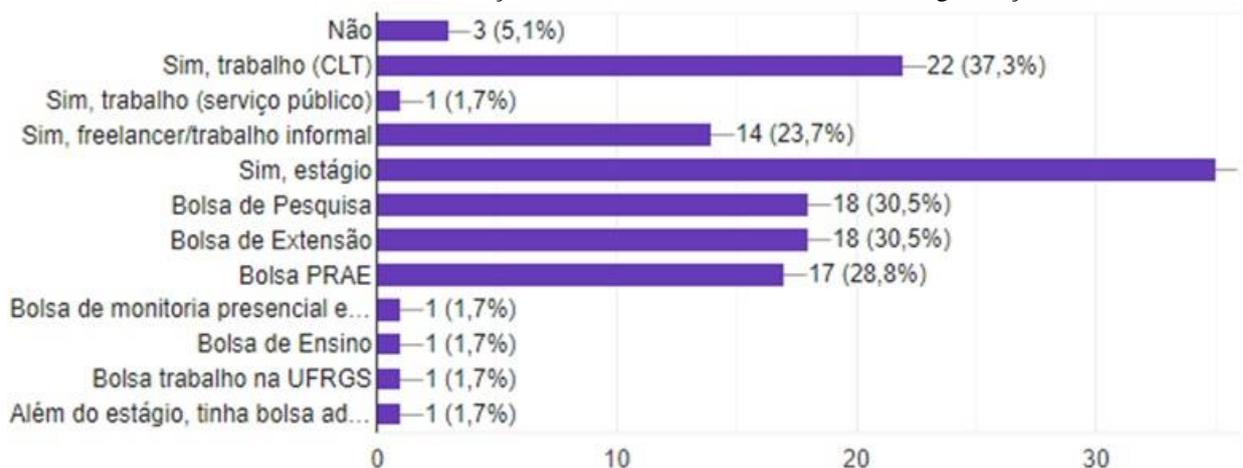
Importante destacar que participaram desse processo 59 assistentes sociais, sendo 32 (54,2%) egressos da UFSM; 23 (39%) formados pela UFRGS; e 4 (6,8%) egressos da Unipampa. Quanto ao período de formação dos assistentes sociais: 4 (6,8%) se formaram em 2016; 17 (28,8%) concluíram o Curso em 2017; 11 (18,6%) em 2018; 9 (15,3%) em 2019; 5 (8,5%) em 2020; 13 (22,1%) em 2021. A faixa etária dos assistentes sociais participantes compreendeu o intervalo entre 22 anos e 59 anos: 16 assistentes sociais (27,1%) possuem entre 22 e 27; 29 (49,2%) têm entre 28 a 35 anos; 9 (15,3%) entre 36 e 43 anos; 3 (5,1%) possuem entre 44 anos e 51 anos; e 2 (3,4%) entre 52 e 59 anos. Observa-se, portanto, um público majoritariamente jovem, 45 (76,3%) possuem até 35 anos, não contando com a participação de nenhum assistente social idoso. No que se refere à identidade de gênero, 52 assistentes sociais (88,1%) são mulheres cisgênero; 5 (8,5%) são homens cisgênero; 2 duas pessoas preferiram ou não responder ou não se classificar. Já quanto à orientação sexual, 45 (76,3%) são heterossexuais; 4 (6,8%) são homossexuais; 8 (13,6%) são bissexuais; 1 (1,7%) é pansexual; e 1 (1,7%) é lésbica.

A maioria dos assistentes sociais se considera da cor branca, totalizando 46 pessoas (78%); enquanto que 13 (22,1%) se consideram negros, sendo 9 pardos (15,3%) e 4 pretos (6,8%). Conforme o gráfico 01 - Sobre a forma de ingresso na Universidade por Cotas, a maioria dos participantes refere não ter ingressado na universidade por meio de ações afirmativas, totalizando 35 assistentes sociais, enquanto 24 afirmaram ter ingressado na universidade por meio de cota, englobando a cota racial (parda e preta), a cota referente à renda e a proveniente de escola pública, o que demonstra que os efeitos da Lei 12.711 das ações afirmativas para ingresso na educação superior já vêm sendo observados nos cursos de Serviço Social e na formação de profissionais negros/os, por exemplo, assim como indígenas, sendo que essa última não participou da pesquisa a tempo do período disponibilizado do questionário conforme o demonstrado no gráfico 01.

Gráfico 01 – Sobre a forma de ingresso na graduação em Serviço Social por Cotas

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

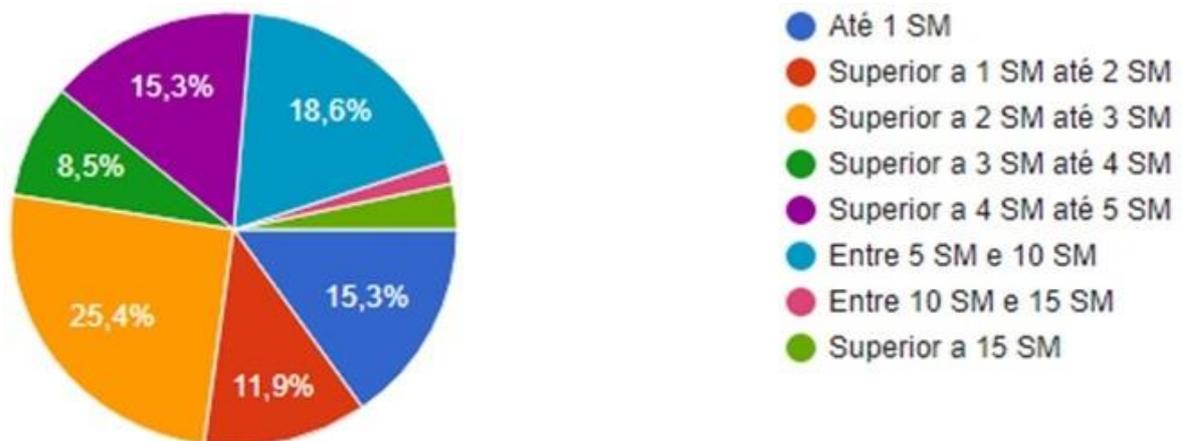
Ao serem perguntados sobre o acesso aos Benefícios Socioeconômicos relacionados à política de assistência estudantil e/ou bolsas de iniciação entre outras, durante a graduação, 35 participantes afirmaram que não utilizaram nenhum tipo ao longo da formação, enquanto 24 utilizaram algum tipo de benefício. Dentre os Benefícios utilizados, destacaram-se os seguintes: 25 utilizaram o Restaurante Universitário, 23 tiveram acesso ao Auxílio Transporte, 10 residiram na Casa do Estudante, 2 foram contemplados com o Auxílio Inclusão Digital, 1 afirmou ter possuído Bolsa Formação, 1 teve auxílio Covid durante a pandemia, e 1 teve atendimento psicológico na Universidade. Quando perguntados sobre a realização de atividade remunerada ou de alguma bolsa durante o processo de graduação em Serviço Social, observam-se as seguintes modalidades:

Gráfico 02 – Sobre a realização de atividade remunerada ou bolsa na graduação

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Perguntados sobre a renda mensal familiar atualmente, destaca-se que os assistentes sociais possuem de até 1 salário-mínimo como renda mensal familiar até uma renda que supera 15 salários-mínimos (no valor de R\$ 1.212,00 à época da aplicação do questionário). Também conforme o gráfico 03, a seguir, é possível aferir que predomina a renda mensal familiar que varia de 2 a 3 salários mínimos, seguida da renda que varia de 5 a 10 salários mínimos:

Gráfico 03 – Sobre a renda mensal familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme o exposto até aqui, se tem uma caracterização dos sujeitos da pesquisa, o que permitiu conhecer quem são os/as assistentes sociais no que diz respeito à seção do questionário sobre dados de identificação dos participantes. Assim, conhece-se o perfil dos assistentes sociais formados pela UFRGS, UFSM e Unipampa, a partir dos respondentes do questionário.

Como segunda fase da coleta de dados, considerou-se relevante a realização da entrevista coletiva a partir do grupo focal, visto que o instrumento, cuja obtenção de dados é de natureza qualitativa, visa aprofundar, em pequenos grupos, assuntos que são afins aos seus participantes por meio da escuta mútua e de troca de experiências, tendo como base o tema de pesquisa. Ressalta-se que as opiniões, expectativas e percepções dos participantes podiam convergir e divergir, o que procurou ser respeitado ao longo do processo, reconhecendo a riqueza de dados que o instrumento conferiu à pesquisadora. Constituiu-se, assim, enquanto grande fonte de conhecimento à pesquisadora, que se aproximou da realidade que estuda por meio da valorização da visão dos sujeitos participantes.

Neste espaço coletivo, foram aprofundados aspectos referentes à inserção profissional dos assistentes sociais egressos desde 2016 até 2021 de Cursos de Serviço Social de

Universidades Públicas do RS, de modo a responder aos objetivos específicos: conhecer os desafios e as potencialidades observadas pelos assistentes sociais egressos acerca da relação entre o trabalho profissional e a educação na conjuntura de contrarreformas no Brasil; identificar as estratégias de educação permanente que os assistentes sociais egressos vivenciam para a realização do trabalho nos espaços socio-ocupacionais. A escolha dos sujeitos do grupo focal foi intencional, sendo considerado o critério de ter participado do preenchimento do questionário. Para tanto, foram convidados/as 6 assistentes sociais sendo: 4 (quatro) egressos assistentes sociais da UFRGS; 2 (dois) egressos da UFSM, respeitando o número de participantes adequado para esta técnica, que deve compreender entre 4 e 12 pessoas, aproximadamente¹⁰. No entanto, uma assistente social não pôde comparecer em decorrência de uma demanda de última hora do trabalho, totalizando, assim, 5 (cinco) participantes no grupo focal. A pesquisadora entrou em contato com o profissional por meio do e-mail disponibilizado através do questionário, realizando o convite. Após o aceite do assistente social foi disponibilizado o link do encontro por meio da plataforma de vídeo *Google Meet*, socializando, também, a data e o horário do grupo focal que teve duração de 1 hora e 30 minutos. Ressalta-se que a escolha pela realização do grupo focal de forma remota e síncrona se deve ao fato de que ainda havia implicações de segurança sanitária em decorrência da pandemia e de que os participantes são de cidades distintas, o que podia dificultar o encontro presencial de todos os envolvidos.

Durante a realização do grupo focal, a pesquisadora foi facilitadora/mediadora do processo, registrando pontos relevantes das falas dos participantes demais considerações e ainda contou com a participação da professora orientadora deste estudo. Como a realização foi de forma remota e foi gravada, a pesquisadora pôde preocupar-se apenas com a mediação, pois teria acesso à gravação para escuta, transcrição e análise, o que foi realizado posteriormente. Ressalta-se que foi disponibilizado aos participantes o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (APÊNDICE D), que contou com a solicitação de autorização por parte dos participantes para que a pesquisadora registrasse a entrevista por meio de recurso de vídeo, o que auxiliou na transcrição da entrevista grupal para posterior análise de conteúdo. Importante registrar que todas as participantes mantiveram as câmeras abertas e abriam os microfones conforme iam se inscrevendo para a fala.

¹⁰ A intenção inicial era abranger igualmente os assistentes sociais formados pelas 3 universidades; porém, a diferença numérica entre os respondentes e as respostas por eles dadas impossibilitaram que houvesse 2 assistentes sociais de cada instituição.

Como procedimento de análise de dados dos achados da pesquisa coletados pelo questionário e pelo grupo focal, baseou-se em Laurence Bardin (2016). A análise de conteúdo é compreendida por um conjunto de técnicas que analisam a comunicação e que permitem obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que viabilizam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens (BARDIN, 2016). Trata-se de uma técnica metodológica que permite a compreensão da comunicação, que, no caso, são informações provenientes dos dados obtidos nos questionários (BARDIN, 2016). Dessa forma, é importante que a pesquisadora entenda, além da informação direta obtida nas respostas, as nuances e as significações para além das respostas imediatas, problematizando e contextualizando com o corpo teórico da pesquisa. A análise de conteúdo, assim, organizou-se em três etapas.

A primeira, conhecida por pré-análise, correspondeu ao contato inicial com os dados, à escuta inicial da gravação e posterior transcrição para a realização da leitura flutuante e à observação de temas repetidos com maior frequência; portanto, nessa fase a pesquisadora teve de ler atentamente as respostas, por várias vezes, respeitando às regras de exaustividade para que nada fosse ignorado ou omitido. Os conteúdos analisados atenderam a critérios como: representatividade, no qual a amostra teve que representar o universo; homogeneidade, respeitando o mesmo tema, a mesma técnica e sujeitos semelhantes; pertinência, atentando ao conteúdo e objetivo da pesquisa; e exclusividade, no qual um elemento não pode ser classificado em mais de uma categoria.

Para a exploração do material, buscaram-se as categorizações, correlações e codificação das narrativas aqui reconhecidas como as unidades de significados trazidas no grupo focal, conforme as questões norteadoras, que foram sendo organizadas a partir de indicadores ou temas. Assim, foi possível ordenar e esquematizar as informações, agregando-as e classificando-as conforme afinidade e características comuns. Já na última fase, conhecida como tratamento dos resultados, houve a utilização de dados brutos para torná-los significativos e válidos, a partir da inferência e da interpretação. Nesse momento, a pesquisadora apreendeu o sentido e problematizou criticamente o que foi posto de imediato, à luz da fundamentação teórica. Enfim, a análise se materializa e os resultados se evidenciam¹¹. Ao longo desta dissertação, a exemplo dos resultados da pesquisa trazidos

¹¹ Os dados obtidos através do questionário e do grupo focal foram tratados conforme análise de conteúdo baseada em Bardin. O questionário, realizado em 2022, englobou todos os três objetivos específicos; já o

nesta introdução, os achados do estudo serão trazidos a partir do diálogo com a revisão teórica que sustenta as reflexões aqui realizadas.

Assim, para além deste capítulo introdutório, esta dissertação está organizada em mais dois capítulos. O capítulo 2 intitulado Educação Permanente e Serviço Social, está subdividido em três partes – “Fundamentos do Serviço Social como premissa para a formação e trabalho profissional”; “A relação entre trabalho e educação”; e “Educação Permanente: compreensões para estratégias na formação e no trabalho profissional”. Já o terceiro capítulo, “Estado e contrarreformas: apontamentos para a discussão da questão social”, apresenta dois subcapítulos, a saber: “As contrarreformas do Estado brasileiro: período de 2016 a 2021 em estudo”; e “Questão Social enquanto fio condutor do estudo”. Por fim tecemos as considerações finais, onde foi possível observar que os assistentes sociais formados pelas universidades públicas federais do Rio Grande do Sul reconhecem os impactos das contrarreformas entre 2016 e 2021 na sua formação e no trabalho profissional. Esses profissionais também observam diferentes modalidades de contratação, com vínculos cada vez mais fragilizados; um Estado menor, interferindo no repasse às políticas públicas sociais; e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, o que inclui os próprios profissionais e os usuários.

2 EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo inicia afirmando a importância da discussão do Serviço Social e as respectivas categorias: o trabalho e a educação. Apesar de se dar ênfase ao trabalho e à educação em Serviço Social, é imprescindível conhecer esses conceitos enquanto elementos fundantes do ser social em uma sociedade capitalista. Tanto a educação quanto o trabalho prescindem o modo de produção capitalista, mas é a partir de desse marco histórico que se têm nuances que implicam diretamente no seu entendimento atual.

Contudo, não se pode limitar o entendimento do trabalho e da educação tão somente a partir da sociedade capitalista, mas enxergá-los enquanto categorias necessárias e intrinsecamente humanas. Neste contexto, a educação permanente, enquanto processo que pode ser vivenciado pelos trabalhadores e, neste estudo, particularmente, pelos assistentes sociais, se faz extremamente relevante, pois resgata a ontologia do conceito de trabalho e educação para se pensar em estratégias para além dos limites impostos pelo capital ou pelas práticas formativas escolarizadas, ou seja, aqui o trabalho dos assistentes sociais - egressos das Universidades que compõem a amostra desta investigação – se constitui em lócus de aprendizagens para o exercício profissional.

Assim os fundamentos do Serviço Social são referência para se pensar não somente a formação, mas o trabalho em Serviço Social. Dessa forma, esta seção tem como objetivo, a partir dos fundamentos do Serviço Social, discorrer sobre a relação entre trabalho e educação, destacando os processos de educação permanente enquanto uma possibilidade de estratégia de formação profissional dos assistentes sociais considerando as situações de trabalho e as possíveis mediações profissionais.

2.1 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL COMO PREMISA PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL

Os fundamentos do Serviço Social são compreendidos enquanto base para o trabalho e a formação em Serviço Social, e neste estudo é condição discorrer sobre a dimensão histórica da profissão no Brasil, reconhecendo a relevância do movimento de reconceituação e de renovação da profissão para a incorporação processual da Teoria Social de Marx. Ao mesmo tempo, destacam-se os respaldos legais da profissão e da formação em Serviço Social, e os espaços socio-ocupacionais nos quais os assistentes sociais se inserem.

Compreender os fundamentos de Serviço Social implica apreender a profissão e o conhecimento que a subsidia no movimento histórico da sociedade (YAZBEK, 2018), pois é desta forma que a profissão explica e intervém na realidade social, pois eles “consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a sociedade” (YAZBEK, 2018, p. 47). Profissão essa que é (re) construída processualmente na sua trajetória histórica na realidade brasileira (CLOSS, 2017).

Os fundamentos, constituídos por múltiplas dimensões (históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas), se expressam na abordagem histórico-crítica fundada na teoria social de Marx. Contudo, a profissão, inserida na dinâmica social, passa por alterações e superações, de acordo com as transformações da sociedade. O Serviço Social não está à parte da sociedade, e também sofre alterações conforme as exigências do capital.

Analisar a formação e o trabalho profissional em Serviço Social exige uma leitura crítica e histórica da profissão, desde sua gênese, destacando a dimensão teórico-metodológica que a perpassa. Não há, portanto, como se falar em formação e trabalho de forma desvinculada aos fundamentos do Serviço Social, pois a dimensão teórico-metodológica tem ligação direta com o processo da trajetória socio-histórica da profissão, o que tem implicação nas competências profissionais (CLOSS, 2017). Para Closs (2017, p. 30):

A recuperação do próprio processo de produção do conhecimento do Serviço Social, na sua trajetória histórica no solo da realidade brasileira, é central aos Fundamentos do Serviço Social. É tal produção que evidencia como esta profissão interpreta as relações sociais em que se inscreve, bem como explica e dá sentido ao seu trabalho, logo, precisa ser compreendida de forma historicamente contextualizada.

O Serviço Social, desde sua gênese, ligada ao conservadorismo e à religião, passa por mudanças em consequência das transformações da sociedade e dos interesses do capital, o que interfere nas formas de produção e reprodução das relações sociais (YAZBEK, 2009). Como qualquer profissão, sofreu exigências para que atendesse às demandas sociais emergentes, reconfigurando seu papel ao longo do tempo, “sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão” (IAMAMOTO, 2014, p. 614). Hoje, principalmente por meio de políticas públicas e sociais, o assistente social realiza mediações para atender aos direitos dos usuários, ao mesmo tempo em que é cobrado para dar respostas às demandas procedentes das contradições da questão social, possuindo relativa autonomia profissional (IAMAMOTO, 2014, 2018; MARTINELLI, 1993; YAZBEK, 2018).

Para se pesquisar as formas de inserção profissional dos assistentes sociais, há de se considerar a trajetória e o movimento profissional, inserida na divisão socio-técnica do trabalho a partir da década de 1930 no Brasil, sob forte influência da Igreja Católica em sua gênese. O resgate da história da profissão não serve para se compreender os processos de forma linear e cronológica, mas sim para apreender a profissão enquanto movimento, permeada por diferentes matrizes de conhecimento e pelos interesses do capital, pois a profissão resulta de relações históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais que devem ser desvendadas. A profissão, então, não pode ser compreendida a partir de si mesma, mas sim a partir de uma perspectiva histórico-crítica, destacando estratégias de conhecimento e de intervenção da/na realidade social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Em linhas gerais, os assistentes sociais passaram, desde sua gênese, por uma atuação pautada na filantropia, no assistencialismo e na benemerência, com a ideia psicologizante e moralizadora do indivíduo que precisava se “ajustar” à sociedade, pela necessidade de “profissionalização do voluntariado”, até o reconhecimento de um Estado que reconhece as políticas sociais como necessárias à promoção da cidadania. Os assistentes sociais se encontram, então, formulando e operacionalizando essas políticas e programas sociais, compreendidas como o principal campo de mediação de intervenção profissional, a partir da CFRB/88, principalmente, apesar do retrocesso neoliberal (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

As décadas de 1930/1940 foram marcadas pelo protagonismo do Estado enquanto “administrador” da questão social, cujas políticas sociais trabalhistas do governo populista de Vargas, por exemplo, serviram como apaziguadoras dos conflitos emergentes da classe trabalhadora da época. Os formalmente empregados até contavam com certa proteção social, mas os desempregados dependiam de obras filantrópicas, muitas vezes, para sua sobrevivência (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Associado à compreensão do processo histórico da profissão na sociedade capitalista, encontram-se a doutrina baseada no pensamento social da Igreja Católica e as diferentes matrizes de pensamento que guiaram a formação e o exercício profissional. Yazbek (2009a) apresenta o processo de incorporação pela profissão do pensamento social da Igreja Católica na gênese do Serviço Social brasileiro e das próprias matrizes de conhecimento. Os principais referenciais orientadores do Serviço Social emergentes no Brasil foram a Doutrina Social da Igreja, a influência franco-belga, e o pensamento de São Tomás de Aquino, onde a “questão social” era um problema moral e religioso, e valores e comportamentos dos “clientes” eram relevantes para sua integração à sociedade. É nesse contexto que surgem os primeiros

objetivos políticos e sociais da profissão, orientados em posicionamentos de cunho humanista conservador. Essa matriz faz parte não só do contexto brasileiro, mas da gênese do Serviço Social de toda a América Latina, apesar de suas particularidades, obviamente.

O conservadorismo católico começa a ser tecnificado pela influência do Serviço Social norte-americano, principalmente nos anos 1940, e o caráter conservador da teoria social positivista passa a ser predominante, a fim de atender às novas configurações da sociedade capitalista, cujo Estado começa a implementar políticas sociais, ou seja, mediadas em espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais, que se inserem na divisão socio-técnica do trabalho. O Serviço Social brasileiro, então, fica frente à matriz positivista. Yazbek (2009a) traz que Yamamoto denomina esse processo como “arranjo teórico doutrinário”, pois é a junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista.

A matriz positivista, primeiro suporte teórico-metodológico do Serviço Social, deu amparo para a qualificação técnica da prática e para sua modernização, e tinha como característica a “apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social” (YAZBEK, 2009a, p. 147). Baseada na objetividade e imediaticidade, a matriz positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, buscando regularidade e relações invariáveis, por meio da experimentação e fragmentação. Por este método, não há mudança fora da ordem estabelecida, mas ações de ajustes e conservação. Sua orientação funcionalista ofereceu caminhos para um Serviço Social cujas propostas de trabalho eram ajustadoras, buscando uma intervenção padronizada (YAZBEK, 2009a). Há de se destacar que essa matriz não foi superada em sua totalidade, havendo, por exemplo, a reprodução da relação tecnicista entre a formação e o trabalho e apreensão aparente e superficial da realidade social.

Na década de 1960, em decorrência da expansão do capitalismo mundial, na qual a América Latina desempenhou um papel de subordinação frente a potências econômicas, houve movimentos de inquietações e insatisfações, culminando em questionamentos e na propositura, por parte da profissão, de um projeto comprometido com a classe trabalhadora. A partir de então, os países da América Latina, em meio a posicionamentos não homogêneos, desafios, e respeitadas as particularidades de cada nação, deparam-se com a matriz da teoria social de Marx. É no Movimento de Reconceituação (1965-1975), então, que diversas tendências se confrontam quanto ao exercício e ao posicionamento teórico da profissão. No Brasil, em meio à ditadura militar, e pela ausência de referenciais teóricos claros acerca da teoria de Marx, o posicionamento crítico foi um processo, do qual se iniciava uma renovação ao projeto tecnocrático/conservador. No final da década de 70, o Serviço Social aumentava

suas produções, consolidando-as na profissão. Porém, é nas décadas de 1980/1990 que o Serviço Social dialoga diretamente com as obras de Marx, ganhando visibilidade nacional de forma interdisciplinar (YAZBEK, 2009a).

Portanto, pode-se afirmar que algumas vertentes emergiram no Movimento de Reconceituação, contribuindo para o processo de consolidação profissional baseado na teoria crítica. A vertente modernizadora, caracterizada por abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas (matriz positivista), tinha como intuito principal a modernização conservadora por meio do combate à marginalidade e à pobreza, baseada na integração da sociedade. Já a vertente fenomenológica tem como abordagem a pessoa e a comunidade, no intuito de ser uma espécie de reatualização do conservadorismo presente no início da profissão, priorizando as concepções de pessoa, diálogo e transformação dos sujeitos (YAZBEK, 2009a).

No âmbito nacional, Simionatto (2018) destaca dois momentos de incorporação do pensamento marxista pela profissão. O primeiro compreende o período do final da década de 1970 e do final da década de 1980, enquanto que o segundo se inicia no final dos anos 1980 e perdura até a atualidade. No Porém, a consolidação de uma maturidade intelectual do Serviço Social não se dá automaticamente, começa com um “marxismo sem Marx” e se firma nos anos 1980, com forte contribuição de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho (IAMAMOTO, 2018, p. 2015; SIMIONATTO, 2018).

A vertente marxista compreende a realidade enquanto uma sociedade de classes; mas, em um primeiro momento, a aproximação ao Marxismo sem o pensamento diretamente extraído de Marx possibilitou algumas apreensões errôneas e reducionistas acerca de sua teoria. Porém, é inegável que a aproximação com o marxismo, apesar dos desafios, foi de suma importância para o posicionamento político da profissão, que passava a defender a ruptura com o Serviço Social tradicional. Importante ressaltar que as vertentes não podem ser compreendidas de forma linear e cronológica; como qualquer aspecto da realidade social, o movimento das vertentes é dialético, repleto de superações e contradições (YAZBEK, 2009a).

Todavia, há de se destacar que a interlocução da profissão com o marxismo, apesar de subsidiar o posicionamento político da categoria atualmente, nem sempre foi uma realidade, bem como não se constitui de forma homogênea entre a totalidade de assistentes sociais. A primeira aproximação do Serviço Social latino-americano ao marxismo ocorre entre as décadas de 1960 e 1970, com o Movimento de Reconceituação da América Latina. Por meio desse processo, houve o questionamento da profissão, e o Serviço Social latino-americano passa a recusar importações de teorias e métodos alheios a sua realidade histórica, com vistas a uma profissão compromissada com a luta dos oprimidos, com a transformação social e com

a ascensão da cientificidade da área. Assim, inicia-se a construção de um caráter científico às atividades profissionais, denunciando-se uma pretensa neutralidade político-ideológica (IAMAMOTO, 2018).

A segunda aproximação do Serviço Social ao marxismo pode ser observada a partir da superação do próprio Movimento de Reconceituação. O referido Movimento coincide com o período da Ditadura Militar (1964-1985) no contexto brasileiro, pois suas principais influências ocorrem entre os anos de 1965 e 1975. Assim, houve, ao mesmo tempo, uma relação de ruptura e de continuidade, por meio de um vetor modernizador e tecnocrático, em que o Documento de Araxá e de Teresópolis e o Método Belo Horizonte foram fundamentais nesse processo. A contribuição do marxismo, assim, teve influência no arcabouço constituinte e regulador da profissão: no Currículo de 1982, nos Códigos de Ética de 1986 e 1993, nas Diretrizes Curriculares de 1996, na Lei de Regulamentação da Profissão e no Projeto Ético-político profissional (SIMIONATTO, 2018). Dessa forma, mesmo em um período de desrespeito a direitos básicos da população, a categoria estabeleceu avanços na perspectiva teórico-metodológica marxista para decifrar a sociedade e a analisar a profissão historicamente (IAMAMOTO, 2018).

Não há, portanto, como ignorar o processo no movimento de conformação da profissão no Brasil, pois na perspectiva dialética eles foram fundamentais para possibilitar o aprofundamento teórico da profissão baseado na teoria social de Marx. Contudo, apesar de a profissão contar com respaldos legais que definem um posicionamento político claro para a integralidade dos profissionais de Serviço Social, observa-se que a ofensiva neoconservadora é uma realidade entre os assistentes sociais. Como afirma Netto (1999), a ruptura com o tradicional conservadorismo, consolidando a maturação do Serviço Social nas décadas de 1980/1990 com base nas obras de Marx, não significa que o conservadorismo tenha sido superado; pelo contrário, os traços de conservadorismo estão presentes na realidade atual.

A obra e o método de Marx, assim, apesar de não acabado, oferece meios para que o assistente social pesquise e interprete a realidade social capitalista, a fim de que intervenha e a transforme. “O marxismo, portanto, é um processo, em permanente construção, conservação e superação, de formulação de novas sínteses, a partir das contradições e do movimento da própria história” (SIMIONATTO, 2018, p. 86). Dessa forma, contribui para que os assistentes sociais compreendam a questão social, bem como suas diferentes manifestações ao longo do tempo, visto que é uma categoria “indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes” (IAMAMOTO, 2018, p. 209).

O marxismo está consolidado enquanto subsídio para os assistentes sociais interpretarem, intervirem e pesquisarem a realidade social capitalista. No entanto, Iamamoto (2018, p. 207) destaca, a partir da fala de Marx, que a “sociedade não é um cristal sólido, mas um organismo capaz de mudança e em constante mudança”, e o marxismo não se configura como base para a integralidade dos assistentes sociais; há, por exemplo, profissionais pautados no conservadorismo para realizar seu exercício profissional. A profissão não é estanque, alheia à sociedade, pelo contrário, sofre alterações em consonância com as transformações societárias, baseadas nas relações sociais.

Contudo, a teoria social não é unânime entre os assistentes sociais e as instituições que os emprega. Por ser explicada por meio de movimento, a historicidade não pode ser apreendida de maneira estanque, “iniciando uma nova fase ao se terminar outra”, mas convive com distintas possibilidades de pensamento. Convive-se, assim, com diferentes matrizes, distintas da baseada no marxismo, que incidem na empregabilidade de assistentes sociais nos diferentes espaços socio-ocupacionais. Os fundamentos, dessa forma, servem de base para se estabelecer essa discussão ampla e necessária, resgatando elementos essenciais para o exercício e a formação profissional, pautados na historicidade, na questão social, no trabalho, na relação com o método e no projeto ético-político. Logo, pensar nas transformações sociais significa apreender as diferentes matrizes do conhecimento que influenciam na dinâmica da sociedade e, conseqüentemente, na dinâmica das profissões, incluindo o Serviço Social (YAZBEK, 2009a). Assim, tanto a conjuntura quanto a matriz de determinado momento histórico tendem a estar relacionadas aos anseios e à realidade dos egressos de Serviço Social.

A matriz explicativa se expressa, então, em formulações teórico-metodológicas e ético-políticas, que fundamentam a dimensão técnico-operativa da profissão. Destaca-se a importância de se conhecer “como se constituem e se desenvolvem no Serviço Social brasileiro as tendências de análise e as interpretações acerca de sua própria intervenção e sobre a realidade social na qual se move” (YAZBEK, 2009a, p. 145). Essas tendências, por sua vez, não são homogêneas, pois é a partir do movimento da sociedade que se têm as distintas matrizes do pensamento social, tendo incidência na compreensão teórico-metodológica da realidade. Sob influência da vertente marxista, atualmente o Serviço Social procura abordar: a profissão inserida no movimento histórico da sociedade capitalista, a questão social e suas manifestações como âmbito do exercício profissional, o trabalho como categoria fundante para a análise do exercício profissional (YAZBEK, 2018).

Assim, conhecer as matrizes teóricas possibilita compreender o movimento da profissão, bem como suas manifestações, o que é fundamental para acompanhar a trajetória do

pensamento e da ação profissional, para se olhar a formação e o exercício profissional atualmente (YAZBEK, 2009a). No entanto, pode-se notar que não há uma hegemonia na categoria de assistentes sociais; pesquisas do Programa, inclusive, buscam compreender a influência conservadora de alguns profissionais. Conservadorismo que provavelmente se acentuou mais com o governo Bolsonaro (2019-2022), cujos discursos e medidas vão ao encontro de uma sociedade pautada na meritocracia, no individualismo e no “ajustamento” do indivíduo na sociedade, de modo a individualizar a questão social e culpabilizar os cidadãos pelas suas condições de vida. “Hoje, reativa-se fortemente o movimento conservador, restaurador e defensor da ordem instituída e o pensamento reacionário que confronta valores democráticos e propõe eliminação de direitos” (YAZBEK, 2018, p. 55). A influência de diferentes matrizes pode ser observada, por exemplo, em editais de concursos e de estágio com vaga para assistentes sociais, nos quais não é rara a descrição dos cargos repleta de termos que remetem a matrizes diferentes da marxista, espaços onde os egressos ocupam.

Por outro lado, há também um fortalecimento e valorização da produção da área pautada na teoria social de Marx, que deve orientar as análises do Serviço Social quanto às mudanças da esfera da produção e o mundo do trabalho. Pensar na formação, assim, em uma profissão genuinamente interventiva, não pode ser algo dissociado das transformações societárias e da inserção profissional dos recentes e futuros assistentes sociais. É necessário, então, compreender conjuntamente a profissão no movimento histórico da sociedade, a questão social, bem como suas expressões, e a categoria trabalho para o desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social.

Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho (2012) destacam duas dimensões que permeiam a profissão: realidade vivida e representada pela consciência de seus agentes ao mesmo tempo em que a possibilidade da atuação profissional é determinada pelas circunstâncias sociais objetivas, conferindo direção social à prática profissional. Há, portanto, a chance de haver uma discrepância entre as intenções do fazer profissional e o próprio fazer profissional. Assim, “o caráter da diversidade do movimento histórico” pode conferir um aspecto mais conservador e mais transformador da profissão em um mesmo recorte de tempo [...]”, por exemplo, ilustrando “[...] os antagonismos de interesses objetivos inerentes às relações sociais, através das quais se efetiva a produção” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 81).

Portanto, conhecer a profissão nos dias atuais, bem como seus desafios no âmbito acadêmico e profissional, também só pode ocorrer mediante leitura do movimento da sociedade e de suas contradições. É preciso, pois, recapitular esse processo de consolidação do Serviço Social no País para acompanhar e compreender as particularidades que se impõem

atualmente e pensar em estratégias de superação das adversidades para o futuro (GUERRA, 2018). Para a autora Guerra, “o que o estudo dos fundamentos através das disciplinas FHTM deixa a desejar é o presente, a contemporaneidade, as pesquisas sobre mercado de trabalho, condições e relações de trabalho” (GUERRA, 2018, p. 35). Portanto, a análise do Serviço Social não pode ser em si mesmo, assim como não é possível estabelecer uma ordem cronológica aos processos dialéticos da profissão, que somente possui significado social enquanto inserido na sociedade (YAZBEK, 2009b).

Consoante à teoria social em Marx, o Serviço Social conta com um conjunto de legislações que auxiliam a consolidar o direcionamento ético e político da profissão. Em 1993, os assistentes sociais passaram a contar com o Código de Ética e com a Lei de Regulamentação da profissão. Já em 1996, houve aprovação do currículo aprovado em Assembleia Extraordinária, culminando nas atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Portanto, são os principais respaldos legais que sustentam a formação e o exercício profissional, norteados por uma série de princípios de cunho político, que conferem a direção e o posicionamento aos estudantes e à categoria profissional.

O Serviço Social defende uma educação de qualidade, cuja formação de profissionais competentes e compromissados com a democracia e a justiça social é prioridade (ABEPSS, 1996; SILVA, 2016). Assim, o Serviço Social possui a peculiaridade de oferecer uma formação crítica aos estudantes, que desde o início do Curso são instigados a questionar o modo de produção capitalista e suas consequências para as relações sociais (ABEPSS, 1996; IAMAMOTO; CARVALHO, 2012). No entanto, por mais que o Serviço Social preserve uma educação de qualidade, compromissada com a qualidade dos serviços prestados e que defenda os direitos humanos intransigentemente, está inserido em uma lógica produtivista, na qual os profissionais são formados, também, para atender às demandas do mercado (BARROCO; TERRA, 2012). Nessa relação de conflito se encontram os estudantes de graduação de Serviço Social: que estudam a realidade social para poder intervir, e que futuramente inserir-se-ão no mercado de trabalho, capacitados para atender às demandas dos usuários, possuindo, também, demandas decorrentes dessa relação capital versus trabalho.

Em 1979, em plena ditadura militar, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABEPSS) propôs um currículo mínimo, incorporando alguns elementos do Movimento de Reconceituação. Essa proposta, aprovada pelo MEC em 1982, é um marco relevante para o Serviço Social brasileiro, pois caracteriza um processo de transição, incorporando o debate acerca da política social e da relação entre Estado e sociedade de classes, contendo ementas direcionadas à: História do Serviço Social, Teoria do Serviço

Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado (IAMAMOTO, 2014).

O currículo deu espaço às diretrizes curriculares, em 1996, que posteriormente foram revistas em 1999. Houve, nesse processo, alguns retrocessos quanto ao direcionamento político da profissão, ao mesmo tempo em que se assegurava o enfrentamento das expressões da questão social, “base da fundamentação socio-histórica da profissão” como cerne da atuação dos assistentes social, reconhecendo o conflito entre as classes e sua relação com o Estado, por meio, principalmente, da política social (IAMAMOTO, 2014, p. 619).

Closs (2017) traz os quatro grandes pressupostos da revisão curricular da ABEPSS de 1996, destacando: as particularidades da profissão, visto que se baseia nas relações sociais de produção e reprodução social, como profissão interventiva na esfera da questão social; o fundamento básico da existência da profissão relacionado à questão social; as transformações histórico-estruturais, que compreendem as alterações no mercado profissional; e o trabalho, que é determinado pelas configurações da questão social, bem como pelos seus enfrentamentos. Da revisão curricular, são ressaltados importantes indicativos dos elementos centrais que fundamentam a proposta de formação no Serviço Social, constituindo os principais fundamentos da formação profissional, quais sejam: centralidade na questão social, centralidade da categoria trabalho (que é indissociável da questão social), abordagem histórico-crítica marxista e método e teoria marxiana.

O debate sobre a formação profissional, com base nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), destaca que o aluno deve estar capacitado para a apreensão crítica do processo histórico, a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais no Brasil, apreensão do significado social da profissão, apreensão das demandas postas ao Serviço Social via mercado de trabalho e o exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor. Assim, destaca-se a relação entre conhecimento, profissão e realidade, que deve guiar a formação na perspectiva da totalidade. Mais tarde, em 2002, consolidaram-se as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (ABEPSS, 2002). No entanto, a conjuntura de contrarreformas, que precariza as condições do ensino superior, se constituem como desafios para a efetivação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, e devem estar presentes na discussão desde a formação dos assistentes sociais, pois interferem nas suas escolhas e possibilidades profissionais, bem como na sua própria realidade de trabalho. Segundo a ABEPSS (2002), almeja-se um perfil

[...] Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

As diretrizes curriculares, dentre outras exigências do perfil profissional, estabelecem, então, que o bacharel em Serviço Social deve atuar nas expressões da questão social, o que, por si só, já exige um empenho desses profissionais que devem acompanhar as céleres transformações da sociedade capitalista, à luz da teoria social de Marx, para poder desempenhar suas competências e atribuições. Os egressos de Serviço Social, que compõem a categoria profissional, também se inserem em um contexto onde é necessário oferecer respostas às demandas do processo de produção e reprodução da vida social, às expressões da questão social, conforme sintetiza um participante do grupo focal:

E quando a gente faz um resgate histórico com as diretrizes curriculares de 1996 da ABEPSS, tinha uma proposta. Quando essa proposta foi levada adiante para o MEC aprovar, voltou a proposta, teve depois uma revisão de especialista em 99, até culminar lá na diretriz curricular de serviço social de 2002, que foi aprovado pelo MEC (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

A partir dos fundamentos da formação profissional, se estabelecem os seguintes núcleos de fundamentação, mutuamente articulados, que orientam a estruturação curricular: Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da vida social, compreendendo o ser social enquanto totalidade histórica e o trabalho como eixo central; Núcleo de Fundamentos da formação socio-histórica da sociedade brasileira, contribuindo para a análise da conjuntura brasileira; e o Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, cuja dimensão teórico-metodológica, compreendendo a prática e a dimensão investigativa, e a trajetória socio-histórica da profissão são características. Portanto, os três núcleos fornecem, em sua totalidade, os eixos estruturantes da formação profissional (ABEPSS, 2002). Apesar de haver essa divisão entre os núcleos, Iamamoto ressalta a relevância de compreendê-los enquanto complementares e interdependentes para estabelecer o Serviço Social enquanto profissão da sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2014).

Compreende-se a importância de se pensar na formação, diretrizes, eixos e núcleos, visto que contribuem para que os formandos e os assistentes sociais pensem sobre as tendências do trabalho no contexto socio-histórico vivido. Almeja-se um perfil de profissional que desenvolva uma postura crítica durante a formação com competências para a inserção no

mercado de trabalho, dialogando com suas demandas, mas deve-se pensar em que momento essa articulação é realizada.

As contrarreformas, além dos impactos já mencionados e que serão aprofundados nesta dissertação, interferem na própria formação em Serviço Social, pois almejam alterar o projeto de Ensino Superior. Desde a década de 1990, há uma tentativa de direcionar o ensino superior para que ofereça respostas mais eficientes ao mercado, por meio do ensino por competências. Por meio dessa modalidade de ensino, corre-se o risco de comprometer os preceitos profissionais do Serviço Social, pois ele estimula maior centralidade na prática, ou seja, tente a ser algo mais imediato, característica que é afastada pela teoria social que guia a profissão (IAMAMOTO, 2014).

Nesse sentido, a interlocução da profissão com o marxismo auxilia os formandos e os assistentes sociais a apreenderem as diversas alterações da sociedade brasileira provenientes das contrarreformas desde 2016, de modo a se pensar, também, em estratégias de resistência. Como afirma Iamamoto (2018), o capital, por meio de sua busca desenfreada por lucros, institui medidas que estimulam o crescimento do desemprego e da precarização das relações de trabalho. No entanto, apesar de reconhecer a importância de a graduação ter proporcionado uma sólida formação em relação aos fundamentos do Serviço Social, pautada na teoria crítica marxista, conferindo subsídios para a interpretação e análise da realidade social, uma participante destaca que:

Percebendo a minha formação, acho que quando eu entrei no serviço social em 2013, era um cenário muito diferente, né? [...] acho que ninguém estava preparado para o que ia acontecer depois daquele momento. Assim, em parte e, principalmente, eu acho que no que se refere ao mundo do trabalho, não é? Eu sinto que eu consegui perceber as relações do mundo do trabalho e as relações de trabalho muito mais no mestrado, por exemplo, do que na graduação. Eu acho que eu tinha coisas ali que eu fui me deparar e que eu fui descobrir quando eu fui, quando eu me formei e que eu fui contratada, né? Numa instituição que prestava serviço, né, para a prefeitura e que nunca se deu o nome de terceirização, mas era desse jeito que eu acabava sendo contratada, não é? Então assim a gente vê na faculdade ali algumas coisas que é precarizado e da precarização das políticas, né? E que, enfim, do avanço do neoliberalismo assim. Mas assim, o que realmente tu sofre enquanto trabalhador, né. Das precarizações que tu enquanto trabalhador vai sofrendo naquele espaço e das consequências disso para a tua saúde mental, das tuas condições de trabalho de como tu vai atender o usuário, do teu cansaço do dia a dia. Isso é uma coisa que para mim foi muito frágil assim, né? [...] Então é, Eu acho que tem uma parte que sim, foi uma formação que me deu condições de ler muitas coisas, né, e de conseguir perceber isso, mas que também não tinha acho que ideia do que poderia vir, assim, pós golpe e Governo Bolsonaro, enfim, que saiu do controle do que a gente imaginava que iria acontecer. E acho que disso de todas as políticas sociais, da Saúde até, enfim, Previdência (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Logo, com relação às discussões no período de formação sobre as contrarreformas, o depoimento aponta sobre o desafio da dinamicidade dos cenários e reconhece que não houve preparação para compreender suficientemente as mudanças que viriam com o pós-golpe, com a presença do governo Bolsonaro. Essa conclusão ocorre no próprio trabalho, nas situações vivenciadas a partir do impacto das contrarreformas, que exigiram reflexões críticas para que essa leitura fosse possível, caracterizando, assim, os processos de educação permanente que serão discutidos na próxima seção.

Dessa forma, além de conhecerem a sociedade na qual irão intervir, se apropriarão, também, das condições do trabalho dos assistentes sociais na atualidade, que irão desempenhar como profissionais, enquanto parte do processo histórico da profissão, articulando os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social com o trabalho cotidiano. Mais do que nunca, o legado marxista se mostra fundamental e necessário diante da ofensiva neoliberal e ultraconservadora que assola o Brasil e o mundo para que se pense em estratégias de superação e resistência.

O Serviço Social é uma profissão que não está desvinculada do capitalismo, apesar de tecer críticas ao sistema. A questão social se apresenta enquanto elemento indissociável ao capitalismo e é base fundamental da profissão. Por mais que estabeleçam resistências, a partir de respostas a necessidades de sobrevivência dos trabalhadores, com vistas à ampliação de direitos dos sujeitos e defenda uma nova ordem social, é uma atividade estabelecida na divisão social e técnica do trabalho, participando do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital. Assim, em meio aos interesses de classes, o assistente social realiza uma série de mediações para atender seu objeto de intervenção profissional (YAZBEK, 2009). Yazbek (2018, p. 189) afirma que o Serviço Social

[...] é parte integrante do processo histórico que assume as relações sociais na sociedade burguesa em seus processos de mudanças, inserindo-se no conjunto da classe trabalhadora, de suas lutas e apontando para a necessidade de um trabalho social orientado para a emancipação humana. Efetivamente, os assistentes sociais fazem parte da mudança, como gestores e operadores de políticas sociais, que se tem constituído historicamente numa das mediações fundamentais para o exercício profissional.

Nesse sentido, os cursos de graduação em Serviço Social desempenham uma tarefa contraditória: ao mesmo tempo em que defendem uma nova sociabilidade, preparam os futuros assistentes sociais para a inserção técnica no mundo do trabalho, oferecendo e possibilitando condições para o desenvolvimento da lógica produtivista do capitalismo (IAMAMOTO, 2014). Para Raichelis (2018, p. 25):

As profissões, ao serem recrutadas pela estruturação de um mercado de trabalho que as requisita, passam a ocupar lugares específicos na divisão social e técnica do trabalho, respondendo a requisições ditadas pela dinâmica da luta de classes e dessas com o Estado, no movimento progressivo de regulação e formulação de respostas institucionais às demandas postas pelas contradições da ‘questão social’.

Logo, ao se compreender o estudante de Serviço Social como um futuro trabalhador/pesquisador¹² da área, há um importante momento de transição que necessita ser analisado. O estudante que cursa Serviço Social certamente ou espera-se que estude a história da profissão desde sua gênese, seus fundamentos históricos, teórico-metodológicos, a dimensão ética e política, a questão social, o trabalho, assim como as transformações societárias ao longo do tempo que implicam novas exigências para a profissão.

Desse modo, esse mesmo estudante passa por um momento de inflexão, no qual acaba inserido no processo histórico profissional estudado, atuando em diferentes espaços socio-ocupacionais (SERRA, 2012). Apesar de apresentar vasta possibilidade de inserção profissional, nas mais distintas políticas e instituições, os espaços socio-ocupacionais apresentam determinada unidade. Conforme Almeida e Alencar (2015, p. 164), “o trabalho realizado pelo assistente social em diferentes contextos institucionais se apoia numa base comum que é acionada a partir do acervo teórico-metodológico e ético-político que dá suporte à formação e ao exercício profissional”.

Como afirma Guerra (2018), não se pode correr o risco de a realidade social não ter espaço no currículo por se entender que história se limita a acontecimentos do passado. A inserção socio-histórica da profissão não pode ser apreendida como algo do passado, o que vai de encontro, inclusive, com o método de Marx. Compreender a profissão no movimento dialético da realidade significa concebê-la a partir de sua historicidade, mas não de forma estanque, como se apenas fosse necessário conhecer o passado. História é movimento, e a atualidade também deve ser apreendida, tanto para se pensar nos fundamentos quanto para se pensar nas expressões da questão social como objeto de trabalho dos assistentes sociais. Guerra (2018), ao citar Ianni, afirma que o passado serve para que o presente seja entendido e para que se pensem em estratégias para o futuro. Isso, no entanto, só é possível com ancoragem nos fundamentos do Serviço Social, e a partir da leitura em conjunto da história, teoria e método de Marx.

¹² Entende-se que o pesquisador é um trabalhador, por isso o texto se refere a *trabalhador* de modo generalizado, bem como a trabalho (que engloba atividades relacionadas à pesquisa).

A formação, assim, deve respeitar esse processo, e instigar os alunos a conhecerem a realidade na qual irão se inserir a partir das particularidades socio-históricas da profissão. À luz da teoria social de Marx, há a necessidade de se desvelar as mudanças na esfera da produção e as novas configurações do mundo do trabalho. Os fundamentos, então, auxiliam na superação desses desafios postos na contemporaneidade. Não se almeja uma postura fatalista, mas o reconhecimento de que existe uma demanda que necessita ser reconhecida para que seja incluída na agenda do Serviço Social.

É em meio a um cenário de contrarreformas que os assistentes sociais egressos em Serviço Social inserir-se-ão enquanto profissionais, e esse contexto não deve ser ignorado, tanto para compreender seu exercício profissional, quanto para situar-se enquanto assistente social nesse contexto socio-histórico. Conforme Yamamoto e Carvalho (2012, p. 81), “as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas”.

O avanço de um Estado mínimo¹³ não é uma novidade no Brasil, no qual a expropriação de direitos é a ordem, em especial em governos de extrema direita com o de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). As políticas estão cada vez mais focalizadas, reduzindo o rol de cidadãos elegíveis para acessá-las. E os assistentes sociais se compreendem nesse contexto. Alguns desafios destacados pelas autoras (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008), mesmo treze anos atrás, continuam atuais, destacando-se dentre eles: a reafirmação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, a importância da qualidade da formação profissional (que contribui com o fortalecimento do projeto ético-político) e a luta pela ampliação dos postos de trabalho. São desafios presentes na realidade do Serviço Social hoje, que devem ser compreendidos de forma articulada, por meio da interlocução da formação e da inserção profissional de assistentes sociais. Hoje, pensar na inserção profissional diante da atual e peculiar conjuntura é não negligenciar um desafio que está posto aos assistentes sociais formados recentemente, que se deparam com um conjunto de transformações societárias, nas quais têm que compreender e intervir nas expressões da questão social agudizadas pelo crescente processo de precarização do trabalho, desemprego estrutural e redefinições do Estado e das políticas públicas.

¹³ “Concepção fundada nos pressupostos da reação conservadora que deu origem ao neoliberalismo. A ideia de Estado Mínimo pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade. Preconiza-se a não-intervenção, e este afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos, segundo o neoliberalismo, é o pressuposto da prosperidade econômica. A única forma de regulação econômica, portanto, deve ser feita pelas forças do mercado, as mais *racionais* e eficientes possíveis. Ao Estado Mínimo cabe garantir a ordem, a legalidade e concentrar seu papel executivo naqueles serviços mínimos necessários para tanto: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário” (MINTO, 2006).

Ao estudarem os fundamentos do Serviço Social na formação acadêmica profissional, os assistentes sociais conhecem a profissão a partir de sua inserção histórica na sociedade capitalista brasileira, a partir da década de 1930, o que serve de subsídio para a apreensão da realidade social atual. Contudo, o movimento dialético de apreensão da profissão não pode ser estabelecido de forma linear, o método, inclusive, não o permitiria (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008), pois o processo de inserção da profissão no Brasil é repleto de movimento, contradições e superações (RAICHELIS, 2006). Assim, os recentes profissionais, além de ter ciência da historicidade da profissão, estão especialmente atentos aos desafios profissionais da atualidade. Para tanto, o debate acerca dos fundamentos serve não só para se conhecer o passado, como também para entender o presente, que está repleto de desafios aos novos assistentes sociais (GUERRA, 2018).

Considerando o que se viu até aqui, aproxima-se dos resultados da pesquisa, no que diz respeito às experiências profissionais dos participantes respondentes do questionário, constatando-se que dos 59 participantes da pesquisa, 6 (10,2%) não tiveram nenhum tipo de experiência no âmbito do Serviço Social depois de formados na graduação. Além dos campos de atuação mencionados na inserção atual, conforme o apresentado no quadro 01 a seguir, os 53 participantes que tiveram algum tipo de experiência (de trabalho ou não) destacaram os espaços socio-ocupacionais/instâncias/atividades citados: participação voluntária em grupo de pesquisa, realização de cursos de curta duração, atuação na Estratégia Saúde da Família, atuação no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), atuação em instituição de longa permanência, realização de perícias para o Tribunal de Justiça, realização de trabalho voluntário em ONG, participação em projeto de extensão, atuação por meio de contrato emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19, realização de trabalho *freelance*, participação em comissão do CRESS, participação em gestão da ABEPSS, participação em eventos (fóruns, congressos e seminários). Ressalta-se que alguns assistentes sociais se referiram a setor privado e a contrato temporário para definirem suas experiências desde formados, mas sem especificar em qual área e/ou política social atuou.

Importante observar que aparecem as mais diversas possibilidades de experiências no âmbito do Serviço Social. Ressalta-se o importante papel que a Universidade desempenha para os assistentes sociais recém-formados, pois proporcionam a vivência da extensão, da pesquisa, de eventos, dentre outras atividades.

Destaca-se, ainda, o poder de organização e mobilização oriundas das atividades desempenhadas pelo CRESS da 10ª Região, bem como suas Seccionais e seus Núcleos, pois

fortalecem a categoria, estabelecem debates importantes e necessários para se refletir sobre o trabalho profissional e não deixam de ser uma possibilidade de se estabelecer um *network*, pois muitas trocas e oportunidades de trabalho, por exemplo, são compartilhadas entre as colegas assistentes sociais.

Destarte, importante destacar as exigências impostas à profissão, em sua inserção na divisão social e técnica do trabalho social, ilustrando os conflitos de classes do Estado brasileiro e as resistências firmadas pelos profissionais. Do total de participantes da pesquisa (59), 66,1% (39) têm contato com a área de formação, desempenhando atividades no âmbito do Serviço Social, seja de forma remunerada, seja de maneira voluntária. Chama atenção a indicação de uma assistente social que realiza trabalho voluntário, no Projeto Justiceiras. Já 33,9% (20) não possui qualquer vinculação atualmente com o Serviço Social. O quadro 01 apresenta uma síntese dos principais espaços socio-ocupacionais de inserção profissional atual de assistentes sociais:

Quadro 01 – Síntese das áreas/políticas e dos espaços socio-ocupacionais de atuação dos assistentes sociais
(Continua)

Área/política	Espaços socio-ocupacionais
Saúde	Residência Multiprofissional
	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
	Ipê Saúde
	CAPS
	Hospital Universitário
Assistência Social	Prefeituras municipais
	CRAS Candelária
	Instituição de acolhimento para crianças e adolescentes
	CRAS Júlio de Castilhos
	CREAS Caxias do Sul
Educação	Secretaria de Educação RS
	Instituição de Aprendizagem
	Secretaria Municipal de Educação
	Município de Candelária

Quadro 01 – Síntese das áreas/políticas e dos espaços socio-ocupacionais de atuação dos assistentes sociais (Conclusão)

Socio-jurídico	Defensoria Pública
	Projeto Justiceiras
	CASE Criciúma
Segurança Pública	SUSEPE
Habitação	Prefeitura de Restinga Seca
Pesquisa	Mestrado em Serviço Social
	Doutorado em Serviço Social
Organização da Sociedade Civil	-
Setor privado	-
Outras atividades	Gestão da seccional de Caxias/CRESS

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Observa-se grande predominância de profissionais inseridos na Política de Saúde, totalizando 13 profissionais (33%) dos 39 que estão inseridos profissionalmente, ilustrando que historicamente é considerada a Política que mais emprega assistente social, juntamente com a política de Assistência Social e da Previdência Social, que compõem a Seguridade Social (REIDEL; CLOSS; PRATES, 2022). Dentre os principais campos de atuação, ressalta-se a Residência Multiprofissional enquanto estratégia de atuação profissional e de continuidade dos estudos, visto que é uma modalidade de ensino em serviço. Importante observar que muitos estudantes, ainda em período de formação, vislumbram a Residência Multiprofissional enquanto possibilidade de inserção profissional imediata; um dos motivos é a previsão financeira que a modalidade de ensino em serviço oferece: atualmente a bolsa recebida pelos residentes é de R\$ 4.106,09, valor considerado bom para o início de carreira em Serviço Social, ainda mais quando se traz como parâmetro a média salarial dos assistentes sociais trabalhadores do RS, conforme a pesquisa interinstitucional realizada pela UFRGS, Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS) e CRESS 10ª Região, que destaca a predominância da faixa salarial de R\$ 2.000,00 a R\$ 4.000 enquanto remuneração dos, aproximadamente, 40% dos assistentes sociais gaúchos (REIDEL; CLOSS; PRATES, 2022). Além da Residência Multiprofissional, houve menção do Hospital de Clínicas de Porto Alegre enquanto espaço socio-ocupacional de inserção profissional, do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Ipê Saúde), e do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), todos pertencentes à Política de Saúde.

Enquanto segunda Política com maior incidência de inserção, considera-se a Assistência Social, englobando 7 (17%) trabalhadores do SUAS das mais diversas áreas, desde assistentes sociais em CRAS e CREAS, como também em instituições do chamado terceiro setor, compreendidas aqui como sendo parte das organizações da sociedade civil. Dentre as áreas mencionadas, há menção ao acolhimento e acompanhamento de crianças e adolescentes. Há vínculos distintos na forma de contratação, alguns são servidores concursados de Prefeitura, enquanto outros assistentes sociais são profissionais temporários, ao passo que um é por meio de cargo comissionado. Uma das assistentes sociais afirmou trabalhar em dois locais, indicando a polivalência do trabalhador moderno e a necessidade de complementação de renda.

A terceira Política de atuação com maior predomínio dentre as respostas foi a de Educação, na qual 4 (10%) dos assistentes sociais se encontram, campo que não é recente na história dos espaços socio-ocupacionais do Serviço Social, mas que vem ganhando maior visibilidade em decorrência da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que prevê a presença de assistentes sociais e psicólogas nas escolas públicas de educação básica. Dentre os espaços mencionados, constam: Secretaria Municipal e Estadual de Educação, instituição de aprendizagem. Consideram-se, ainda, inseridos na Política de Educação os pesquisadores, que nesta pesquisa conta com um doutorando e uma mestranda desempenhando atividades, com bolsa ou não.

Outra área de destaque é a sociojurídica. Há assistente social atuando na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, no Projeto Justiceiras e em Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE). Há, também, na área de segurança pública, trabalhadores da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). O sociojurídico, contando com tribunais, Ministério Público e Defensoria Pública, é conhecido como um dos campos de melhor remuneração, pois os salários e benefícios acompanham os de demais analistas de nível superior do Poder Judiciário. Ademais, uma assistente social está inserida na Política de Habitação, uma na área da inclusão/acessibilidade (concomitantemente a atividades de gestão de uma seccional do CRESS), e outra trabalha no setor privado. Importante ressaltar que a quantidade de atuação conforme as políticas pode ser maior em algumas áreas, pois algumas assistentes sociais só mencionaram que trabalham em prefeitura, mas não especificaram em que área/política, podendo ser Assistência, Saúde, Habitação, entre outras.

O que interessa neste estudo também é reafirmar o quanto os fundamentos do Serviço Social compreendem tanto a formação quanto o trabalho profissional dos assistentes sociais, e servem como subsídios para a reflexão sobre as implicações que as contrarreformas do Estado

brasileiro impõem aos estudantes e à categoria profissional, de modo a realizar a leitura da realidade e a desenvolver processos de resistência frente ao cenário de desmonte total que se vivencia. Observa-se vasta expropriação de direitos e acirramento das expressões da questão social em decorrência das contrarreformas do Estado, o que inclui os usuários e os próprios assistentes sociais, conforme o trazido por uma participante quando questionados sobre os impactos das contrarreformas no seu trabalho: “Impactou nas oportunidades de trabalho, na pauperização da população usuária, no alto custo de vida, na saúde mental” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Como o visto os assistentes sociais encontram uma conjuntura de expropriação de direitos que afetam não apenas sua inserção profissional, mas também suas próprias condições materiais enquanto trabalhadores, e suas condições de formação e de trabalho, pois há cortes de recursos destinados às políticas públicas, consideradas como mediação fundamental para o exercício profissional, principalmente desde 2016, na recente realidade brasileira. O assistente social, portanto, além de atender às demandas dos usuários, apresenta suas próprias demandas enquanto classe trabalhadora¹⁴, aumentadas e intensificadas desde o golpe de 2016, período em que se iniciou uma série de desmonte de direitos sociais (PEREIRA, 2017).

Os fundamentos, sempre indispensáveis para se pensar na profissão, e que hoje se expressam na abordagem histórico-crítica, na atual conjuntura do cenário brasileiro são imprescindíveis para que se estabeleçam alternativas e estratégias de resistência no âmbito acadêmico e profissional. Para um participante da pesquisa, ao falar sobre os impactos das contrarreformas do período correspondente à investigação, houve

[...] perda de direitos sociais e o baixo investimento na política de assistência, além da precarização dos trabalhadores parceiros ou terceirizados fragilizou ao extremo as possibilidades de atuação e enfrentamento a barbárie social que recai sobre a classe trabalhadora (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Dessa forma, o assistente social se insere contraditoriamente na sociedade capitalista, em prol dos interesses da classe trabalhadora, conforme o direcionamento político da profissão, apesar de não ser necessariamente unânime. É a partir dessa contradição intrínseca

¹⁴ “Nos diversos espaços profissionais, sob a condição de trabalhador assalariado, os assistentes sociais brasileiros administram as profundas transformações que ocorrem nas Políticas Sociais até mesmo medidas que apontam para sua extinção. Desvendar o processamento desse trabalho no contexto de sua forma neoliberal e sob o domínio do capital financeiro é enfrentar o desafio de operar a construção do direito em tempos adversos, apoiando e fortalecendo as lutas da “classe que vive do trabalho”, da qual os assistentes sociais fazem parte. Direitos que sendo públicos têm a universalidade como perspectiva, envolvem interesses coletivos (interesses de uma classe social), tem visibilidade pública, transparência e exigem o controle social, a participação e a democratização e estão dramaticamente ameaçados” (YAZBEK, 2018, p. 190 e 191).

do capital que a categoria pode posicionar-se politicamente a favor de determinada classe, mas sempre dentro desse contexto contraditório, ou seja, atuando, ao mesmo tempo, em prol do capital. O assistente social, por mais que não seja, em um primeiro momento, um trabalhador produtivo, configura-se enquanto trabalhador intelectual que oferece condições necessárias “à reprodução do controle social, da ideologia dominante, da força de trabalho e das contradições inerentes às relações sociais vigentes” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 105).

Conforme Iamamoto e Carvalho (2012), a questão social, assim como suas diferentes manifestações, é considerada a justificação da profissão de Serviço Social. Para os autores, “o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 83). Como visto, o Estado passa a adotar estratégias de apaziguamento das expressões da questão social que vão além da caridade e da repressão, contribuindo para a alteração do exercício profissional do assistente social. As políticas sociais se apresentam, dentre várias respostas, enquanto parte significativa dessas estratégias do Estado de enfrentamento à questão social, não afastando seu caráter contraditório. Assim, a evolução da questão social apresenta duas faces: a situação objetiva da classe trabalhadora e as diferentes maneiras de interpretar e agir na questão social sugeridas pelas parcelas dominantes, com apoio do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

O Serviço Social, então, é apreendido enquanto profissão que busca oferecer respostas às manifestações da questão social de uma sociedade capitalista, que determina as formas de reprodução das relações sociais, o que inclui, também, certa direção social ao exercício profissional. Compreende-se que as manifestações da questão social são fortemente acirradas pelas contrarreformas observadas desde 2016, principalmente, o que interfere na formação e no trabalho dos assistentes sociais. O assistente social deve se apropriar do entendimento da questão social assim como de suas diferentes expressões, para o seu exercício profissional. Necessita, então, estar atento às transformações da sociedade capitalista, a fim de possibilitar respostas necessárias em prol da classe trabalhadora, respeitando a indissociável relação entre as dimensões profissionais (IAMAMOTO, 2012).

Os assistentes sociais, que contam com o setor público como principal empregador, se deparam com alterações nesse cenário (IAMAMOTO, 2009). A partir dos dados da pesquisa, observa-se que essa realidade se confirma, pois a maioria dos participantes (18 assistentes sociais, totalizando 30,5%) se encontra no setor público dentre as possibilidades de

enquadramento de vínculo, principalmente na política de saúde e assistência social. Esse dado converge com a pesquisa interinstitucional sobre o perfil dos assistentes sociais do RS, pois a pesquisa destaca que a maioria da mão de obra profissional é absorvida pelo Estado (REIDEL; CLOSS; PRATES, 2022). Observam-se as políticas sociais – em especial as de Seguridade Social - como as principais empregadoras de assistentes sociais (BEHRING, 2009; IAMAMOTO, 2014). Almeida e Alencar (2015, p. 164), discorrem sobre o cenário de inserção profissional dos assistentes sociais nos diferentes espaços socio-ocupacionais:

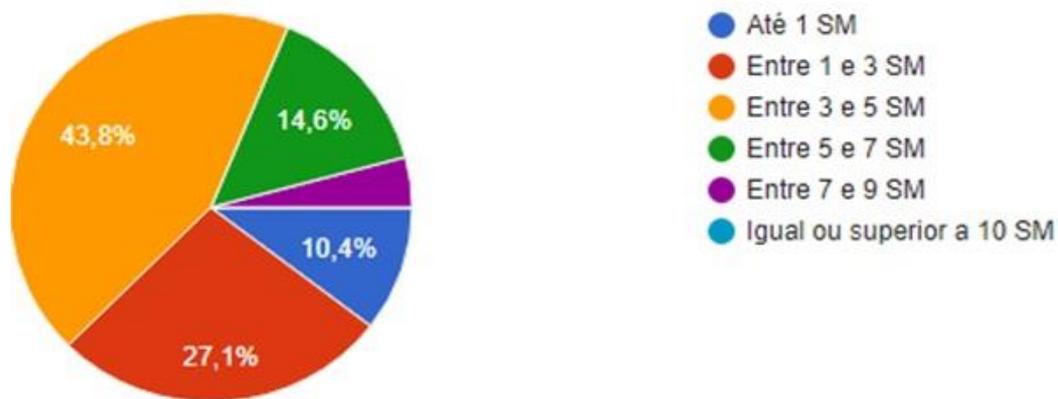
As ações profissionais são determinadas pelas dinâmicas do mundo do trabalho, do Estado e da sociedade civil que impactam sobre as formas de regulação do mercado de trabalho profissional, já que o Estado, além de ser seu maior empregador, tem uma função destacada nos processos de formulação e operacionalização das políticas públicas. Como expressão das estratégias de enfrentamento da questão social e dos mecanismos institucionais que asseguram os direitos sociais conquistados a partir das disputas societárias, as políticas públicas encerram condições socioinstitucionais, nas quais o trabalho do assistente social se efetiva, que dependem da dinâmica entre o Estado e a sociedade civil quanto às suas formulações e alcance. As mudanças no mundo do trabalho, em particular a partir da crise estrutural do próprio capital e das alternativas que são formuladas sob a hegemonia da burguesia financeira, dependem da capacidade de intervenção do Estado na sustentação dos mecanismos de regulação social necessários ao processo de acumulação.

Nesta dinâmica social desde 2016, principalmente, com a EC nº 95 e com contrarreforma trabalhista, os espaços de inserção profissional dos assistentes sociais sofrem alterações que impactam diretamente na operacionalização de políticas públicas e sociais. As condições de trabalho do assistente social e o cenário de proteção social se acirram e agravam a precarização das condições de vida dos trabalhadores. Direitos arduamente conquistados estão se extinguindo, indo ao encontro de um Estado mínimo, no qual o trabalho é tratado como virtude e a intervenção estatal serve para atender às necessidades do capital (PEREIRA, 2017). Conforme observado nos dados da pesquisa, 6 assistentes sociais, compreendendo 10,2% dos participantes, não conseguiram ingressar no mercado profissional no âmbito do Serviço Social desde formado. Além disso, alguns dos 53 assistentes sociais que ingressaram no mercado de trabalho destacam as condições precárias para a realização do trabalho profissional: “Uma relação de trabalho precarizado, trabalho informal, sem garantia de acesso a condições mínimas de subsistência” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Do total de participantes (59), 11 (18,6%) não estão desempenhando nenhuma atividade de forma remunerada, seja do Serviço Social ou não. Dos 48 que desempenham alguma atividade remunerada, 13 (22%) trabalham regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); 18 (30,5%) estão no serviço público; 4 (6,8%) são *freelancer*; 2 (3,4%)

desenvolvem pesquisa com bolsa, no mestrado e no doutorado; 7 (11,9%) estão na Residência Multiprofissional; 4 (5,1%) encontram-se no serviço público temporário; e 1 (1,7%) trabalha como recibo de pagamento autônomo (RPA) como assistente social. Com relação à faixa de remuneração dos 48 assistentes sociais que desempenham atividade de forma remunerada, considerando o salário-mínimo de R\$ 1.212,00 à época da pergunta, o gráfico 04 aponta que 21 participantes (43%) possuem remuneração que varia de 3 a 5 salários mínimos, seguido de 13 (27,1%) que recebem entre 1 e 3 salários mínimos. Ainda, 7, (14,6%) possuem remuneração entre 5 e 7 salários mínimos, enquanto 5 (10,4%) ganham até 1 salário mínimo e 2 (4,2%) possuem remuneração entre 7 e 9 salários mínimos.

Gráfico 04 – Sobre a faixa de remuneração dos assistentes sociais que desempenham atividade remunerada



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para Behring (2009, p. 303), a atualidade descreve “a ‘desorganização’ do capitalismo contemporâneo, a ‘nova’ questão social e os também ‘novos’ formatos e coberturas da política social diante da crise do modelo anterior de regulamentação e de consciência coletiva [...]”. Portanto, os assistentes sociais contam com uma realidade em constante transformação em sua realidade de trabalho, na qual a diminuição da proteção social interfere diretamente na vida dos usuários e nas condições de trabalho profissional.

Outro aspecto importante com relação à carreira dos assistentes sociais diz respeito às situações daqueles que seguem como pesquisador e que também encontram um cenário repleto de adversidades. As agências de fomento à produção de conhecimento, como a Capes e o CNPq, por exemplo, têm seus recursos cada vez mais escassos, tendo como áreas mais atingidas as concentradas nas Ciências Humanas e Sociais, em detrimento da valorização da tecnologia, nicho que tem o incentivo do capital. Principalmente entre 2018 e 2019, a

Educação brasileira perdeu quase 6 bilhões de reais de seu orçamento, o que correspondeu a cerca de 25% do previsto (FARAGE; LIMA, 2021). A Capes e o CNPq já acumulam corte de 73,4% nos seus orçamentos desde 2015, o que compromete diretamente o desenvolvimento de pesquisas e o repasse de auxílio financeiro a pesquisadores, que convivem com a escassez de bolsas de fomento à ciência (ZANLORENSSI; SOUZA, 2021). Uma participante destaca, a partir de seu planejamento profissional, a frustração em não poder seguir o que queria em decorrência do baixo número de bolsas atualmente; outro relato expõe a situação de alguns estudantes que gostariam de ter tido contato com a pesquisa durante a graduação, mas as condições desfavoráveis, muitas vezes, impossibilitam:

Inicialmente, eu queria ir para o mestrado, mas o que que acontece? Mestrado hoje na UFRGS o Serviço Social tem duas bolsas hoje, né? Não tem outras bolsas. Eu precisaria da contrapartida. Então eu pensei: “não, se eu entrar no mestrado, eu vou precisar procurar um emprego”, e também sabia de colegas que já estavam procurando trabalho e não estava fácil. É pela via do concurso, é pela via da entrevista [...]Eu não sei qual é minha perspectiva pós residência. Eu quero muito engatar um mestrado, né? Com expectativa, mas eu sei que pra isso vou ter que estar trabalhando, ou espero que bolsas surjam a partir dessa promessa, mas é muito difícil tu querer também seguir uma formação, dependendo de uma contrapartida financeira e muito por causa das contrarreformas, que vão limitar os gastos de educação, gastos com a saúde (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Só que eu sei que para muitos colegas é super inacessível também estar enquanto bolsista durante a graduação, porque é uma bolsa de 400 reais que não tem reajuste há vários anos já. Então isso também por impossibilita da galera acessar esses espaços, seja de extensão, seja de iniciação científica, né? (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Além do reconhecido pelas participantes com relação aos valores das bolsas de estudo e iniciação científica não há como negar o cenário deflagrado como diz Ricardo Antunes (2018) a “era dos serviços” (proletariado de serviços) que são expressões significativas da nova morfologia do trabalho, compondo, inclusive, a manifestação do trabalho do próprio assistente social, ou seja, da nova morfologia do trabalho no Serviço Social, incluindo as TICs:

Inúmeras situações que expressam essa nova morfologia do trabalho de assistentes sociais podem ser observadas nas políticas de habitação, saúde, assistência social, entre outras, atestando que assistentes sociais subcontratadas/os e terceirizadas/os experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida (RAICHELIS, 2018, p. 52).

Os egressos de Serviço Social, assim como demais áreas do saber, se deparam com o aprofundamento da precarização do trabalho e agudização das expressões da questão social. Com vínculos trabalhistas mais fragilizados, vê-se, por exemplo, a contratação de assistentes sociais sob a exigência de o profissional ser microempreendedor individual (MEI), na tentativa de mascarar a relação de assalariamento inerente da relação; em vez de concursos públicos, observam-se contratações temporárias, com período máximo de dois anos. Portanto, “à medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e sua consequente potenciação, modificam-se as formas e o grau de exploração da força de trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 85).

Pode-se estar passando por um período de alteração do perfil profissional, principalmente no que tange aos seus vínculos e relações de trabalho, no qual o Estado tenta eximir-se cada vez mais de sua responsabilidade com os usuários das diferentes políticas e direitos sociais. Os participantes da pesquisa destacam esse cenário: “percebo a redução de concursos públicos, o que reduz possibilidades de emprego estável, e a precarização geral das condições de vida da classe trabalhadora” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022). As contrarreformas, assim, interferem diretamente nas possibilidades de inserção profissional dos assistentes sociais, que contam com menores oportunidades de trabalho em decorrência do desmonte das instituições que operacionalizam políticas sociais públicas:

Com as Contrarreformas do Estado Brasileiro e a consequente diminuição dos incentivos às Políticas Sociais Públicas vê-se a diminuição significativa de espaços sócio-ocupacionais onde poderiam ser inseridos Assistentes Sociais formandos e devidamente registrados em seu Conselho Profissional (CRESS) (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Com menores oportunidades, os profissionais, por necessidade de sua própria subsistência, se submetem às condições de trabalho oferecidas pelo mercado. Muitas vezes, a oportunidade que surge, no entanto, não é no âmbito do Serviço Social, escancarando a precarização de um trabalhador polivalente:

Hoje estou trabalhando como assistente administrativo em uma escola (em verdade daria pra dizer que realizo o trabalho de assistente administrativo, assistente financeiro, recepcionista, gerente, porteira, auxiliar de professor, enfim, muitas atividades que não só aquela pela qual fui contratada). Sofri um acidente de trabalho e o INSS negou o benefício por conta da última contrarreforma da Reforma da Previdência. O vínculo de trabalho é CLT, mas o valor que ganho é de um salário mínimo para bem mais de 44 semanais. Vejo muitas pessoas em situações até mesmo piores do que a minha. Realizei diversas entrevistas na área do Serviço Social, mas me vejo recém formada disputando vagas com colegas com muitos anos de profissão, que também se encontram na

mesma situação. O Teto de Gastos não permite investimentos na Educação, Saúde e outras áreas que ofertam serviços importantes para a população e que também são áreas de atuação profissional do assistente social. Sendo assim, a perda para nós assistentes sociais é dupla, porque afeta a nossa capacidade de sub-existir com o básico pela falta de oportunidades de emprego, ao mesmo tempo que impede - assim como a outros usuários - que tenhamos suporte de serviços públicos essenciais neste momento histórico de crescimento expressivo das desigualdades sociais, que nos atingem igualmente (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Hoje nós temos só 2 assistentes sociais que são da prefeitura, do quadro, e o resto são outras 7, são todas contratadas pela PUC, então aí tem a questão, as próprias relações dentro do serviço social, ali residentes, servidor, contratado, eu vejo que tem muitos embates que também vão, né, rebater na nossa atuação, enfim, no trabalho. Porque a gente tem que responder ali uma demanda, que é da direção. E essas pessoas que estão ali, por sistema de contrato, né, têm um vínculo empregatício muito mais frágil, então eu vejo que muitas vezes as colegas se submetem a situações em que talvez não fossem da conduta profissional, mas por justamente medo de perder esses empregos, enfim, isso vai afetando todo o trabalho do serviço social na instituição (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Outro ponto crítico é de que, na realidade, alguns processos seletivos no âmbito do Serviço Social buscam profissionais que atuem em atividades de trabalho diferentes das previstas enquanto suas competências e atribuições, indo de encontro ao código de ética e lei de regulamentação. São situações como essas que embasam a afirmação de Iamamoto (2014) quando diz que é fundamental dar continuidade às pesquisas sobre as mudanças no mercado de trabalho e os diferentes espaços ocupacionais, em especial nos contextos de desmontes, de rebaixamentos salariais, de contratos temporários.

Os assistentes sociais também sofrem a desregulamentação do trabalho formal, a perda do acesso aos direitos trabalhistas e do salário indireto, os rebaixamentos salariais. Cresce o trabalho precário, temporário, a contratação por projetos, que geram: insegurança da vida dos profissionais mediante a ausência de horizonte de longo prazo de emprego e a perda de direitos. A ameaça de desemprego e a experiência do desemprego temporário afetam diretamente a sobrevivência material e social do assistente social, que depende da venda de sua força de trabalho para a obtenção de meios de vida, como qualquer trabalhador assalariado. Essa precarização das condições de trabalho atinge a qualidade dos serviços prestados e a relação com a população; projetos são abruptamente interrompidos quando termina o seu financiamento temporário; expectativas da população envolvida nas atividades são frustradas, a legitimidade obtida para realização do trabalho do assistente social é truncada, além de outras incidências de ordem ética (IAMAMOTO, 2014, p. 632-633).

Sendo assim, os assistentes sociais encontram um cenário de precarização das condições de seu trabalho, interferindo na operacionalização e planejamento de políticas sociais, e de precarização do trabalho em geral, assim como das condições de vida dos usuários. Pode-se aferir com base nos dados coletados que os participantes da pesquisa

contam com limitações em suas escolhas e possibilidades de inserção profissional, fator que não pode ser ignorado no processo de formação profissional.

Os desafios aos novos profissionais se lançam, como já mencionado, em um cenário de expropriação de direitos, que afeta diretamente o trabalho dos assistentes sociais que se inserem nos diferentes espaços socio-ocupacionais enquanto trabalhadores assalariados possuidores de um projeto construído historicamente. O mercado, forte regulador das relações sociais, age, em tempos de crise, estimulando maior exploração da força de trabalho dos trabalhadores e transferindo a responsabilização da questão social ao individual, criando condições para um Estado cada vez mais enxuto e com foco apenas na extrema pobreza. O trabalho profissional é resultante, então, da história e dos agentes que o perfectibilizam, cujos espaços socio-ocupacionais são, ao mesmo tempo, assim como o próprio do assistente social, reprodutores e superadores da ordem social existente (IAMAMOTO, 2009).

O aumento do desemprego e da informalidade acirra a procura por políticas públicas e sociais, cada vez mais escassas em época de crise. Para Iamamoto (2009), a agudização da questão social e suas diferentes manifestações tendem a ampliar o mercado de trabalho para o Serviço Social. A nova forma de organização das políticas sociais passa a valorizar a focalização, privatização e descentralização, repercutindo no trabalho dos assistentes sociais. Ademais, a o aumento dos processos tecnológicos também fazem parte da nova realidade de trabalho dos assistentes sociais:

É esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições. Mas ele impõe também específicas exigências de capacitação acadêmica que permitam atribuir transparências às brumas ideológicas que encobrem os processos sociais e alimentem um direcionamento ético-político e técnico ao trabalho do assistente social capaz de impulsionar o fortalecimento da luta contra-hegemônica comprometida com o universo do trabalho (IAMAMOTO, 2009, p. 343-344).

Em pesquisa realizada em 2004 pelo CFESS, mais de 78% dos assistentes sociais atuavam em instituições públicas de natureza estatal, presentes nas diferentes políticas sociais. Ao mesmo tempo, quase 12% dos profissionais não estavam inseridos no mercado de trabalho. Atualmente, observa-se o aumento de novas formas de inserção profissional dos assistentes sociais, que viram os concursos públicos diminuir nos últimos anos e se deparam, muitas vezes, com exigências profissionais nos editais distintas das estabelecidas pelas normativas da profissão (IAMAMOTO, 2009). Para Reidel, Closs e Prates (2022, p. 73):

Há que se considerar o percentual de vínculos no setor público no Brasil, em relação ao total de ocupados/as formalmente, no conjunto da economia, reduzir-se de 22,3%, em 1995, para 17,4%, em 2016 (LOPEZ; GUEDES, 2018), dado que se relaciona diretamente com o mercado de trabalho da profissão. É importante observar que tal retração de vagas no setor público está imbricada na contrarreforma do Estado.

Novos dados do perfil dos assistentes sociais do RS em pesquisa realizada pelo CRESS 10ª Região, pela UFRGS e pela PUCRS em 2022 refletem a precarização dos vínculos e condições de trabalho dos quais os assistentes sociais não foram poupados. Os assistentes sociais, enquanto pertencentes à classe trabalhadora, também são afetados pela precarização e flexibilização do trabalho, o que “[...] inclui a jornada, as condições e as relações de trabalho, as pressões e as ausências de perspectiva de longo prazo na carreira e na melhoria dos meios de atendimento à população usuária” (REIDEL; CLOSS; PRATES, 2022).

Por isso, consideramos o debate acerca dos fundamentos condição para uma formação profissional atenta à dinâmica das relações sociais e da produção e reprodução do capital e suas incidências nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e, neste estudo, em especial aos assistentes sociais. Aqui o diálogo com as contrarreformas e com o acirramento das expressões da questão social foi proposto nesta pesquisa junto aos participantes, pois se encontram inseridos nesse contexto, o que interfere em suas possibilidades de planejamento profissional, conforme explicita uma participante: “Percebo um desmonte nas políticas públicas de forma geral. Isso interfere diretamente nas oportunidades e condições de trabalho para nossa categoria. Além disso, as condições de vida dos usuários estão paupérrimas, que também interfere no nosso trabalho” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

O assistente social, então, vivencia “configurações da nova morfologia do trabalho profissional, como a precarização, a intensificação e a terceirização do trabalho, e suas conseqüências deletérias” enquanto atende às demandas dos usuários nas mesmas situações de precarização (RAICHELIS, 2018, p. 18). Iamamoto (2018, p. 220) destaca que

Os investimentos em ações de empresas no mercado financeiro apostam em expectativas de lucratividade futuras dessas empresas, interferindo silenciosamente: nas políticas de gestão e de enxugamento da mão de obra; na intensificação do trabalho e no aumento da jornada; no estímulo à competição entre os trabalhadores num contexto recessivo, dificultando a organização sindical; na elevação da produtividade do trabalho com tecnologias poupadoras de mão de obra; nos chamamentos à participação e consentimento dos trabalhadores às metas empresariais. Estas metamorfoses do mercado e das condições de contratação do trabalho atingem o conjunto dos trabalhadores e, também os assistentes sociais,

enquanto assalariados. Cresce o trabalho precário, temporário, a contratação por projetos, que geram insegurança a vida dos profissionais mediante a ausência de horizonte de largo prazo de emprego.

A pesquisa mostra que a terceirização é uma realidade no âmbito do trabalho profissional em Serviço Social. Assim, em um mesmo espaço socio-ocupacional, observam-se distintas modalidades de contratação e vínculos profissionais:

Além disso, observa-se a redução dos recursos humanos necessários para o adequado funcionamento dos serviços. Com isso, as contratações que ocorrem dão espaço às “parcerias público-privado”, ao serviço terceirizado e aos contratos temporários, culminando na distinção entre os direitos dos trabalhadores concursados e dos “parceirizados”. Os concursados, que também viram seus direitos enxugados nos últimos anos, a exemplo da cobertura previdenciária, ainda contam com uma série de direitos básicos, ausentes para os trabalhadores com vínculos mais frágeis e sem proteção social (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Mesmo em situações de trabalhadores “concursados” há o reconhecimento do enxugamento dos direitos, a exemplo da própria cobertura previdenciária. Para Melo, “o movimento das ‘reformas’ nos últimos anos foi no sentido de deixar o emprego formal cada vez mais parecido com a informalidade, ‘flexibilizando’ direitos e, assim, deixando os trabalhadores mais vulneráveis às crises”¹⁵ (MELO, 2020).

Uma das manifestações que se intensificou na pandemia diz respeito ao trabalho remoto, e os assistentes sociais não fogem à regra. Os profissionais que tiveram o seu direito de proteção à vida mais protegido, podendo desempenhar suas atividades de casa, contaram com alguns desafios inerentes dessa situação. Uma profissão que conta majoritariamente com o público feminino enfrenta, naturalmente, expressões de gênero com o acúmulo e intensificação de atividades domésticas, já que a vida privada e a vida pública cada vez se distinguem menos nessa modalidade.

E, como já mencionado anteriormente, muitos trabalhadores se responsabilizaram pelos equipamentos e condições de trabalho, sem que fossem ressarcidos por isso. Especificamente no âmbito do Serviço Social, profissão essencialmente de contato com o público usuário, questões sobre atendimento remoto, sigilo profissional, estágio em tempos de pandemia, redimensionamento das competências profissionais, entre outras, ganharam espaço

¹⁵ Cabe destacar que em tempos de pandemia da Covid-19 - desencadeada no Brasil em março de 2020 e que já soma aproximadamente 700 mil mortos em fevereiro de 2023, em um mundo sem trabalho para todos, com ampliação da superpopulação relativa, com a crescente tendência de precarização, com desigualdades sociais aumentando (incluindo a exclusão digital em tempos de trabalho remoto), o cenário é ainda mais preocupante. Com tamanha taxa de superpopulação relativa, não há interesse em se investir em educação/formação. Muitos trabalhadores (não somente assistentes sociais) contam com pouco ou nenhum tipo de proteção social para enfrentar este período (IAMAMOTO, 2018; MELO, 2020).

para reflexões de demandas ainda não conhecidas tais como: estágios da graduação em serviço social e supervisão interrompidos, distanciamento dos usuários, sucateamento dos espaços de trabalho, interrupção das visitas domiciliares, atendimento de telefone, enfim. Alguns relatos da pesquisa ilustram a realidade do trabalho durante o período da pandemia:

E daí teve a pandemia e piorou muita coisa na assistência social e nas outras políticas públicas. Então, eu vejo no trabalho, assim, todo esse sucateamento de políticas e do espaço de trabalho também, eu estava num espaço de trabalho com a estrutura bem complicada. Não tinha sala pra tender, não tinha espaço pra gente se sentar. Eu queria um estagiário, mas não tinha onde colocar ele assim, sabe? (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Mesmo com os recursos que a prefeitura tem, com a pandemia se agravou de tal forma, muito complicado, assim. E na pandemia, a gente não conseguia, a gente era... a gestão, então, proibiu da gente fazer atendimento presencial, proibiu da gente fazer visita domiciliar, né? Então, é, nós apenas servimos para atender telefone e liberar cesta básica para deixar ali na porta para a pessoa pegar. Era isso o atendimento que eles queriam, assim, foi muito complicado a gente bater de frente. A gente quer lutar para fazer visita, a gente quer fazer atendimento, né? E a gente perdeu muita coisa na pandemia, nesses atendimentos que a gente fazia por telefone. Não era atendimento. E o que me preocupa é essa realidade, assim, né? (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Então acho que com a pandemia, isso se acirrou muito mais, muito mais. Então acho que vem desafios para formação. Para quem está em formação agora, porque eu acho que profissional que tu vai conseguir formar em sei lá quantos anos já de ensino remoto? Então, assim, o que se aborda e quais são os profissionais, que entendimento que eles vão ter, né, depois da formação, assim. Então eu acho que são muitos desafios para um contexto do mundo do trabalho? Que é desconhecido por a gente também assim, né? Acho que tem coisas que estão vindo por aí que são das contrarreformas e que são desse outro jeito de trabalhar, que veio com a pandemia, que nos colocou no lugar que a gente não sabe o que está acontecendo assim, né? A gente não sabe o que está por vir. A gente está cada vez mais responsável pela nossa condição de trabalho, pelo nosso meio de trabalho, né? Assim, como o nosso vínculo é cada vez mais distante. E eu vejo isso das minhas colegas que são servidoras também (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

E também a pandemia nos afastou muito dos usuários, nos deu um distanciamento também da gestão, né, dos nossos gestores, dos nossos usuários. Como que a gente trabalhou na pandemia, né? Eu fiquei em home Office. A minha empresa me possibilitou fazer isso, e para mim, estar no home Office foi muito ruim. Como é que um assistente social atende em home Office? E eu atendo a Juventude (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Eu lembro também que quando começou a pandemia, os estágios foram suspensos. Isso afetou muito vários colegas meus, porque bom, estar suspenso o estágio significa estar suspensa a remuneração também, né? E, ao mesmo tempo a gente esperou, estava esperando um posicionamento ali da ABEPSS de como a gente faria esse estágio de forma remota ou não? Como a gente iria para o Campus, eu vi que a gente foi, eu fui depois de um semestre, eu consegui ainda trancar o meu por um semestre e quando eu retornei para o estágio, eu lembro que não tinha estrutura para nos receber. Era “aqui está o caos, tá tudo um caos, a gente ainda está no auge da pandemia, várias funções, como vai ser? Mas pega uma máscara e vamos lá”, sabe? Eu lembro que todo atendimento mudou, muita coisa mudou. E até hoje, enquanto profissionais, foi necessário ter um momento de formação no dia a dia mesmo, de como vamos lidar com isso? Porque é isso, é o atendimento remoto, mesmo estando

lá presencial eu fazia atendimento com as famílias por telefone, o pessoal todo ali atendia o telefone. A gente não tinha esse preparo, os serviços muitos não estavam funcionando da mesma forma, portas abertas. Era tudo por marcação, até hoje muitos seguem assim (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Também importante situar que além da crise sociopolítica, o país viveu uma crise sanitária, na qual a desigualdade no acesso à saúde é realidade, por compreendê-la enquanto mercadoria¹⁶. Nem todos os trabalhadores e assistentes sociais tiveram possibilidade de aderir ao trabalho remoto, em virtude do caráter essencial de suas atividades. No entanto, apesar de se reconhecer a importância de determinadas atividades, elas não foram contempladas com a mesma lógica na organização da vacinação. Os profissionais do SUAS, por exemplo, não se enquadravam como profissão que detinha prioridade na campanha de vacinação, diferentemente dos trabalhadores do SUS. Após mobilizações e críticas ao atraso da aquisição e distribuição de vacinas no Brasil, os trabalhadores da Assistência foram incluídos; no entanto, apenas os profissionais com nível superior podiam se candidatar à vacina, o que excluía os demais membros da equipe de recursos humanos. Houve, portanto, claro critério elitista na oferta de vacina, pois muitos trabalhadores que não possuíam nível superior passavam por situações de igual ou maior risco que os profissionais diplomados (CMBH, 2021).

Portanto, visualiza-se a necessidade de se pensar crítica e historicamente a formação e o mercado de trabalho profissional, de forma articulada com a dinâmica das políticas sociais. Contudo, o eixo central para que esse debate se estabeleça é por meio da questão social e suas manifestações, e das respostas oferecida pelo Estado a fim de que se estabeleça uma relação harmoniosa entre as classes. Nesse sentido, as contrarreformas ocupam um espaço significativo para a apreensão das expressões da questão social atuais, visto que se configuram enquanto medidas que expropriam os direitos dos trabalhadores e precarizam as relações e condições de trabalho. Assim, o diálogo entre a centralidade do trabalho e da questão social para os assistentes sociais não pode negligenciar esse recorte expressivo da

¹⁶ Além do aspecto de gênero, a pandemia revelou um caráter elitista do acesso à saúde. Apesar de o SUS ser um modelo de organização de referência internacional, conta com muitos desafios que incidem na oferta e operacionalização da política, desafios esses acirrados e intensificados após o Golpe de 2016, cujas ações e contrarreformas se reservaram a cortar gastos de políticas públicas e sociais. Com isso, a desigualdade se desvela mais uma vez, e explicita o entendimento da saúde enquanto mercadoria em uma sociedade capitalista. Assim, houve casos em que quem podia contar com maior acesso à rede privada/complementar de saúde usufruiu de melhores condições de sobrevivência, enquanto que a crise do oxigênio em Manaus, em janeiro de 2021, momento em que havia altas taxas de ocupação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em Manaus e que a taxa de infectados atingia seu ápice nacional, escancarou uma série de negligências por parte do governo federal (alvo, inclusive, de investigação), que culminou na morte de dezenas de pessoas, que podiam ter sido evitadas, expondo, mais uma vez, ao fracasso o Ministro Pazzuelo, terceiro da linha sucessória no Ministério da Saúde, já foi exonerado do cargo (CRUZ, I, 2021).

realidade brasileira, a partir dos fundamentos da formação e do Serviço Social à luz da indissociabilidade entre história, teoria e método.

Contudo, a partir da revisão teórica, subsidiando a caminhada investigativa pode-se dizer que as contrarreformas agudizam as expressões da questão social, e os recentes profissionais estão atentos a tais transformações. Tanto no âmbito da formação quanto do trabalho profissional, a questão social é um eixo central para o Serviço Social. A complexidade dos desafios apresentados na conjuntura brasileira exige que haja um direcionamento ao debate acerca da questão social, bem como suas manifestações, enquanto objeto de intervenção do assistente social. Apenas por meio da ancoragem nos fundamentos e se amparando nos respaldos legais que regulamentam e conferem direcionamento a profissão que os desafios decorrentes das contrarreformas poderão ser apreendidos e superados.

Assim, por meio da explanação acerca dos fundamentos da formação, assim como dos fundamentos do Serviço Social, fica evidenciada a indissociável relação entre formação e exercício profissional, ou ainda, trabalho e educação. Portanto, o planejamento e a inserção profissional exitosa dos assistentes sociais nos diferentes espaços socio-ocupacionais dependem de ações desde a formação, levando em consideração as particularidades da realidade social de contrarreformas. Somente por meio da discussão acerca dos fundamentos que possibilidades aos desafios encontrados serão construídas.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

A educação, compreendida como, além de uma importante política pública, uma categoria, uma experiência social, é fundamental para a sociabilidade humana. Não pode, portanto, “ser tomada apenas em seu sentido estrito, apenas como política pública, muito embora ela cumpra um papel de suma importância na trajetória das conquistas e mudanças sociais” (ALMEIDA, 2012, p. 94). A educação está na constituição do ser humano, é um processo que o acompanha por toda a vida, nos mais diferentes nichos. É, portanto, uma dimensão da vida social, prática permanente de seres histórico-sociais e inacabados, que estão sempre em processo de formação. Independentemente do espaço em que se encontram, os seres humanos sempre estão em processo de aprendizagem, ou seja, não é apenas na escola onde ocorre uma prática educativa. Por todo seu significado e relevância, a educação é uma política pública, uma das principais presentes no Brasil (FERNANDES, 2016).

A Política de Educação é um dos principais direitos sociais presentes no Brasil, desde a CRFB/88 (BRASIL, 1988), a educação é assegurada como um direito social de todos,

principalmente de crianças e adolescentes. Mais tarde, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) reafirma esse direito; e a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) por sua vez, traz diretrizes, explicando os níveis e modalidades da educação. A educação possui objetivos que ultrapassam a qualificação para o trabalho, visando, também, ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao preparo para o exercício da cidadania. Contudo, quando se analisa a realidade da educação em suas diferentes etapas e sua própria organização curricular, há clara tendência para atender às necessidades do mercado (MÉSZÁROS, 2008).

No Brasil, quando o modelo de educação formal foi introduzido, no século XVIII, era destinado às pessoas que detinham alto poder aquisitivo. Foram contemplados, principalmente, jovens do gênero masculino, com destaque para as instituições do Rio de Janeiro, visto que muitas foram pioneiras no País. Às mulheres, restavam os afazeres domésticos; apenas no século seguinte elas puderam ingressar em cursos de Magistério (porque eram “atividades que se aproximavam das tarefas de casa”), processo marcado por muitas lutas reivindicatórias (STEPHANOU; BASTOS, 2004).

Dessa forma, pode-se apreender que houve avanços acerca da trajetória da Política da Educação acerca de seu público abrangente. Em seu início era bastante limitado e elitizado, restringindo-se apenas aos meninos com significativo poder aquisitivo. Mais tarde, timidamente, as mulheres ganharam espaço depois de muitas lutas; e, finalmente, com a CRFB/88, a educação passou a ser um direito social de todo cidadão, independentemente de seu sexo ou sua condição socioeconômica (STEPHANOU; BASTOS, 2004). Assim, a educação formal, em sua origem, evidencia e reproduz uma expressão de desigualdade (social, de gênero e racial) desde sua gênese, pois os primeiros a ingressarem no ensino superior, como visto, foram homens jovens e ricos, tendo a oportunidade de, conseqüentemente, com maior nível de escolarização, ocupar postos de trabalho privilegiados e com maiores remunerações.

Compreendida a partir dos níveis infantil, fundamental, médio e superior, a educação formal é obrigatória dos quatro aos dezessete anos. Houve, portanto, um aumento e uma alteração da obrigatoriedade, visto que anteriormente as crianças e adolescentes tinham que frequentar a escola, no mínimo, nove anos (do 1º ao 9º ano do ensino fundamental). Agora, a obrigatoriedade compreende o ensino infantil, fundamental e médio, totalizando 13 anos de vida escolar, conforme artigo 4º, inciso I da LDBEN (BRASIL, 1996). É, sem dúvida, um avanço, quando se pensa, principalmente, nas incidências sociais dessa medida, como, por

exemplo, a possibilidade de as crianças terem acesso à educação infantil enquanto suas mães trabalham. Porém, a alteração “quantitativa” não é sinônimo de elevação de qualidade.

A educação formal, dessa forma, continua reproduzindo uma série de características em prol de interesses do modelo de sociabilidade atual. Como exemplo, evidenciam-se as diferenças no interesse e no acesso ao ensino superior e ao ensino técnico/profissionalizante. Por muito tempo, o ingresso na universidade se manteve direcionado a quem detinha melhores condições de acesso e permanência; hoje, por meio da Lei nº 12.711 de 2012, conhecida como lei das cotas (sociais e raciais), por exemplo, pode-se dizer que há menos elitização e maior democratização do acesso ao ensino superior no Brasil (BRASIL, 2012; MACIEL, 2016). Enquanto isso, o ensino profissionalizante nos moldes atuais ainda é destinado a parcelas da população cuja renda é menor, em evidente distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, onde o tempo de permanência na escola serve para definir o tipo de trabalho a ser realizado, distinguindo uma educação para a classe dominante e para a classe dominada (SILVA, 2012; SAVIANI, 2007)¹⁷.

Apesar de poder contribuir para a promoção da igualdade social, na hegemonia neoliberal predominante, constata-se que a educação está mais perceptível como mercadoria do que como direito social, ilustrando o caráter contraditório das políticas sociais (RAICHELIS, 2018). Conforme Almeida (2012, p. 94), “a educação, na perspectiva capitalista, é uma das formas de se assegurar a sociabilidade necessária à reprodução do próprio capital”. Dessa forma, entende-se a educação, muitas vezes, como reprodutora de desigualdades sociais: a atual configuração, tecnicista, mantém o *status quo* da sociedade, enquanto mediação alienante e uma ideologia burguesa (GANDIN; GOLBSPAN, 2017). Assim, é vista como mercadoria, e cada vez menos como um direito social, a partir de uma lógica de responsabilização dos próprios indivíduos. Contudo, a educação pode (e deve) ser compreendida, também, como possibilidade emancipatória do ser humano e como potências para a construção de uma nova sociabilidade (ALMEIDA, 2012).

Para Tonet (2005) a emancipação humana não é possível nos moldes da sociabilidade capitalista, com base no entendimento da cidadania moderna. Conforme o autor, a cidadania, para a lógica liberal, pressupõe que todos os indivíduos são iguais e livres por natureza, sendo as desigualdades o resultado do exercício dessa liberdade, ou seja, compreendidas como algo “natural”. Para a concepção da esquerda democrática, há a tentativa de desvincular o conceito

¹⁷ Aqui vale ressaltar que Demerval Saviani (2007) entende a politecnia (educação tecnológica) e a escola unitária como caminho da superação da dicotomia entre educação e trabalho, pois não há hierquização entre trabalho manual e intelectual.

de cidadania do capitalismo, compreendendo-a como algo anterior a esse modo de produção, defendendo, por exemplo, uma cidadania socialista; para essa vertente, embora a cidadania moderna tenha sua origem no interior da sociedade capitalista, ela não se esgota nesta forma de sociabilidade; é, assim, um processo infinito, cujas conquistas da classe trabalhadora se constituem enquanto movimento dos próprios trabalhadores, e não como um produto da sociedade capitalista.

Já a cidadania para a crítica marxiana apreende a cidadania a partir das relações que os homens estabelecem entre si no trabalho, diferentemente das outras concepções, que a abordam a partir da dimensão político-jurídica. A cidadania, então, se constitui enquanto etapa de consolidação da emancipação política, porém, a plena emancipação humana e dos indivíduos sociais apenas é possível com a eliminação da exploração de uma classe pela outra. O trabalho se instala como meio da manutenção da propriedade privada, e não com fim para a emancipação humana. Assim, para Tonet, a cidadania na sociedade capitalista é a adaptação à forma política de legitimação do Estado enquanto mediador das relações sociais de produção (TONET, 2005).

A educação, nesse sentido, não se apresenta como possibilidade de emancipação humana no capitalismo, mas pode contribuir para que a ideia determinista de que a realidade não pode ser transformada, apresentada como algo “natural”, seja superada. Enquanto seres condicionados, mas não determinados, os seres humanos são repletos de potencialidades e criatividade. Para Freire (2009, p. 25), “esta é uma das significativas vantagens dos seres humanos – a de se terem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes”. Por isso a importância de não se assimilar a definição de educação de forma estreita, visto que a educação somente pode ser apreendida enquanto aprendizagem social de seres históricos, portanto, é um conceito amplo, que extrapola os modelos formais (FREIRE, 2009).

Contudo, a educação não pode ser uma prática desconectada do concreto, reproduzindo um modelo bancário, que suprime qualquer possibilidade de manifestação crítica e criativa dos sujeitos. Nesse sentido, Almeida (2012) compreende as resistências e as conquistas no âmbito da educação como representantes de uma das expressões da questão social. Para o autor, destaca-se “mais uma vez a necessidade de compreensão da educação em suas interfaces com outras dimensões da vida social e das políticas sociais como uma exigência do processo de formação profissional dos assistentes sociais” (ALMEIDA, 2012, p. 99-100). A educação, assim, possui relação com outras áreas de política social, e o assistente social deve estar atento a essa potencialidade, que ao mesmo tempo se constitui como um desafio.

Para uma educação emancipatória, “nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 2009, p. 26). Assim, uma educação transformadora compreende a aprendizagem a partir da concepção do educando e do educador enquanto sujeitos, não compreendendo o educando como objeto passivo e receptivo, mas valorizando suas vivências e experiências para que o processo educativo, de fato, faça sentido para o educando (FREIRE, 2009).

Como prática especificamente humana, tanto quem ensina quanto quem aprende se transforma no processo pedagógico, pois “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar”, indicando o caráter histórico e inacabado do ser humano (FREIRE, 2009, p. 23-24). Ademais, o processo de aprendizagem compreende o aqui e o agora, em todo espaço e a todo tempo se aprende, seja em casa, seja no trabalho, e não apenas nos espaços e horários definidos formalmente (FERNANDES, 2016).

As instâncias formativas formais e/ou escolarizadas, no entanto, são somente um dos espaços onde a educação pode ocorrer. Não se pode, assim, conceber a ideia de que a educação ocorre apenas na escola ou na universidade, que são apenas espaços institucionalizados cuja finalidade diz respeito ao desenvolvimento da cidadania e à preparação para o trabalho. Mas a educação é um processo muito mais amplo, muitas profissões, antigamente, por exemplo, eram repassadas de pai para filho, por meio da observação e do fazer profissional, ou ainda, em comunidades de povos originários, em que o conhecimento que predomina é por meio da oralidade dos mais velhos para os mais novos, como, por exemplo, nos coletivos indígenas. O conhecimento de uma pessoa, definitivamente, ultrapassa qualquer limite físico de uma escola. Quantas pessoas sábias existem que nunca frequentaram sequer um espaço formal de educação? O conhecimento é construído ao longo da vida, por meio do processo de se educar.

Com o desenvolvimento do capitalismo, surgiu a necessidade de maior profissionalização para que as pessoas aprendessem determinadas funções, de forma alienada. Assim, espaços formais de educação surgiram de modo a profissionalizar a classe trabalhadora, a fim de que se adequassem às novas demandas das fábricas da Revolução Industrial¹⁸. Com o passar dos anos, novas exigências foram impostas aos trabalhadores, e a

¹⁸ A Revolução Industrial representa um processo de transformação rápida, fundamental e qualitativa no modo de produção, que a partir de 1780, com a máquina a vapor na Inglaterra, consolida o capitalismo (HOBSBAWM, 2015).

educação formal acompanhou esse movimento. No entanto, a educação passou a ser cada vez mais um instrumento de “formação”, no sentido de uniformização da classe trabalhadora, distanciando-se do direcionamento da autonomia e da emancipação, pilares essenciais de profissionais que defendem a educação como direito social fundamental (LUSA *et al.*, 2019). Os participantes da pesquisa quando questionados sobre os desafios e potencialidades da relação entre trabalho e educação apontam que ao estudar a história da educação tem na sua raiz o “viés utilitarista”:

[...] a gente estuda [...] a história da educação lá nos primórdios, que ela foi organizada o processo educacional, né? Ela tinha um viés utilitarista, né? Que era o de organizar uma formação para atender uma determinada demanda de um determinado momento histórico da nossa sociedade. E a nossa profissão hoje, né, no que a gente tem atual cultura é essa: O Serviço Social, ele é vinculado a uma política de educação superior, onde quem vai buscar o curso, né, quer se formar como assistente social para depois, né, ingressar nesse mundo do trabalho e exercer a sua função (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Dessa forma, a educação formal, que deveria oferecer subsídios para que o ser humano fosse livre, está compreendida como um instrumento de manutenção do capital, à medida que “forma” um tipo de pessoa para um determinado tipo de trabalho. Há, portanto, instituições que profissionalizam para o trabalho, e não para qualquer trabalho, pois há um direcionamento de classe bem determinado conforme a modalidade de educação. Logo, apesar de a educação possibilitar ultrapassar um determinismo, observa-se que as pessoas com menos oportunidades e condição financeira ocupam os espaços formais mais fragilizados e, conseqüentemente, têm perspectiva de preencher os postos de trabalho de menor remuneração. A formação, portanto, serve, atualmente para a preparação ao trabalho de interesse do capital, e não para que o sujeito seja feliz, emancipado. A lógica de acumulação de capital a nível global condiciona a conformação da educação superior, que fica suscetível aos ditames internacionais, pois o tipo de conhecimento oferecido tem grande influência na perpetuação da ideologia dominante. Portanto, os sujeitos e as profissões que almejam nova ordem societária servem, então, como direcionamento de uma educação que ultrapasse os limites impostos pelo capital (LEWGOY; FERNANDES; REIDEL, 2020).

O trabalho, compreendido teleologicamente, também é uma especificidade humana, e apresenta uma relação intrínseca e indissociável com a educação. No entanto, essa relação, ontológica por natureza, passa a reproduzir uma relação de causalidade na sociedade capitalista (SAVIANI, 2007). Afinal, o modelo da sociedade neoliberal é predominantemente produtivista, objetiva a preparação para o mercado do trabalho: o cidadão que tem valor é o

que produz, e não necessariamente o que contesta, mas o subserviente (MÉSZÁROS, 2008). No entanto, Almeida (2007, p. 3) afirma que “A assunção da educação no capitalismo ao patamar de campo de regulação por parte do estado não elimina o caráter ontológico da educação e nem a restringe a sua dimensão escolarizada”. Frigotto (2012), ao comentar uma passagem de Marx e Engels sobre a produção dos meios de vida, expõe que

Na prática, a inversão aqui referida se explicita pela ênfase que se tem dado à educação para o trabalho, para a produção, para o mercado de trabalho, sem uma crítica radical à forma que assumem as relações de trabalho. Mesmo quando se assumiu uma crítica ao economicismo na educação, responsável mais imediato por esta perspectiva, não se avançou no exame da natureza do trabalho, das relações de trabalho e produção, na forma histórica como se explicitam no capitalismo atual (FRIGOTTO, 2012, p. 25-26).

Assim, tanto o trabalho quanto a educação passaram por transformações, desde a Revolução Industrial, a fim de acompanhar as exigências do capital, de modo a proporcionar respostas eficientes ao mercado, conforme suas necessidades se apresentavam, alterando significativamente as relações humanas (ANTUNES; PINTO, 2017).

O trabalho, para Marx, de forma geral, pode ser compreendido como a relação existente entre o homem e a natureza. O homem, a partir de suas necessidades de sobrevivência, transforma a natureza em algo útil e produz valor de uso. O homem, então, que também faz parte da natureza na sua origem, diferencia-se dos demais animais porque planeja suas atividades. De forma teleológica, com intencionalidade, transforma seu objeto de trabalho para prover seus meios de subsistência (MARX, 2013).

A clássica comparação entre o homem e a abelha, na obra de Marx, por mais que seu trabalho beire à perfeição, ilustra que as abelhas podem até causar inveja por desempenhar um trabalho sem defeitos, aparentemente. No entanto, o trabalho dos animais é instintivo, os favos sempre obedecem à determinada lógica. O homem, por sua vez, apesar de ter dificuldade de alcançar a sofisticação natural das abelhas, racionaliza, imagina e planeja, criando um resultado que já existia previamente em sua mente (MARX, 2013).

Dessa forma, o trabalho, para o homem, apresenta um caráter pedagógico, pois, à medida que, enquanto parte da natureza, transforma a natureza, transforma também, ao mesmo tempo, a si próprio. Este homem não sai igual a como entrou nos mais diferentes processos de trabalho: aprendeu, por meio dele, novas formas de execução de trabalho, por exemplo, e assim sucessivamente. Contudo, o homem se diferenciou dos outros animais porque passou a transformar a natureza em algo útil por meio do trabalho.

O processo de trabalho, enquanto categoria da teoria social de Marx, independe da forma social em que o homem está inserido, visto que o trabalho faz parte da natureza humana. O processo de trabalho, composto por três elementos, comuns a qualquer modo de produção, são: o trabalho, o objeto (matéria-prima e matéria natural¹⁹) e os meios de trabalho (extensão/prolongamento do corpo humano que facilita a transformação do objeto, como ferramentas, por exemplo). O meio de produção, por sua vez, é a junção do objeto de trabalho e dos meios de trabalho. Porém, a depender do modo de produção, os elementos do processo de trabalho interagem de forma peculiar (MARX, 2013).

Dessa forma, o conceito de trabalho, de forma geral, defendido por Marx (2013), não pode ser apreendido de forma descontextualizada em sua obra *O Capital*. Antes da Idade Moderna e da Idade Contemporânea, observa-se que o modo de produção não era o capitalismo; era, na Idade Antiga, predominantemente o escravismo e na Idade Média o feudalismo. Portanto, até a Idade Moderna, as formas sociais permitiam que o trabalho se aproximasse do conceito inicial, remetendo-se à relação do homem e da natureza, bem como suas transformações (MASCARO, 2013). Enquanto o trabalho artesanal/manual ainda não fora arrancada/substituída pela maquinaria, os trabalhadores detinham certo poder de insubordinação, pois os capitalistas dependiam de suas habilidades.

Com o capitalismo, cujo marco histórico que demarca seu início é a Revolução Industrial (final do século XVIII, na Inglaterra), surgido na transição da Idade Média para a Idade Moderna, a relação do homem com a natureza se modificou drasticamente, e o processo mútuo de transformação se rompeu. O trabalho deixa de ser apenas um trabalho útil: ao valor de uso, somou-se de forma incisiva o valor de troca²⁰ (que até já existia em período anterior, mas não com o fetichismo do capital); além do trabalho concreto, que se manifesta no valor de uso, há o trabalho abstrato, que produz valor. Logo, o duplo caráter da mercadoria/trabalho trouxe o valor como algo comum a todos os trabalhos, igualando-as para que pudessem ser comercializadas através do dinheiro, forma mais ofuscante de mercadoria. O processo de trabalho no capitalismo, portanto, extinguiu qualquer possibilidade de se identificar como um determinado produto foi produzindo, desassociando o produto do trabalho humano empregado

¹⁹ Entende-se por matéria-prima os elementos/materiais que já passaram por alguma modificação mediada pelo trabalho, enquanto que as matérias naturais ainda não foram manuseadas/filtradas pelo homem. A exemplo do ouro, que em sua forma mais bruta, ainda presente em rochas, constitui-se como matéria natural; porém, quando já extraído das rochas por meio do trabalho do homem, pode ser considerado matéria-prima a um ourives).

²⁰ Para Marx (2013), valor de uso diz respeito à utilidade e ao uso social de determinada mercadoria, ou seja, ao trabalho humano concreto; enquanto que o valor de troca se refere à forma de manifestação do valor, externa à mercadoria, logo, ao trabalho humano socialmente necessário para a produção de mercadoria.

para desenvolvê-lo, os trabalhadores têm dificuldade de entender que estão trocando trabalhos, e não “apenas” mercadorias (MARX, 2013).

Cabe destacar, de antemão, que a centralidade da obra *O Capital* de Marx não se baseia na categoria trabalho em si, mas sim no entendimento do capital: na mudança do processo de trabalho no capitalismo e suas consequências para o trabalhador²¹. O homem, que era essencial no processo de produção, passa a ser mero apêndice das máquinas. As relações entre os homens se coisificam e as relações entre as coisas se personificam, passam a ser relações sociais. Logo, para que haja relação social, é necessário ter a propriedade das coisas. O mundo é das mercadorias, e os produtores não aparecem, o fetichismo de sua produção não permite que as relações sejam transparentes, o dinheiro, e não mais o trabalho, tem o poder de comprar coisas.

A produção de mercadorias, portanto, visa à obtenção de mais-valia pela classe detentora dos meios de produção, obtida por meio da exploração da força de trabalho do trabalhador, que não recebe todo o valor do trabalho exercido, ficando uma parte (excedente) com o capitalista/burguês. A mais-valia, por sua vez, é criada em uma “região negativa”, da contradição, onde as esferas deixam de ser puras, em uma relação dialética: nem na circulação de mercadorias, nem na sua produção, mas em uma região do não ser, entre a circulação e a produção. Origina-se da contradição entre valor de uso e valor contida no valor da mercadoria força de trabalho. Seu valor é realizado no momento de sua compra, na instância da circulação, enquanto ser valor de uso é realizado no momento de seu consumo, na instância da produção (MARX, 2013).

Portanto, a força de trabalho²² é a principal mercadoria do capitalismo, pois é a única que produz mais-valia, permitindo que o capitalista “compre pelo valor, venda pelo valor, e mesmo assim extraia mais valor do que adiantou no início”. Através do trabalho humano abstrato, o trabalhador acrescenta ao objeto um valor novo que não existia antes, ao mesmo tempo em que, por meio do trabalho humano concreto, transfere o valor dos meios de produção. Assim, a contradição interna da mercadoria evidencia a luta de classes, visto que o capitalista sempre procura pagar valor menor para a força de trabalho extraindo maior valor

²¹ Não há, no entanto, consenso sobre a centralidade da teoria social de Marx. Enquanto alguns autores defendem a ideia de que o objeto de investigação de Marx é o modo de produção capitalista, outros, por exemplo, afirmam que a centralidade de sua obra é a categoria trabalho.

²² A parte variável do capital, ou capital variável, se refere à força de trabalho, que produz mais-valia por meio do trabalho excedente alheio (do trabalhador). É um fator subjetivo do processo de trabalho, ou seja, diz respeito ao trabalho vivo. Já a parte constante do capital, ou capital constante, se refere aos meios de produção (objeto e meios de trabalho), que não produzem mais-valia. São fatores objetivos do processo de trabalho, produto do trabalho passado/morto (de outros trabalhadores). Não há, portanto, valor acrescido e valorização do valor por parte dos meios de produção, o valor é apenas conservado no produto (MARX, 2013).

de uso (produção de mais-valia) e o trabalhador, por sua vez, tenta aumentar o valor da força de trabalho e diminuir a produção de mais-valia (conceder menor valor de uso) para capitalista de sua mercadoria (MARX, 2013).

O capitalista, que tem como objetivo produzir mercadoria, valor, mais-valia, não se preocupa com a produção de valor de uso. Pode-se destacar, como exemplo atual, o trabalho inútil a partir da obsolescência programada, na qual já há tecnologia para a produção de determinados produtos, mas há a comercialização apenas de alguns produtos com tecnologia “limitada”, que necessitarão de atualizações não mais existentes, obrigando o consumidor a trocar este produto, ainda que em pleno funcionamento, para que possa usufruir de outras ferramentas recursos.

Para tanto, o processo de obtenção de mais-valia conta com várias formas de exploração da força de trabalho do trabalhador, em um movimento constante e crescente de precarização das relações de trabalho. As jornadas excessivas de trabalho, uma das estratégias de aumentar a valorização do capital, podem ilustrar a realidade do capitalismo tanto em sua forma inicial, bem como na atualidade. As primeiras experiências de trabalho no capitalismo não contavam com nenhum tipo de proteção social, visto que as relações eram baseadas em uma ilusória relação de igualdade entre o burguês e o proletariado (MARX, 2013).

As jornadas eram abusivas, o ambiente de trabalho insalubre, o trabalhador era responsabilizado pela sua condição. Crianças, mulheres grávidas, idosos: ninguém tinha sua peculiaridade respeitada, pois “trabalhava quem quisesse”. Após mobilizações coletivas, exigindo o fim dos abusos e condições adequadas de trabalho, direitos trabalhistas foram “concedidos” aos trabalhadores ao longo do tempo (MARX, 2013).

No entanto, em pleno século XXI se observam condições semelhantes: as “novas” formas de precarização do trabalho, como a terceirização²³, pejotização²⁴, uberização²⁵, entre tantas outras que escancaram uma realidade de trabalho instável, com longas jornadas e com pouco ou nenhum tipo de proteção social. (ANTUNES, 2020). Como exemplo, destaca-se a

²³“A terceirização vem se tornando a modalidade de gestão que assume centralidade na estratégia empresarial, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com conseqüências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo, etc.” (ANTUNES, 2018, p. 32).

²⁴ “Trata-se de referência à pessoa jurídica (PJ), que é falsamente apresentada como “trabalho autônomo” visando mascarar relações de assalariamento efetivamente existentes e, desse modo, burlar direitos trabalhistas” (ANTUNES, 2018, p. 23).

²⁵ “Uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 11).

cultura do “sistema 996” propagada pelo empresário bilionário chinês Jack Ma, cofundador da Alibaba, que defende uma jornada de 12 horas diárias (das 9 horas às 21 horas), seis dias da semana (BBC, 2019).

Outro aspecto que adensa as reflexões deste trabalho, diz respeito às concepções do liberalismo, que, com significativa expressão a partir da Revolução Francesa (1789), incluem a propriedade privada e a liberdade econômica, limitando os poderes do Estado. Por sua vez, a pós-modernidade, marcada pela queda do muro de Berlim, em 1989, sofre influências do avanço do neoliberalismo (radicalização do liberalismo) e da globalização. Privatizações, liberdade econômica, mínima intervenção estatal na economia, são algumas das características que ganham ênfase no cenário mundial. Acredita-se a partir desses modelos, que a sociedade adquire crescimento econômico e desenvolvimento social, tendo como base a defesa do individualismo, no “poder” do mercado, em um Estado diferente do de bem-estar, na responsabilidade individual pela situação do indivíduo na sociedade, e na concorrência das empresas privadas (PEREIRA, 2016).

Ao longo do capitalismo, regido por ideais liberais e neoliberais, houve transformações no mundo do trabalho, e conseqüentemente nas formas de produção e nas relações sociais. Hoje, a figura do proletariado, obviamente, não é mais a mesma, mas ainda encontram-se trabalhadores, cujas condições para exercer suas atividades são precárias, com baixos salários e pouca ou nenhuma proteção social (ANTUNES, 2015). Formas precarizadas de trabalho retomam o entendimento da suposta igualdade entre burgueses e proletariados (igualdade que, no caso brasileiro, foi desmistificada, por exemplo, a partir da CRFB/88, que previu uma série de direitos a favor do “mais fraco”, como no caso do Direito do Consumidor). Observa-se novamente a concepção de “trabalha quem quer”, independentemente das condições oferecidas. Os capitalistas não necessitam mais realizar esforços na tentativa de burlar a legislação trabalhista, que se extingue a passos largos, moldando-se aos interesses da burguesia. As contrarreformas se encarregam de estabelecer normas inconstitucionais que permitem a falácia da liberdade total no trabalho, pois o que se mantém é a exploração a força de trabalho. Conforme o relato de uma participante da pesquisa:

Acho que o trabalho, e nesse sentido, acho que todos, antes de fazer alguma graduação, muita gente, né, deve ter trabalhado em outras áreas, a gente como classe trabalhadora a gente sabe o que que é a expropriação do trabalho né, trabalhar muito, um mês inteiro, ganhar um salário mínimo e não conseguir pagar as contas. E não precisa ser assistente social para detectar isso (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Observam-se novas formas de perversidades no mundo do trabalho. Há valorização da intelectualização do trabalho, na qual o trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto (das máquinas), o que faz com que a oferta de vagas seja em menor número, acirrando a concorrência entre os trabalhadores, exigindo cada vez mais qualificação, mesmo que não sirva para a atividade em questão. A hierarquização entre as profissões é explícita, cabendo ao trabalhador de “chão-de-fábrica” sempre os piores retornos financeiros. A acumulação flexível²⁶ traz como consequências o desemprego estrutural e retrocessos nos sindicatos, desprotegendo estes trabalhadores. Alternativas de trabalho que vão de encontro aos interesses do trabalhador, como a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, são formas cada vez mais visíveis que exemplificam a valorização do mercado na sociedade (ANTUNES, 2015).

A uberização, por exemplo, talvez seja a forma mais engenhosa e intensa de exploração do trabalho pelo capital, possibilitada pelo monopólio de tecnologias e plataformas digitais de grandes conglomerados (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021). A produção flexível e liofilizada acentuou formas de precarização em meio a um contexto de crise estrutural profunda do capital e de contrarreformas do Estado, que geraram taxas de desempregos alarmantes e força sobrando de trabalho (superpopulação relativa ou exército de reserva). Ademais, o cenário conta com a radicalização neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro (ANTUNES, 2020).

Os trabalhadores necessitam, então, do alto desenvolvimento tecnológico desenvolvido pelas empresas para se inserirem no mercado de trabalho, através de plataformas para se conectar. No entanto, a inserção profissional desses trabalhadores é perversa: criam-se condições para que os trabalhadores não se reconheçam enquanto assalariados. São formuladas ideias falaciosas de que esses trabalhadores são “empreendedores” autônomos que prestam serviços e precisam da tecnologia que as empresas oferecem. Como consequência, vê-se uma quantidade exorbitante de trabalhadores cujas jornadas beiram 12 horas diárias, em contrária divergência com a legislação trabalhista brasileira, que estipula o máximo de 8 horas diárias de jornada de trabalho, para conseguirem o mínimo para sua sobrevivência (quando conseguem), arcando com todos os gastos

²⁶ Para Maria da Graça Druck, a acumulação flexível, denominação de David Harvey (1995), corresponde ao momento de mundialização do capital, com base em um projeto político e econômico neoliberal. Essa denominação, marcada por transformações no trabalho e na luta dos trabalhadores, apesar de manter a essência de exploração do capital, buscava acumulação ilimitada, lucro e produção excedente, cujo estímulo era a concorrência intercapitalista no plano mundial. Houve, assim, a ruptura com o modelo fordista, substituído pelo trabalho baseado na flexibilização e na precarização (DRUCK, 2011).

necessários para a realização de suas atividades, como o veículo para entrega, pacote de dados para *Internet*, combustível, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), etc. (ANTUNES, 2020). Antunes resume a engenhosidade do capital, a exemplo do que acontece na Uber:

Trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis arcam com as despesas de seguros, gastos de manutenção de seus carros, alimentação, limpeza, etc., enquanto o “aplicativo” se apropria do mais-valor gerado pelo sobre trabalho dos motoristas, sem nenhuma regulação social do trabalho. A principal diferença entre o zero hour²⁷ contract e o sistema Uber é que, neste último, os/as motoristas, ao recusarem as solicitações, correm o risco de serem demitidos. A relação de trabalho é, então, ainda mais evidente. Dos carros para as motos, destas para as bicicletas, patinetes, etc. A engenhosidade dos capitais é, de fato, espantosa (ANTUNES, 2020, p. 12).

Nesse ínterim, a Uber, desde maio de 2020, lançou um mecanismo para não permitir que seus motoristas dirijam por mais de 12 horas seguidas. Próximo a se atingir 12 horas de forma online conduzindo o veículo, o motorista é notificado e, ultrapassando esse limite, é desconectado, não podendo utilizar o aplicativo pelas próximas 6 horas seguintes (UBER, 2020). Dessa forma, observam-se dois elementos que merecem destaque: o limite da carga horária diária de trabalho, que continua em desconformidade com a legislação brasileira; e a possibilidade que esse motorista tem de conciliar mais de um aplicativo, o que se apresenta como estratégia para alguns motoristas.

Conforme Cannas (2019, p. 97), “plataformas virtuais oferecem oportunidades de ganhar um dinheiro dito ‘fácil’, com a possibilidade de controlar seu próprio horário, sem chefe e acessível em poucos toques no celular”. Porém, diferentemente do propagado, não são trabalhadores que “trabalham quando querem”, são submetidos a uma jornada subumana pelas regras do jogo. Não contam com nenhum tipo de proteção social, nem da empresa fornecedora de tecnologia (intermediadora), nem dos restaurantes que contratam seus serviços de entrega. Em caso de acidente, não trabalham, e dependem, muitas vezes, de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). A uberização se estende, pode atingir qualquer profissional, inclusive o assistente social que “queira prestar seus serviços”. O objetivo, portanto, é extinguir totalmente os resquícios do assalariamento, sem que a empresa tenha algum tipo de responsabilização com seus “colaboradores/empreendedores” (ANTUNES, 2020).

Os empreendedores substituem os proletários em condições mais proletarizadas do que o proletariado industrial e agrícola (ANTUNES, 2020). Etimologicamente, o conceito de

²⁷ “Nessa modalidade, trabalhadores das mais diversas atividades ficam à disposição esperando uma chamada. Quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram à disposição da nova “dáviva” (ANTUNES, 2018, p. 34).

proletariado, classe que possui a força de trabalho para sobreviver, vem do latim proles e significa filho/descendência. O trabalhador tinha a sua sobrevivência e de sua família garantida porque em algum momento teria que ser “substituído” por seus filhos. Portanto, era um “investimento” do capitalista. No entanto, diferentemente do trabalhador artesanal, que tinha determinado poder de subsunção, o trabalhador do período da maquinaria perde seu poder, pois “qualquer” pessoa poderia manusear as máquinas, não sendo mais necessárias suas habilidades e força física. Assim, abriu-se espaço para a inserção de mulheres e de crianças no processo de produção, cujo trabalho era trocado por sua própria subsistência. O homem, então, teve seu salário diminuído, pois assim os capitalistas poderiam, por exemplo, comprar a força de trabalho de uma família inteira pelo preço que pagava anteriormente apenas ao patriarca (MARX, 2013).

Atualmente, com o desenvolvimento tecnológico e com a excessiva quantidade de pessoas desempregadas e desalentadas, não há praticamente mais nenhum poder de subsunção, pois os trabalhadores são “descartáveis” e “flexíveis” sob um processo de rotatividade intencional (DRUCK, 2011). São pagos por tarefas realizadas, sem vínculo e sem estabilidade. Tudo está a favor do capital. Os capitalistas, que sempre procuravam ludibriar leis trabalhistas, que asseguravam o mínimo de segurança aos trabalhadores, agora as têm a seu favor ou as veem praticamente extintas com as recentes contrarreformas no Brasil. Os mecanismos desenvolvidos para extinguir os poros mortos²⁸ no interior da jornada de trabalho hoje dão espaço ao desespero de um trabalhador que não pode se permitir a tomar água e urinar para não comprometer a meta que ele mesmo estabeleceu (que na verdade é uma meta de sobrevivência).

Pensando-se nas novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), há de se destacar, também, a modalidade do trabalho remoto a que muitos trabalhadores foram submetidos, inclusive assistentes sociais, conforme o já citado na discussão dos fundamentos ao se trazer a inserção dos participantes em espaços socioocupacionais. Ainda que já tenha sido abordado o tema do trabalho remoto quando houve referência às formas de inserção profissional dos participantes, reafirma-se o quanto no contexto de pandemia (em março de 2020), o Brasil quase que imediatamente pausou suas atividades presenciais, não sabendo ao certo quanto tempo a pandemia duraria. Observou-se, então, que diferentes setores do trabalho retornavam ao trabalho presencial, mesmo diante de tantas incertezas; outros, mais privilegiados, puderam continuar desempenhando suas atividades de casa, com maior

²⁸ Conforme Marx (2013), poros mortos podem ser compreendidos como espaços de tempo em que o trabalhador não produz valor, interrompendo o fluxo do trabalho, no interior da jornada de trabalho.

segurança, com a modalidade remota. Obviamente, reconhece-se o privilégio de algumas categorias de trabalhadores, mas não se concorda com ele, pois se entende que todos os trabalhadores têm direito primordial à preservação de sua saúde diante das condições de subsistência, mas infelizmente o capital não permite e recruta o máximo de trabalhadores para que a produtividade não tenha modificação, independentemente das condições de saúde que esse trabalhador pode contar. Os trabalhadores com menores remunerações, por exemplo, estão mais expostos ao vírus do que os trabalhadores com maior poder aquisitivo, até porque muitas de suas atividades implicam a presencialidade como fator imprescindível (GRAGNANI, 2021).

Assim, o trabalhador pobre e periférico necessita pegar ônibus lotado e trabalhar sem os EPIs adequados, não contando com nenhum tipo de modalidade de saúde complementar. Sem espanto, são os cidadãos que mais morrem em decorrência do Coronavírus. Um dos primeiros casos de Covid seguido por morte no Brasil (e primeiro do Rio de Janeiro), inclusive, foi de uma mulher, de 63 anos, empregada doméstica, cujos patrões voltavam de viagem da Itália quando a infectaram, ainda em março de 2020 (MELO, 2020). Houve um apelo para que quem pudesse continuasse pagando o salário de seus funcionários, mas com a lógica produtivista e meritocrática da sociedade capitalista, a súplica soou praticamente como piada.

Há, também, um importante recorte de gênero, visto que as mulheres são tradicionalmente encarregadas pela tarefa do cuidado, seja em ambiente doméstico, seja hospitalar. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), 70% dos profissionais da saúde que atuaram e atuam na linha de frente correspondem a mulheres, principalmente na área do cuidado, totalizando quase 85% entre enfermeiras, técnicas e auxiliares. Dessa forma, essas mulheres, que estão mais expostas ao vírus, também podem ser agentes transmissoras aos seus amigos e familiares de convívio (FERREIRA, 2020).

A falácia de que a Covid-19 seria um vírus “democrático”, podendo atingir a todos, aos poucos foi sendo desvelada, expondo explicitamente a desigualdade social. Definitivamente, os sujeitos estão na mesma tempestade, mas não no mesmo barco. De modo geral, já se pode estabelecer um perfil de quem mais se contamina e, conseqüentemente, mais morre. Em São Paulo, quanto menores os indicadores socioeconômicos, como escolaridade e renda, por exemplo, maiores as chances de morte por Covid-19; assim como a raça/etnia também indicam as pessoas que mais apresentam risco de morrer em decorrência do vírus: pretas e pardas, pessoas em que a taxa de mortalidade gira em torno de 81% e 45%, respectivamente, maior que a taxa referente a pessoas brancas (AMOROZO, 2021).

No Rio Grande do Sul, a situação não se distingue: quanto maiores os indicadores socioeconômicos, menores são as chances de morrer, assim como o número de óbitos entre pretos e pardos é proporcionalmente maior que o de brancos. Considerando as pessoas sem escolaridade, 48% delas morreram, enquanto que 21% de pessoas com nível superior vieram a óbito. Em relação à raça/etnia, 40% das pessoas pretas internadas com Covid morreram, ao passo que 39% e 35% das pessoas pardas e brancas internadas faleceram, respectivamente. Para o Professor João Heitor Silva Macedo, o vírus não escolhe a pessoa negra, está-se falando de ausência de políticas públicas desde a abolição da escravidão que trazem reflexos até a atualidade (AGEITOS, 2021).

No entanto, não se pode romantizar quem teve o direito de permanecer em casa. Assim como os demais trabalhadores, que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, os trabalhadores que puderam desempenhar suas atividades laborais de casa também contaram com processo de precarização do trabalho. A vida privada se mesclou com a vida pública, o trabalho “invadiu” as residências, e muitos trabalhadores passaram a desempenhar carga horária maior do que a presencial, pois estavam “disponíveis” praticamente o dia inteiro. À essa fusão, soma-se um importante recorte de gênero: pois muitas mães soltas não contavam mais com escolas para os filhos, pois estavam fechadas, e acabavam potencializando as diferentes jornadas de trabalho. Os profissionais, além disso, não contaram com a disponibilização de materiais e recursos para trabalhar. Muitos contrataram pacote de internet, compraram computadores mais adequados, mesa e cadeira de escritório, tiveram a conta de luz aumentada, por conta de maior gasto e utilização de ar condicionado, por exemplo, dentre outras despesas que ficaram sob responsabilidade apenas do empregado.

Os profissionais de Serviço Social estão igualmente inseridos nesse processo. Os que não permaneceram na linha de frente do enfrentamento da Covid-19, se depararam com a realidade do trabalho remoto, que, apesar de ser um privilégio num contexto de crise sanitária e de não se expor ao contato com o vírus, é uma novidade e um desafio para a categoria, ainda mais quando se pensa em algumas atribuições e competências em que o CFESS defende a presencialidade. Logo, há de se destacar a superexploração desse processo, visto que a vida privada e pública se mesclam, e muitos profissionais passam a realizar jornadas de trabalho que extrapolam o estipulado, caracterizando, também, uma forma de precarização do trabalho. Estudos em curso apontam a necessidade de se aprofundar as reconfigurações do trabalho dos assistentes sociais, que sofrem, enquanto parte da classe trabalhadora e enquanto profissionais que atuam com as políticas sociais, desmontadas pelo conjunto de contrarreformas, a favor

dos interesses do grande capital, e não em benefício da classe trabalhadora (YAZBEK; RAICHELIS; SANT'ANA, 2020).

Embora a pandemia tenha exigido certo distanciamento social e fragmentação da organização e processos e trabalho, é preciso considerar o quanto essa lógica também reforça a produção e reprodução do capital no sentido de contribuir com o adoecimento, com o sofrimento dos trabalhadores, com doenças laborais, com a desorganização da classe e ainda com a alienação. Para Marx, alienação pode ser entendida como um processo em que os trabalhadores não se enxergam nos produtos que criam. Com a Revolução Industrial, passam a realizar trabalhos mecânicos, fragmentados, e não têm a dimensão da riqueza socialmente produzida, que pertence apenas aos burgueses. Dessa forma, com o rompimento do processo de alienação, os trabalhadores poderão, então, entender que podem (e devem) se apropriar da riqueza socialmente produzida por eles. Em tempos de crise sanitária e de crescente precarização do trabalho, a alienação tende a ser intensificar, pois não há espaço e tempo para a organização coletiva da classe trabalhadora (MARX, 1998).

Para Marx (2013), os trabalhadores, enquanto sujeitos históricos e sociais, desenvolvem seus processos de resistência a partir das condições concretas do seu trabalho, e não a partir de uma consciência pré-determinada; pelo contrário, são suas experiências e vivências que definem sua consciência. São, portanto, movimentos instintivos de trabalhadores, a partir do materialismo histórico, que lutam para estabelecer limites à superexploração do capital, como forma de defesa, e não contra sua superação.

No entanto, Marx alerta que a conduta atomística dificulta o processo de organização coletiva da classe operária, que hoje parece estar anestesiada e preocupada com suas condições objetivas e concretas de subsistência. O autor, portanto, destaca que os processos de resistências são importantes, apesar de não se insurgirem contra o capital (mas apenas para sua reforma), pois é através desses processos de luta (que possuem, portanto, caráter pedagógico), que os trabalhadores se fortalecem, rumo a um caminho de enfrentamento concreto do capital, em busca de uma sociabilidade mais justa e transparente (MARX, 2013).

Na questão que trata sobre os desafios e as potencialidades da relação entre o trabalho e a educação, ficou evidenciado que, desde o período de formação, os assistentes sociais vivenciam cortes em bolsas de fomento à pesquisa e inúmeras dificuldades da Universidade em possibilitar seu funcionamento, em decorrência dos cortes inéditos que a Política de Educação sofreu nos últimos anos principalmente²⁹. Muitas Universidades sofreram uma

²⁹ Para Farage (2021), destaca algumas das medidas que atingem a Educação: “A primeira, a contrarreforma da educação, deve ser analisada de maneira articulada com outras ações que, antes mesmo da pandemia do novo

pressão psicológica recorrentes com os sucessivos cortes, pois corriam o risco iminente de não cumprir com o pagamento de elementos básicos para a permanência dos estudantes, como água, luz, alimento para o Restaurante Universitário, entre outras despesas essenciais, conforme o trazido pelos participantes:

No âmbito da pesquisa em pós-graduação, os impactos mais sentidos se dão a partir da retração de investimentos na área de educação, em especial a educação superior. O fato de o programa de pós-graduação de Serviço Social da PUCRS ter anunciado sua descontinuidade sob a justificativa torpe de que essa decisão foi tomada pela baixa adesão ao curso no âmbito de graduação, expressa impacto direto da perversa EC 95. A falta de investimento na educação superior tanto na esfera pública quanto na privada, impactam diretamente na qualidade das atividades realizadas nessas instituições, no caso da PUCRS, o contingenciamento de investimentos para assegurar ingresso no setor privado faz com que constantemente as instituições de ensino reavaliem seus modelos de gestão, que no caso da PUCRS, acarretou na descontinuidade da pós-graduação em Serviço Social, fator que também se dá pela adequação da instituição às normativas do mercado e no estabelecimento de “prioridades” em conformidade com os recursos que à disposição (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Impacta no trabalho, pois a política de educação foi uma das políticas atingidas, reduzindo os recursos para essa área, conseqüentemente precarizando ainda mais o trabalho (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Limitação de estudos, projetos, pesquisas, etc. Bem como redução de acessos à benefícios, por parte dos usuários diretos (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Houve o relato comparativo entre os participantes sobre as condições oferecidas pelas Universidades antes do período recente de contrarreformas iniciado em 2016. Há clareza acerca das implicações desses cortes para a formação profissional e para a posterior inserção no mercado de trabalho. Afirma uma participante da pesquisa:

Eu entrei na UFRGS em 2014, e a gente entrou no nos tempos áureos, eu e [...], eu me lembro que estávamos conversando na UFRGS lá justamente isso, a gente entrou nos tempos áureos, tinha muita vaga de cursos, tinha muito dinheiro, né? A UFRGS tinha muito dinheiro! Depois de 2016, até um pouco antes, e se intensificou com o Golpe de 2016, e foi tudo por água abaixo. Eu entrei, a gente entrou na UFRGS pensando que a gente teria mercado de trabalho, que a gente teria condições de trabalho e que a nossa população, nossos usuários, não fossem uma realidade tão gritante assim, sabe daí? O que me incomoda hoje é essa realidade. A gente vai pra

coronavírus, já impactavam a educação superior pública, como: a elevação do percentual de ensino a distância nos cursos presenciais que passou de 20% para 40%, prevista na Portaria nº 2117/2019 do MEC; a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congelou os investimentos em políticas públicas até o final de 2021; a terceirização das atividades fins, aprovada pela Lei nº 13.429/2017; os sucessivos cortes de verbas para a educação superior pública, entre eles o já anunciado corte de 8,7% nos gastos discricionários para 2021 previsto no Projeto de Lei Orçamentária enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional em setembro de 2020. Além desses elementos, que impactam diretamente a educação pública superior, ainda temos que considerar as contrarreformas da Previdência, que implicaram grande retirada de direitos para o conjunto dos servidores públicos, entre os quais os profissionais da educação [...].”

um espaço ocupacional, assim sabe, mas a realidade (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

O caminho, portanto, é longo, visto que a crise estrutural do capital, as contrarreformas do Estado e, a partir de 2020, a pandemia de Covid-19 precarizam cada vez mais a vida dos trabalhadores, que passam a se preocupar com sua subsistência e de sua família, distanciando-se dos processos de organização de classe. No entanto, o caminho é coletivo. A resistência deve ir de encontro ao cenário de desmonte, intensificado a partir de 2016, para que se possam recuperar as condições de dignidade da classe trabalhadora. Entretanto, é preciso reconhecer que mesmo em contexto de crise sanitária, social e política a organização dos trabalhadores é fundamental, pois é neste processo socio-histórico que se constroem as resistências e os movimentos contra-hegemônicos para superação desta sociabilidade burguesa e manobras do capital para se manter na ordem do dia. E a educação possui seu lugar de destaque para engendrar os processos transformadores, seja na esfera formal, como neste estudo e nas Universidades públicas, quanto nos espaços de trabalho que se constituem em lócus profícuos de aprendizagens significativas.

2.3 EDUCAÇÃO PERMANENTE: COMPREENSÕES PARA ESTRATÉGIAS NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO PROFISSIONAL

Diante de uma sociedade submetida ao domínio e à acumulação do capital, a formação e o exercício profissional se desafiam à medida que exige maior reflexão e aprofundamento sobre o exercício da profissão diante da dinâmica contraditória engendrada pela sociedade capitalista. Nesse sentido, a Política de Educação Permanente do CFESS/CRESS vai ao encontro dos Princípios do Código de Ética profissional VII “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” e X “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 2012). Eles fortalecem o entendimento acerca do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e do aprimoramento intelectual (CFESS, 2012). Ressalta-se a observância dos Princípios do Código de Ética do/a Assistente Social, indicando a necessidade de se atentar para a consolidação do Projeto Ético-Político, indicando que a educação auxilia neste processo, a exemplo da resposta do participante:

Entendo a educação permanente como um conceito que é fortemente capilarizado com o princípio ético do Serviço Social que pauta o "Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional", pois se trata de um processo de constante reflexão acerca da realidade de trabalho no qual o corpo profissional se insere, fazendo constantes aproximações provisórias com a realidade para responder às demandas destas sempre em confluência com o projeto ético político do Serviço Social, que orienta e fundamenta o trabalho profissional para transformar a realidade (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Neste contexto de diferentes situações de trabalho na área do Serviço Social As exigências profissionais implicam atenção ao Projeto Ético-Político, que confere direcionamento e posicionamento crítico à profissão. Porém, o Projeto Ético-Político se insere em meio a contradições, conforme destaca um participante: “[...] Vai ter uma correlação de força inicialmente, em que o curso e o Projeto Ético Político da profissão nos coloca e aquilo que o mercado vai nos demandar [...]” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

A Política de Educação Permanente construída no Serviço Social reconhece, então, a centralidade da educação permanente enquanto uma estratégia de direção política e pedagógica para a profissão, sendo que “a educação permanente é uma necessidade em todas as profissões e áreas do conhecimento. Pois no contexto atual, a dinâmica e complexa realidade em transformação produz aceleradamente questões que precisam ser desveladas e analisadas” (CFESS, 2012, p. 10). A educação permanente é, ainda, um “importante instrumento para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política” (CFESS, 2012, p. 15).

Como visto em relação à educação, o ser humano, a qualquer tempo e em todo lugar está suscetível a processos de aprendizagens. Portanto, a formação não se refere apenas aos processos formativos relacionados à aprendizagem escolarizada e acadêmica, mas às experiências vivenciadas como nas situações de trabalho, nos movimentos sociais, nos sindicatos, entre outros espaços não necessariamente escolarizados (FERNANDES, 2016).

Conforme Fernandes (2016), a discussão sobre os processos de educação permanente emerge a partir da década de 1970, principalmente no que se refere à educação de adultos e à educação popular, a partir de uma prática autônoma e coletiva, em um contexto de ruptura e de crítica e de lutas operárias e estudantis no contexto europeu e, posteriormente, no Brasil. Importante registrar que no Brasil duas importantes políticas de educação permanente se constituem enquanto propostas pedagógicas de formação dos trabalhadores como no caso da política de saúde (PNEP/SUS, 2009) e da política de assistência social (PNEP/SUAS, 2013) ambas traçando princípios e processos metodológicos para o desenvolvimento da cultura da educação permanente no trabalho.

Nesse sentido, a educação permanente pode ser compreendida como um princípio que reorganiza o processo educativo de modo a superar concepções dominantes e práticas exclusivamente escolarizadas. Para Paulo Freire, o caráter de permanência da educação não ocorre em decorrência de alguma exigência do mercado, mas sim porque o ser humano é inacabado, e como tal, está em constante processo de aprendizagem, visto que a educação é uma condição do humano (FREIRE, 2003).

Para além da existência de diretrizes políticas para a institucionalização de processos de educação permanente no âmbito das políticas públicas, Borba e Fernandes (2020) reconhecem que o desejo do profissional em envolver-se em processos formativos a partir das demandas que surgem no trabalho é imprescindível. O que se constitui numa escolha individual, mas também coletiva, visto que compromete e responsabiliza os envolvidos com os resultados da ação. Por isso, a importância da iniciativa dos trabalhadores advinda desse desejo por meio da qual se poderia dar mais sentido às experiências vivenciadas no trabalho, aos saberes já existentes e “a um serviço prestado que foi planejado, que tem uma intencionalidade e que só se constrói por meio da problematização de uma demanda ou situação posta” (FERNANDES, 2016, p. 79).

Os processos de aprendizagem não estão presentes apenas em espaços instituídos para tal, como escolas e universidades, por exemplo. Pelo contrário, todos os espaços são possibilidade de aprendizado, a qualquer tempo. Há, portanto, uma alteração no entendimento da centralidade da educação, que passa de algum conteúdo determinado valoriza-se enquanto um processo do ser humano (FERNANDES, 2016).

Aqui, faz-se importante destacar o caráter pedagógico do Serviço Social, pois não se configura exclusivamente a uma determinada profissão, nem a espaços institucionais (ALMEIDA, 2007). Para ABREU (2018), o assistente social também possui em sua prática profissional a função pedagógica porque dialoga com as classes sociais, materializando-se, assim, por meio das repercussões da ação profissional na vida dos sujeitos, no que tange à maneira de pensar e agir. Logo, os assistentes sociais desempenham suas atividades mediante um direcionamento político, o que inclui a ação pedagógica que compõe inerentemente seu exercício profissional. A função pedagógica, dessa forma, vai de encontro à hegemonia dominante, de modo a pensar em outra cultura, baseada na emancipação dos sujeitos.

Os espaços formais se configuram enquanto um tipo de organização da sociedade capitalista, instituídos, principalmente, para a formação para o trabalho e, conseqüentemente, manutenção do *status quo*. Para além da necessidade de se fornecer conhecimento e pessoal para a máquina produtiva, a institucionalização da educação enquanto instrumento de

expansão do sistema capitalista serviu, também, para gerar e transmitir valores que legitimam os interesses dominantes postos, aparentemente “imutáveis” (MÉSZÁROS, 2008).

Faz-se necessário, portanto, enxergar criticamente os espaços formais de educação, pois, mais do que possibilidade de ascensão social, servem para perpetuar ideologias de reprodução de acumulação do capital. Portanto, é preciso apreender outras formas de produção de conhecimento, para além dos espaços educacionais instituídos. O trabalho, espaço de socialização, é um dos locais em que a produção de conhecimento pode ocorrer, mas deve-se considerar sua dimensão contraditória, pois ao mesmo tempo em que pode significar realização, criação, prazer, pode significar exploração, alienação e sofrimento.

Porém, os espaços formais já instituídos não podem ser ignorados, pois não deixam de ser lócus de conhecimento. Assim, a educação permanente, ao pensar na educação no/do trabalho, se constitui enquanto um espaço potente para a produção de conhecimentos, para além dos muros das universidades. O ser humano aprende a todo instante, e no trabalho não é diferente. Por mais que a formação em um espaço formal seja importante e imprescindível para o trabalho dos assistentes sociais, ela sozinha não garante que todas as demandas postas no dia a dia, nos diferentes espaços socio-ocupacionais, sejam atendidas. Nenhum assistente social encerra o ciclo de formação sabendo tudo. Ninguém sabe tudo. Enquanto seres inacabados e repletos de possibilidades, o ser humano está sempre suscetível ao aprendizado, seja ele qual for.

As práticas educativas, então, não ocorrem apenas nas escolas formais, mas também ocorrem pelos próprios trabalhadores, a partir das situações de trabalho. O trabalho “pode se constituir num terreno propício de conhecimentos e saberes” (FERNANDES, 2019, p. 25). Conforme uma participante da pesquisa: “educação permanente para mim é algo que é inerente. Não está, não pode estar descolado no trabalho, não. São várias situações que nos movem no dia a dia a justamente buscar, enfim, a acessar outros [...]” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023). As diferentes demandas que surgem aos trabalhadores fazem com que eles reflitam sobre os processos de trabalho em que se inserem, assim como sobre a própria organização do trabalho profissional. Como exemplo, a pandemia reorganizou o trabalho profissional dos assistentes sociais, conforme o relato de uma assistente social participante da pesquisa:

E é a partir disso, esse ano até a gente começou, ali não tinham os seminários de educação permanente, tipo espaços formativos específicos do serviço social. E aí esse ano a gente tencionou para ser incluído, as residentes de serviço social, e agora a gente tem, assim, para a gente comentar das discussões, pra gente não se perder do que é a rotina, do que é super demanda, porque realmente ela é uma demanda muito

alta, né, um hospital que é referência em situações de violência, abuso sexual de criança, né? Vulnerabilidades, enfim. Então, são demandas que chegam a todo momento, e se a gente não para pra pensar na nossa atuação, no nosso papel ali, é muito fácil a gente também só ficar ali respondendo demandas institucionais (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Especificamente em relação à residência multiprofissional, algumas assistentes sociais que realizam residência multiprofissional afirmam que a residência, por ser um ensino em serviço, é, por si só, um exemplo de educação permanente. Estabeleceu-se a relação de que é algo intrínseco à residência. Ademais, houve a menção da existência de uma política nacional de educação permanente, desenvolvida por meio das diferentes políticas, a exemplo do SUAS:

Acredito que a residência multiprofissional por si só já traz inquietações que provocam a necessidade de espaços de educação permanente no trabalho, quando eu entrei não existiam espaços constituídos de EP, mas atualmente realizamos seminários mensais para discutir situações recorrentes a partir da sugestão das residentes, como discussão sobre os conselhos tutelares, política de assistência social, mortalidade infantil, saúde indígena, entre outros (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Assim, as experiências do cotidiano, o contato com os colegas de trabalho, a partilha de saberes, o diálogo interprofissional, ou ainda com os usuários dos serviços que demandam a intervenção técnica operativa, entre outros aspectos como os acertos e os erros, proporcionam momentos de aprendizagens. A partir dessas experiências, o trabalhar constrói, organiza e ratifica conhecimentos oriundos do exercício profissional. Essa (re) organização acontece, inclusive, de modo a oferecer respostas a novas demandas impostas, mediante os conhecimentos já acumulados (FERNANDES, 2019). Muitos desafios, assim, são discutidos por meio da educação permanente, como destaca uma assistente social: “Com a potencialidade que tem na educação permanente, né? Enquanto alguma estratégia, enquanto estratégia para superar esses desafios, né?” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Quando se fala em educação permanente no âmbito do trabalho, destaca-se a relevância das situações de trabalho, em especial no âmbito das políticas sociais. No entanto, não se pode ignorar o caráter contraditório que as permeia, conforme destaca Pereira (2011, p. 203), “como processo contraditório, caso se queira que a mesma tenha serventia prática para as classes que vivem de remuneração de seu trabalho ou, na falta disso, da teimosia em sobreviver, de qualquer jeito”. Portanto, não pode ser apreendida de forma linear, como algo bom ou ruim, mas sim a partir de toda a complexidade que a constitui.

Nesse contexto, a partir da concepção do Estado e das políticas sociais instituídas, que se entende a cidadania, através de sua ampliação ou diminuição, à medida que a sociedade civil protagoniza a pressão e a mobilização pela luta social. Nessa arena de conflito de interesses, encontram-se os assistentes sociais, que operacionalizam as mais diferentes políticas sociais, de modo a trabalhar na perspectiva da garantia de direitos da população usuária (FERNANDES, 2016). Para Fernandes (2016, p. 33), entende-se

[...] os processos de educação permanente vivenciados pelos (as) trabalhadores (as) de diferentes políticas sociais no Brasil, como sendo uma experiência social, pois são construídas socialmente a partir das situações de trabalho vivenciadas em um determinado momento sócio-histórico.

Dessa forma, o que dá sentido à educação permanente é o diálogo entre os sujeitos sociais, como os gestores, trabalhadores, conselheiros e usuários, a análise dos processos de gestão em que estão inseridos e das intervenções, assim como a procura coletiva da melhor maneira de agir por meio da interlocução dos saberes. Portanto, ressalta-se o caráter coletivo da educação permanente, visto que é por meio das relações sociais que há troca, construção de novos conhecimentos. Uma participante da pesquisa ressalta o papel da coletividade neste processo para a superação de adversidades: “[...] as estratégias de educação permanente, [...] são os espaços coletivos. sobretudo espaço coletivo. Porque é nele que a gente vai conseguir” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023). Como todo processo educativo, a educação permanente, além transformar a realidade ao encontro do atendimento às demandas dos trabalhadores, transforma o próprio trabalhador.

Cabe ressaltar que a educação permanente não é instituída por si só, mas é possibilitada por meio das experiências e do vivido no cotidiano dos trabalhadores, visto que, enquanto política, se refere à gestão do trabalho e a uma proposta pedagógica de formação (FERNANDES, 2019). Por isso, a valorização das aprendizagens no âmbito do trabalho por meio das necessidades sociais que envolvem o cotidiano são características importantes dessa proposta pedagógica, que pode ocorrer nas diferentes políticas públicas, ou ainda, no âmbito do trabalho em diferentes espaços socio-ocupacionais. É uma forma, assim, de se propor novas estratégias de formação, superando os modelos dominantes e as práticas escolarizadas formais as quais os trabalhadores são submetidos ao longo da vida. Há, portanto, a necessidade de permanente reflexão crítica sobre os processos de trabalho em que os profissionais estão inseridos enquanto dimensão política e ética de transformação da realidade (FERNANDES, 2016).

Ressalta-se, aqui, a pertinência de se distinguir o conceito de educação permanente de educação continuada em relação ao trabalho, que muitas vezes, equivocadamente, são empregadas como sinônimos. Como o citado por uma participante da pesquisa: “A educação permanente a meu ver muitas vezes é um conceito associado ao de educação continuada. Um equívoco que muitas vezes relativiza seu sentido”.

A educação permanente se refere às aprendizagens humanas não-escolarizadas a partir das vivências no trabalho (ou ainda, em outros espaços não escolarizados como movimentos sociais, sindicatos, instâncias de controle social democrático, por exemplo) e aos saberes a serem adquiridos a partir dos problemas de organização do trabalho, da especificidade da realidade local e das características dos processos de trabalho no âmbito das diferentes políticas públicas. Tem-se, assim, a finalidade de reorganização do processo educativo vivenciado pelos trabalhadores no trabalho, superando concepções dominantes e práticas escolarizadas (FERNANDES, 2019).

A partir do conjunto de respostas, a maioria dos assistentes sociais conceitua educação permanente a partir de processos formativos no âmbito do trabalho profissional dos mais diversos espaços socio-ocupacionais, possibilitados por espaços de reflexão crítica seja entre os assistentes sociais, seja em equipe multidisciplinar, com vistas a acompanhar as transformação da sociedade para responder demandas que surgem no trabalho, as diferentes expressões da questão social trazidas pelos usuários no cotidiano de trabalho. Destacam-se, nesse sentido, a resposta de dois assistentes sociais:

A educação permanente nos impele a estar em constante movimento de aprendizagem e troca de experiências em nossos espaços de trabalho, em relação com a equipe, em relação com os usuários e com as temáticas vivenciadas (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Estratégia de transformação dos processos de trabalho, através da constante reflexão do mesmo dentro (ou fora) do espaço sócio ocupacional, com vistas a contribuir na qualificação do trabalho, cuidado e assistência às necessidades da sociedade. Dentro do Serviço Social, também visando à materialização do projeto ético político, portanto, a transformação da realidade social (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Por sua vez, a educação continuada diz respeito à continuidade da formação com o intuito de aperfeiçoamento profissional em espaços formais de escolarização. No entanto, a educação continuada nem sempre é proveniente da realidade do trabalho, assim como não possui o objetivo genuíno de qualificar as estruturas e os processos de trabalho para o atendimento das necessidades sociais, por meio da problematização de contextos que possibilitam novos saberes. A educação continuada, assim, está mais voltada para

organizações, para o atendimento das demandas de trabalho impostas pela necessidade de o capital se reproduzir, enquanto que a educação permanente tem como pressuposto a reflexão crítica das situações de trabalho, tendo como foco a transformação dessas realidades e o usuário que necessita ter suas demandas atendidas, ou seja, seus direitos efetivados. (FERNANDES, 2016). Porém, educação continuada e educação permanente não são excludentes por possuírem processos distintos. Para Fernandes (2016, p.54), “a educação permanente pressupõe a combinação de uma diversidade de situações formativas e, então, não se pode desprezar as experiências vivenciadas de educação continuada que fazem parte da trajetória formativa e da história de vida de um profissional”. Assim, a consideração das “necessidades oriundas do trabalho podem deflagrar processos de mudanças nas estruturas nas estruturas e nos processos de trabalho, no sentido de qualificá-los no que diz respeito ao atendimento das necessidades humanas que se manifestam como demandas sociais (FERNANDES, 2016, p. 56).

Nesta pesquisa o questionamento sobre educação permanente não englobava a totalidade dos participantes do questionário, pois se destinava aos assistentes sociais que se encontram inseridos em algum espaço socio-ocupacional. Dentre os respondentes, um afirmou não conhecer o entendimento acerca do conceito. Contudo, apesar de 40 assistentes sociais afirmarem que conhecem o conceito de educação permanente, observa-se que este se confunde ou se mescla com o conceito de educação continuada em algumas das respostas, como nas respostas dos participantes: “Educação voltada à formação continuada levando em conta as realidades profissionais”; “Entendo que a educação permanente seja a continuidade da formação pensando na qualificação do trabalho profissional”; “Sim, penso que seja manter estudos constantes para que esteja sempre atualizado com relação aos assuntos que permeiam a profissão, os direitos sociais, dentre outros”; “Creio que seja próximo a educação continuada, de se manter aprendendo, buscando conhecimento se aprofundando profissionalmente, intelectualmente e socialmente” (PARTICIPANTES DA PESQUISA, 2022).

Por outro lado, outros assistentes sociais fizeram questão de estabelecer a diferenciação entre os conceitos em suas respostas:

Acredito que a educação permanente, ao contrario da continuada, foca no aprendizado com base nos espaços de trabalho que estamos inseridos, como que uma constante renovação do conhecimento profissional, baseado na experiência vivida (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Sim, entendo que educação permanente diz respeito aos processos formativos no âmbito do trabalho e não se relacionam exclusivamente com processos de educação formal (seminários, palestras, etc.), mas dizem respeito também aos processos que são vivenciados no cotidiano a partir do atendimento direto aos usuários, trocas com as equipes, com os demais colegas, são os movimentos vivenciados no dia a dia (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Sim, conheço. Educação Permanente é diferente de Educação Continuada, porque ela é desenvolvida de forma fluida e coletiva no âmbito do trabalho profissional, abrangendo diversas áreas de atuação que não somente o Serviço Social. Ela se desenvolve a partir de temas que estes profissionais identificam como relevantes para aprofundamento e debates. A Educação Continuada seria uma formação mais clássica, com temática específica (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Logo, pode-se aferir, de modo geral, que a educação continuada como a atualização/qualificação constante dos assuntos que permeiam a profissão, e como a continuação dos estudos formais para o aprimoramento intelectual dos assistentes sociais; ao passo que a educação permanente não guarda relação, necessariamente, com os espaços formais de educação. Dentre os exemplos de experiência de educação permanente no trabalho, se destacam com mais incidência nos resultados desta pesquisa: estudo/ capacitação sobre políticas; cursos, capacitações e formação; discussão de casos; grupos de estudos; reunião com rede e com equipe. Ainda, os participantes vivenciam a educação permanente por meio da análise de situações comuns e intersetoriais e da discussão a partir do cotidiano, através do atendimento multiprofissional, do debate de desafios e estratégias, compartilhando experiências e materiais. Outros assistentes sociais afirmaram experienciar a educação permanente através de rodas de conversa, de grupos com usuários e seus familiares, de formação sobre a instituição, e de palestras e eventos da área. Um assistente social mencionou o exemplo específico do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS)³⁰.

Alguns profissionais afirmaram que educação permanente diz respeito às capacitações oferecidas pela instituição empregadora, demonstrando parecer, mais do que uma iniciativa do/s trabalhador/es, algo imposto e obrigatório pelo espaço socio-ocupacional. Nesse sentido, estudos corroboram para o entendimento sobre o fracasso da oferta de cursos, qualificações e treinamentos quando são oferecidos de forma vertical pelos gestores, sem ouvir os verdadeiros interessados, os trabalhadores, que conhecem substancialmente a realidade do trabalho em que se insere cotidianamente (FERNANDES, 2019). A educação permanente, assim, só é possível de existir contando com a presença dos trabalhadores envolvidos com as

³⁰ O objetivo do CapacitaSUAS é garantir a oferta de formação e capacitação permanente para profissionais da rede socioassistencial do SUAS, com vistas à implementação das ações dos Planos de Educação Permanente, de modo a aprimorar a gestão do SUAS (BRASIL, 2019).

políticas sociais, pois eles possuem domínio das demandas significativas que necessitam de aprofundamento e reflexão.

As atividades de pesquisa foram igualmente destacadas, considerando a educação permanente inerente às pesquisas, apesar de o estudante de pós-graduação não ser reconhecido como trabalhador. A pós-graduação é trazida como espaço de aprendizagens significativas e que estão relacionadas ao trabalho, como o dito pelo participante:

A pós-graduação hoje em dia se torna um chão de fábrica do trabalho intelectual, ao mesmo tempo, ser pós-graduando não significa ser reconhecido como trabalhador, muitas vezes o sentido do pertencimento de classe trabalhadora parece estar atrelado somente às pessoas que tem algum vínculo de trabalho formal, ou que atue como assistente social de uma determinada política, um equívoco que muitas vezes é reproduzido pelos setores mais críticos da área, pois muitas pessoas que estão na pós-graduação exercem outras atividades de labor para subsistência. Tomando a pesquisa como um meio de "trabalho", pode-se entender que a educação permanente anda em conjunto com o desenvolvimento desta, desde implementação do projeto, qualificação e defesa das dissertações e teses e demais "produtos" gerados neste processo (artigos, capítulos de livros, resenhas, etc) são elementos para se pensar permanentemente acerca do objeto estudado/pesquisado (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Ao possibilitar a reflexão sobre o trabalho desempenhado, o assistente social, bem como os demais profissionais de diferentes políticas sociais, pensam sobre suas atividades de forma intencional e crítica, afastando-se do fazer meramente técnico e automático. Para além da presença dos trabalhadores “de ponta”, ressalta-se a participação dos usuários das políticas nesses espaços de construção coletiva de conhecimento. Mais do que ninguém, quem usufrui determinada política, sabe das suas necessidades. O assistente social, nesse processo, se constitui enquanto um “porta-voz”, mais próximo dos usuários do que muitos gestores, mas ouvir a voz protagonista é fundamental.

Uma das experiências de educação observadas e vivenciadas pela pesquisadora ocorre no âmbito do NUCRESS Centro, tanto nos espaços físicos de reuniões entre os assistentes sociais da Região Centro de Santa Maria, como no espaço virtual possibilitado via *WhatsApp*. Por meio do NUCRESS, ocorrem reuniões a cada dois meses, nas quais os assistentes sociais de Santa Maria e Região se encontram para debater pautas pré-definidas. Durante a pandemia, os encontros ocorreram de forma remota, o que possibilitou maior engajamento por parte de assistentes sociais que infelizmente não possuem liberação por parte dos empregadores ou que moram distantes do local estabelecido.

Nessas reuniões, discutem-se pautas afins aos assistentes sociais, de modo geral. A partir de uma temática geradora, um trabalhador de um determinado CRAS, por exemplo,

socializa sua experiência, ao mesmo tempo em que algum colega compartilha a sua experiência, possibilitando, muitas vezes, um terceiro saber para que se atenda a uma demanda de um usuário. Esse conhecimento, por sua vez, não é aproveitado somente pelos trabalhadores dos CRAS, de forma setORIZADA, mas pode ser aproveitado por todos os assistentes sociais, independente da área em que trabalho. Da mesma forma, no grupo de *WhatsApp*, os assistentes sociais compartilham dúvidas oriundas do ambiente de trabalho, que surgem a partir do cotidiano profissional. Com o auxílio de algum colega que já tenha passado por essa mesma experiência, o assistente social passa a ter melhores subsídios para atender a demanda que surgiu.

Alguns assistentes sociais destacaram que a educação permanente pode ocorrer dentro ou fora do espaço de trabalho, expandindo a possibilidade das instâncias de produção de conhecimento: como nos movimentos sociais, nos Conselhos, sindicatos, dentre outros espaços. Ultrapassando o ambiente de trabalho, mas enxergando a potencialidade da educação permanente em outros espaços, foram citados os Conselhos de Direito e os Grupos de Trabalho. Ao mesmo tempo, foi citada a supervisão de estágio em Serviço Social enquanto uma experiência que possibilita a emergência de novos saberes no cotidiano de trabalho. Ressalta-se o caráter positivo, com foco na relevância desse processo não só para a formação de novos assistente sociais, como também de aprendizado para quem supervisiona. A supervisão é vista, aqui, como possibilidade de qualificação profissional, de renovação, de aperfeiçoamento, e não como apenas mais uma atribuição do assistente social.

A educação permanente ocorre, assim, em diferentes espaços socio-ocupacionais, e cada trabalhador possui sua singularidade nesse processo, pois não estuda para atender “transformações futuras”, mas estuda para enquanto as transformações ocorrem para atender as demandas de forma adequada. A formação habilita, prepara, instrumentaliza para o exercício de uma profissão atendendo às diretrizes curriculares ao perfil formado, porém, por mais que possibilite um arcabouço teórico fundamental para o exercício profissional, seres inacabados, como diz Paulo Freire, têm infinitas possibilidades de aprendizados, que, neste caso, ocorrem somente a partir da inserção profissional, no cotidiano de trabalho.

Constata-se, portanto, a relevância de se abordar a categoria educação permanente nesta pesquisa em virtude da necessidade de estabelecer estratégias e resistência frente ao momento atual pelo qual os profissionais passam. Como já abordado, o cenário de contrarreformas desde 2016 implicou uma série de precarizações nas políticas públicas e sociais com as quais os assistentes sociais trabalham. Mais do que nunca, é indispensável refletir sobre os processos de trabalho em que o profissional está inserido, apropriando-se de

suas particularidades e pensando em estratégias de superação das adversidades. Nesse sentido, a educação permanente se apresenta enquanto uma ferramenta potente e necessária para o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais nas diferentes políticas.

Para tanto, alguns processos de educação permanente necessitam ser adensados, tais como: enquanto estratégias formativas para reorganização do trabalho, como possibilidade de organização da classe trabalhadora e suas resistências diante dos ataques aos direitos dos trabalhadores e desmontes das estruturas organizativas e legais de um conjunto de políticas sociais; como possibilidade de construção coletiva de conhecimentos e partilhas de saberes em uma perspectiva interprofissional; enfim enquanto um movimento de enfrentamento dos processos alienantes tão presentes no trabalho concreto neste tempo de contrarreformas do Estado brasileiro.

Há, portanto, de se destacar o potencial formativo que existe nas situações de trabalho experienciadas pelos trabalhadores que estão com contato com as políticas públicas sociais, pois elas “ocorrem” nos diferentes espaços socio-ocupacionais dos quais os assistentes sociais fazem parte. A educação permanente, assim, exige um repensar e um refazer cotidiano de modo a se dar conta da defesa intransigente dos direitos sociais materializados pelas políticas sociais sem perder de vista os fundamentos do Serviço Social, assim como o Projeto ético Político da Profissão. Além de possibilitar a reorganização do trabalho, viabiliza a reorganização da classe trabalhadora, bem como sua formação humana (FERNANDES, 2016).

3 ESTADO E CONTRARREFORMAS: APONTAMENTOS PARA A DISCUSSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

A discussão sobre as contrarreformas do Estado brasileiro exige discorrer sobre o surgimento dos Estados Modernos. Destarte, pode-se compreender melhor a dinâmica do Estado, enquanto produto das relações sociais, para que então sejam conhecidas as contradições que permeiam o estabelecimento de políticas sociais, de reformas e de contrarreformas. Destaca-se, ainda, o papel do Estado para a manutenção do capitalismo, abordando sistemas de proteção social, em especial no Brasil, que encontra na Seguridade Social, por meio da CRFB/88, sua maior expressão, e o conceito de contrarreforma apreendido a partir de medidas após a CRFB/88 que expropriaram políticas e direitos sociais, dando ênfase às ocorridas entre 2016 e 2021.

Inicia-se a discussão recorrendo a Mascaro (2013), que ao historicizar o surgimento do Estado Moderno auxilia na compreensão dos poderes econômicos e políticos ao longo da história e no conseqüente surgimento da forma política estatal. Segundo o autor, antes da Idade Moderna, o poder econômico e o poder político eram praticamente indistintos, as instituições políticas eram inespecíficas e não existia forma política estatal. Na Idade Antiga (4.000 a.C. – 476 d.C.), por exemplo, o modo de produção predominante nas civilizações gregas e romanas foi o escravismo, no qual os senhores de escravos detinham tanto o poder econômico quanto o poder político, legitimados pelo domínio mítico, divino ou religioso. Pela forma de exploração econômica escravagista, o senhoril comprava seus escravos, como se fossem mercadorias, esperando um retorno financeiro pelo seu trabalho. Em troca da oferta de condições de subsistência, como alimento e moradia, os escravos trabalhavam para seus senhores, que se preocupavam em manter suas mercadorias saudáveis não pensando em seu bem-estar, mas sim no retorno financeiro que elas proporcionavam. O senhoril, portanto, adquiria sua mercadoria mediante pagamento único: ao comprar, estabelecia as condições de trabalho dos escravos para o resto de sua vida (MASCARO, 2013).

Na Idade Média (476 d.C. – 1453), o modo de produção predominante foi o feudalismo. Nesse período, os poderes econômicos e políticos ainda eram mesclados, e concentrados pelos senhores feudais; o poder clerical era forte, mas a Igreja não chegava a ameaçar os senhores feudais, pelo contrário, funcionava como aparato ideológico a favor das relações feudais. Por esse sistema, o suserano concedia uma fração de terra aos vassalos para que esses a cuidassem e a cultivassem, recebendo um local para morar e ferramentas para

subsistência. Em troca, o vassalo trabalhava para si, para o suserano e para o senhor feudal (MASCARO, 2013).

É na transição da Idade Média para a Idade Moderna (1453 – 1789), por sua vez, que surgem os Estados, de modo começar a diferenciação entre o poder político do econômico. A Idade Moderna possibilita, então, o surgimento do modo de produção capitalista. Mascaro resume a passagem das Idades como

O momento central e decisivo para a consolidação do poder político estatal capitalista é a Idade Moderna. Se a Idade Média é desconhecadora da forma política estatal e a Idade Contemporânea é plenamente assentada no Estado, a Idade Moderna é uma fase de transição. Pode-se enxergar nela o germe da forma política atual, embora nem todas as estruturas da reprodução econômica capitalista estejam presentes (MASCARO, 2013, p. 56).

No entanto, é na transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea (1789 – até os dias atuais), que os Estados se consolidam como forma política, definindo o poder político e o poder econômico de forma distinta. O Estado é, então, um terceiro “neutro”, público, na relação entre os personagens do âmbito privado, cuja burguesia, que antes detinha o poder econômico e político passa a representar apenas o poder econômico. Auxilia na reprodução da dinâmica da forma mercantil e das relações de produção capitalistas. Assim, o Estado possibilita uma igualdade jurídica e uma liberdade contratual entre exploradores e explorados, exercendo papel decisivo no capitalismo (MASCARO, 2013). Conforme o autor,

A forma política em definitivo, que dá identidade ao Estado como instância apartada dos indivíduos e das classes, surgirá com as revoluções burguesas. Por isso, mais intensamente no espaço da Idade Moderna, tanto o econômico interfere e reelabora o político e o jurídico quando o contrário. A constituição do circuito geral de trocas, até chegar ao trabalho realmente abstrato, consolida a implantação de formas políticas e jurídicas, e estas, por sua vez, também constituem e reforçam as próprias relações econômicas capitalistas (MASCARO, 2013, p. 56).

Assim, no capitalismo, o trabalho também passa a ser uma mercadoria e sua forma-valor é essencial para que se estabeleçam as possibilidades de produção e reprodução do capital. A sociedade, então dividida entre os burgueses, que detêm os meios de produção, e os proletariados, que possuem nada além de sua força de trabalho para sobreviver, é repleta de conflitos e contradições “mediadas” pelo Estado, que não age imediatamente em favor de uma classe ou outra, mas que se apresenta alheio aos anseios e demandas dos grupos, possibilitando o desenvolvimento do capitalismo (MASCARO, 2013). Se antes os escravos sabiam que trabalhavam em troca de condições de subsistência, no capitalismo, cria-se uma

falsa sensação de liberdade e igualdade entre as relações de burgueses e proletariados. De maneira mais complexa e sofisticada, os burgueses passam a comprar a mercadoria mais valiosa, a força de trabalho dos trabalhadores, de forma parcelada, e não mais em uma única parcela (como ocorria no escravismo). Assim, para prover condições de sobrevivência, o trabalhador vende sua força de trabalho diariamente.

O Estado age, então, na manutenção das contradições da luta de classes. Assim, a luta de classes é conformada pelo Estado, ao mesmo tempo em que o Estado está enraizado nas contradições e disputas múltiplas das sociedades capitalistas, contribuindo para a manutenção dinâmica e constante da contradição entre classes. No entanto, Mascaro alerta que

[...] o Estado não é a forma de extinção das lutas em favor de uma classe, mas sim de manutenção dinâmica e constante da contradição entre classes. Sua forma política não é resolutoria das contradições internas do tecido social capitalista, sendo, antes, a própria forma de sua manifestação, constituindo alguns de seus termos e mesmo de seus processos mais importantes. Assim, não se há de pensar na forma política estatal e na luta de classes como dois polos distintos ou excludentes num mesmo todo social. Na mesma dinâmica da luta de classes capitalista estabeleceu-se a forma política estatal (MASCARO, 2013, p. 60).

Portanto, uma sociabilidade diferente da capitalista não pode se desenvolver por meio de reformas dentro da própria lógica do capital. Por mais que, no caso brasileiro, por exemplo, haja alternância entre governos identificados como de esquerda e de direita, adotando mais ou menos medidas de proteção social, o Estado permanecerá atuando em prol da reprodução das relações sociais capitalistas.

Para Hirsch (2010), o capitalismo depende de um Estado forte para conseguir se sustentar. Assim, o autor apresenta a teoria materialista do Estado, a partir do materialismo histórico, enquanto uma crítica ao próprio Estado, em decorrência da sua condição essencial para a existência do modo de produção capitalista. O Estado, então, é fruto de relações sociais, permeado por antagonismos e contradições. As relações sociais, por sua vez, se estabelecem a partir das condições concretas e materiais da realidade, sob determinação estrutural do modo de produção social. Com o capitalismo, no entanto, as relações não são transparentes, são “fetichizadas”, camuflando o trabalho por trás das mercadorias e a exploração do homem pelo homem. O capitalismo, assim, só é possível com a separação dos poderes, cabendo ao Estado deter o poder político. Portanto, o modo de produção capitalista não existiria sem a presença do Estado (HIRSCH, 2010).

De acordo com Cepik (2016), em conformidade com a Convenção de Montevideu sobre os Direitos e Obrigações dos Estados (1993), há três requisitos objetivos e um critério

subjetivo que definem a concepção de Estado. Os objetivos dizem respeito ao território, à população e ao sistema de governo que exerce a soberania sobre o território e conduz relações internacionais com outros Estados. Quanto ao critério subjetivo, afirma-se que esse Estado deve ser reconhecido e aceito pelos demais Estados. Baseando-se em Adam Przeworski (1995), Cepik apresenta três “funções” distintas do Estado. A primeira, pluralista, se refere às respostas aos cidadãos que o Estado deve dar, cujos diferentes grupos “barganham” em prol de seus interesses; a segunda, weberiana, diz respeito aos próprios objetivos do Estado, que define os meios e os fins para suas ações e a terceira, marxista, fala sobre a ação do Estado em relação aos que possuem a riqueza, determinada pelos interesses do capital (CEPIK, 2016).

Assim, evidencia-se que o Estado se encontra em permanente contradição, pois, ao mesmo tempo em que age em prol da produção e da reprodução do capital, necessita atender em parte os anseios da classe trabalhadora, de modo a apaziguar as desigualdades geradas pelo capitalismo, mas nunca as excluir. Depois dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e de Dilma Rousseff (2011 – 2016), cuja expansão das políticas sociais foi uma das principais características das referidas gestões, apesar de continuar possibilitando condições para o desenvolvimento do capital, intensifica-se a administração baseada no Estado mínimo, desde o governo de Michel Temer (2016 -2018) e de Jair Messias Bolsonaro (2018 - 2022), que emprega um projeto societário com base no genocídio, no fascismo e no ultraliberalismo. Portanto, embora tenha havido a expansão de programas de governos pautados em demandas sociais, a estrutura não se modificou, evidenciando sua contradição. O Estado, assim, permanece em prol do capitalismo, sempre vai defender um tipo de projeto societário, seja mais ampliado, seja mais restrito (SIMIONATTO; COSTA, 2012).

Salienta-se, ainda, a necessária distinção entre Estado de Direito e Estado Democrático de Direito. Uma das primazias do Estado Democrático de Direito é a promoção de um conjunto de políticas sociais públicas que são juridicamente inscritas na CRFB/88, constituindo-se enquanto resultado das lutas sociais deflagradas no processo de redemocratização do Brasil no final da Ditadura Militar (1964-1985). Já o Estado de Direito age dentro das leis definidas, mas essas não necessariamente são em prol do bem estar do povo, a exemplo da Ditadura Militar no Brasil, que encontrava um Estado de Direito, mas não um Estado Democrático de Direito, embora violasse, inclusive, regras do Estado de Direito (BURGEL; CALGARO, 2016).

Contudo, importante afirmar que as lutas e conquistas dos trabalhadores não podem ser interpretadas como inúteis, pelo contrário: para Marx, representam um processo no caminho de uma nova forma de produção social, pois a revolução não é abrupta (MARX,

2013). Dessa forma, compreende-se a política social como uma das manifestações de êxito das lutas dos trabalhadores, permeada de conflitos e contradições. Ao mesmo tempo em que significa avanço para melhoria das condições de vida dos trabalhadores, é mecanismo de reprodução do capital (RAICHELIS, 2018).

Entretanto, as conquistas da classe trabalhadora não são “cumulativas”, ou, ainda, garantidas por algumas delas estarem positivadas. Justamente por ser contraditória, está sempre em movimento, tanto a favor quanto contrária aos interesses dos trabalhadores. Assim, direitos conquistados podem se exaurir, a depender da conveniência de determinado governo e do parlamento que representam a sociedade momentaneamente. Ao mesmo tempo, os direitos já positivados não são garantia de que sejam garantidos automaticamente, apenas por meio de reivindicações e mobilizações que se concretizam.

Assim, o sistema de proteção social é um exemplo da contradição inerente às conquistas no âmbito social. Para Mendes, Wunsch e Couto (2006), pode-se dizer que a proteção social é resultado de um sistema mediado historicamente por um conjunto de relações entre o Estado e a sociedade e que se consolida por um arcabouço legal que estrutura um conjunto de políticas sociais públicas, programas, projetos, políticas e benefícios que se constituem nos direitos sociais da população, ou seja, são mediações que buscam consolidar direitos sociais e propiciar condições de vida digna à classe trabalhadora.

No Brasil, a maior expressão do sistema de proteção social se dá, principalmente, por meio da Seguridade Social, composta pelo tripé das políticas de Saúde, de caráter universal, de Assistência Social, para quem dela necessitar, e de Previdência Social, contributiva. A Seguridade Social foi consolidada, então, somente no período de redemocratização do País, na CRFB/88, diferentemente de outros países europeus que adotaram o *Welfare State*³¹, por exemplo, sob uma perspectiva de universalidade, a partir do pleno emprego e de serviços sociais universais como estratégia de desenvolvimento do capitalismo no período pós Segunda Guerra. Antes da Carta Magna, não havia a compreensão de direitos sociais, as práticas se limitavam à benemerência, ao voluntariado, e à caridade e a cobertura da seguridade era exclusiva aos trabalhadores, que não viram a proteção social acompanhar, concomitantemente, as precarizações do trabalho que se intensificavam (MENDES; WÜNSCH; COUTO, 2006).

³¹ O *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, é a expressão mais conhecida de proteção social na sociedade capitalista no período pós-II Guerra principalmente nos países europeus. Caracterizado por um conjunto de medidas políticas de cunho econômico e social que visava à redistribuição da riqueza, o *Welfare State* possuía caráter universalista e defendia o pleno emprego enquanto estratégia de desenvolvimento capitalista, apensar de suas políticas sociais procurassem atender, também, às demandas do mercado (MENDES; WÜNSCH; COUTO, 2006).

A CRFB/88, portanto, prevê uma proteção social cujo preceito se baseia em cidadãos que são, além de sujeitos de deveres, sujeitos de direitos. É considerada, então, garantista, pelo rol de direitos previstos. Porém, logo depois de sua promulgação, os governos neoliberais que a sucederam, começaram uma agenda de “reformas” no intuito de “enxugar” a Constituições, oferecendo um Estado menor e mais eficiente. Na verdade, as reformas ocorridas após a CRFB/88 podem ser consideradas contrarreformas, visto que não ampliaram a proteção social, pelo contrário, serviram para possibilitar o desmonte e a expropriação de direitos (BEHRING, 2008).

Ainda para avançar nesta discussão sobre as contrarreformas, que alteram os desenhos organizacionais e democráticos de um conjunto de serviços e políticas públicas, é fundamental trazer que as políticas sociais são ações do Estado, geridas por determinados governos, com o intuito de atender às demandas e às necessidades coletivas, provendo benefícios e serviços sociais, financiados pelo Estado e regulados pela Administração, visando à melhoria das condições de vida de indivíduos e grupos (PEREIRA, 2016). Portanto, nesses processos de governos que assumem uma postura com base em contrarreformas, há o dilaceramento daquilo que foi construído, visto que a prioridade não engloba o bem-estar da população.

As contrarreformas, então, não são recentes no Brasil, mas assumem novas feições em um governo cujo projeto de sociedade é acabar com o sistema de proteção social brasileiro, constituído a partir do processo de redemocratização no Brasil, culminando na CRFB/88. Para Behring (2008), a expressão contrarreforma é mais adequada para se referir às “reformas”, que violam os direitos humanos e, portanto, sociais, sugeridas e aprovadas no Brasil, em especial pelos governos que desmontam o Estado Democrático de Direito, pois são medidas que vão de encontro à proteção social. No entanto, o termo reforma apresenta forte caráter ideológico, sugerindo algo mais aceitável socialmente; no senso comum, pode sugerir mudanças e melhorias para a sociedade, mas na realidade constituem um conjunto de medidas que impactarão negativamente na vida dos trabalhadores (BEHRING, 2008).

Para Raichelis (2006, p. 23), as contrarreformas desencadeiam “um processo peculiar de redução e perda de direitos que nem sequer foram postos em prática”. As contrarreformas, enquanto medidas que enxugam o Estado, estimulam a transferência de responsabilidade para a própria sociedade civil, mercantilizando direitos sociais. O Estado, que deveria atender as necessidades da população, reduz cada vez mais seu papel: “As reformas apresentam impactos tanto no desenvolvimento das políticas setoriais como para a população atendida que sofreu com o enxugamento do Estado” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Um dos principais fatores que fizeram com que desencadeasse o processo de reorganização do Estado brasileiro foi o Consenso de Washington³². As contrarreformas surgem, então, para atender as exigências de organismos internacionais, cujo objetivo é oferecer respostas às crises estruturais do capital, principalmente desde 1970. Dentre as principais implicações, destacam-se: o incentivo às parcerias público-provadas, menor responsabilização do Estado na oferta de políticas públicas e sociais, compreensão dos direitos sociais enquanto mercadorias, criminalização dos movimentos de resistência (FARAGE, 2021).

Da mesma forma, as transformações nas formas de organização de produção alteram substancialmente tanto as relações de trabalho como os próprios modos de vida. Para tanto, é conveniente e inerente ao capitalismo o desencadeamento de crises, que renovam seu ciclo de tempos em tempos. Ganham destaque no cenário mundial do século XX as crises de 1930 e 1970³³. Com as grandes crises, geram-se transformações na sociedade, ganhando destaque o colapso do capitalismo fordista pós Segunda Guerra e o avanço da globalização neoliberal. Assim, houve significativas mudanças tanto na forma de produção do capitalismo quanto no próprio funcionamento do Estado (HIRSCH, 2010). A teoria da regulação oferece subsídios para que se possa compreender o desenvolvimento do capitalismo, especialmente a partir da crise dos anos de 1970, analisando “as condições de persistência e desenvolvimento de uma sociedade capitalista atravessada por antinomias estruturais” (HIRSCH, 2010, p. 101).

Dessa forma, é possível refletir sobre os motivos pelos quais há uma “conformação” social, visto que se aceitam as relações existentes e age-se convenientemente com o processo de acumulação, de valorização do capital, e da ordem sociopolítica em geral, mantendo a coesão da sociedade. Para tanto, mecanismo e ideologias legitimam essa dinâmica, da qual o Estado tem papel fundamental (HIRSCH, 2010). Para Hirsch (2010, p. 102), são os processos econômicos e político-administrativos que:

³² O Consenso de Washington se constituiu enquanto uma reunião em Washington, em novembro de 1989, na qual principalmente os organismos financeiros internacionais estabeleceram e condicionaram algumas medidas de cunho econômico aos países da América Latina, apresentando políticas neoliberais como a única alternativa de enfrentamento à pobreza aos países tomadores de empréstimos. A partir de determinadas exigências para as nações em desenvolvimento fazer parte do complexo sistema estrutural do capital internacional, uma série de “reformas” foram desencadeadas no Brasil, para se encontrar em conformidade com os ditames internacionais do capital (SILVA, 2005).

³³ Sugere-se a leitura de “A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991”, de Eric Hobsbawm, disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%28%201914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf.

Se encarregam de fazer com que as ações antinômicas e conflitivas dos indivíduos, grupos e classes possam ser mantidas em concordância com as condições de continuidade da sociedade – o que sobretudo no capitalismo significa a concordância com as condições de valorização do capital.

O processo de correção, então, não ocorre de forma objetiva, pois isso implicaria em conflitos mais diretos entre as classes. Há, portanto, comportamentos de continuidade e de descontinuidade do Estado em prol das classes sociais, mas sempre a favor do capital. As contrarreformas são exemplo de ações institucionalizadas pelo Estado com o intuito de favorecer a burguesia; já as políticas públicas e sociais, por outro lado, representam medidas também institucionalizadas pelo Estado para atender parcela das demandas da classe trabalhadora. Há, assim, um constante mecanismo de apaziguamento dos conflitos sociais, com imprescindível mediação do Estado.

Particularmente em relação Brasil, sob forte influência do mercado internacional, a partir da reestruturação produtiva do capital, do novo modelo de acumulação flexível, da forte ideologia neoliberal e de prerrogativas do Consenso de Washington, a CRFB/88 sofre ataques para que o Brasil se incorpore aos ditames do capital financeirizado. O País passa, então, a contar com uma série de medidas a fim de estabelecer um Estado Mínimo por meio de contrarreformas. A acumulação flexível, conforme Druck, Dutra e Silva (2019, p. 290), “que se afirma por meio da ruptura com o modelo fordista, engendra outros modos de trabalho e de vida, pautados na flexibilização e precarização do trabalho. Tal fenômeno impulsiona e se alimenta de uma nova configuração do Estado”. Dentre essas configurações, existem as contrarreformas, elaboradas para atender às exigências do capital o que se passa a dar uma atenção especial neste capítulo.

3.1 AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO BRASILEIRO: PERÍODO PÓS-GOLPE DE 2016 A 2021 EM ESTUDO

No Brasil, impulsionado pelas determinações internacionais, as contrarreformas deflagram a intencionalidade de se estabelecer um Estado Mínimo para a classe trabalhadora, de modo o Brasil estar alinhado com o capital financeiro. Portanto, o mais perto que o Brasil conseguiu chegar do Estado de Bem Estar Social, contraditoriamente, foi com a promulgação da Constituição em 1988, ou seja, praticamente não houve um auge no sistema de proteção social a exemplo da Europa. A CRFB/88 se constitui enquanto um relevante instrumento

formal de garantia de direitos, mas praticamente desde o seu surgimento é atacada para que esse rol de direitos seja cada vez mais expropriado (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019).

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), pautado no modelo econômico liberal, deu continuidade ao modelo liberal periférico de Fernando Affonso Collor de Melo (1990 – 1992) e de Itamar Franco (1992-1995), resultando em “baixas taxas de crescimento econômico, destruição do patrimônio público por meio das privatizações, aumento da pobreza, altas taxas de desemprego, e intensa flexibilização dos direitos trabalhistas” (LARA; SILVA, 2019, p. 488). Caracterizou-se, portanto, enquanto um governo promotor de contrarreformas, prejudicando os direitos da classe trabalhadora por meio de formas clássicas de refuncionalização (FARAGE, 2021)³⁴. Posteriormente, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e de Dilma Rousseff (2011 – 2016), representaram relevantes avanços nas políticas públicas e sociais, apesar de não promoverem embates contra a estrutura do neoliberalismo (LARA; SILVA, 2019). Portanto, a refuncionalização do Estado contou com formas não clássicas nos governos de Lula e Dilma, a exemplo dos fundos de pensão e da previdência complementar (FARAGE, 2021).

Observa-se, desde o Golpe à presidente Dilma, em 2016, uma série de medidas sistemáticas cujo objetivo é dar condições para o desenvolvimento das produções e reproduções do capital, sob a perspectiva neoliberal, e de consolidação de um tipo específico de Estado, cujas contrarreformas auxiliam nesse objetivo. O recrudescimento do conservadorismo com a eleição de Jair Bolsonaro, a partir da ascensão da extrema direita, confere uma “regressão civilizatória”, que “impõe a retirada de direitos, fomenta uma polarização social entre projetos antagônicos de sociedade e legitima ideologicamente o discurso de prioridade do capital, qual seja, a manutenção do lucro, ainda que ao custo da vida dos trabalhadores” (FARAGE, 2021, p. 52), agregando às contrarreformas uma perspectiva ultraconservadora que recai sobre as políticas públicas e sociais, com implicações para a formação e para a ação profissional.

Analisando o movimento das contrarreformas, pode-se apreender que elas têm ligação entre si, e que uma, de certa forma, justifica a outra. Portanto, o chamado “Golpe” foi orquestrado de modo que essas medidas pudessem ser aprovadas sem maiores dificuldades, construindo um projeto bem definido para o Brasil, pautado em um Estado cada vez menor.

³⁴ Desde 1995, com o Plano Diretor da Reforma Aparelho do Estado, de autoria de Bresser Pereira, observa-se um processo de intensificação de contrarreformas no Brasil, pautado na mudança do modelo administrativo. O intuito, então, era conferir um modelo gerencial, visando à eficiência da administração pública e à qualidade dos serviços públicos. No entanto, confere-se ao setor privado maior ingerência na administração pública, sob a lógica do mercado (BEHRING, 2008).

Para Garcia (2022), “entende-se por Golpe de Estado qualquer movimento de força e imposição fora das regras estabelecidas pela Política democrática de uma nação, mudando a cara e a configuração dos poderes até então estabelecidos. Para Mascaro (2018, p. 69):

Compreendem-se golpes como mudanças bruscas no controle, na estruturação, no funcionamento ou na dinâmica do campo político e social ou no arranjo relativo de poder entre classes, frações, grupos, corporações, instituições ou indivíduos, advindas de causas comissivas. Via de regra, são gestados e desferidos no Estado ou a partir dele, de tal sorte que sua expressão mais típica é ‘golpe de Estado’.

A presente pesquisa não tem a pretensão de analisar o conjunto das contrarreformas ocorridas após 1988, mas concentrará sua análise nas medidas e contrarreformas entre 2016 a 2021. Assim, o marco inicial da agenda de expropriação de direitos no Brasil se dá a partir do *impeachment* da presidente Dilma Roussef, considerado por muitos especialistas um golpe de Estado, visto que não houve caracterização de crime de responsabilidade em seu governo. Seu sucessor, o vice-presidente Michel Temer, assume o cargo mais alto do Executivo ainda em 2016 e inicia as medidas de cortes de gastos.

Como um de seus primeiros e mais significativos atos, tem-se a Emenda Constitucional (EC) nº 95³⁵ que institui o Novo Regime Fiscal e estabelece o teto de gastos públicos, comprometendo a qualidade dos serviços públicos (BRASIL, 2016)³⁶. Como consequência, um conjunto de políticas sociais públicas como a Educação, a Saúde, a Assistência Social, a Previdência, a cultura, entre outras (trazer dados concretos), tem seus recursos estagnados por vinte anos a contar de 2016, o que dificulta e, muitas vezes, inviabiliza a exequibilidade de uma série de serviços públicos.

Na educação superior brasileira, trazendo como exemplo as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), há sucessivas diminuições orçamentárias que afetam não só a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como também o cotidiano de trabalho dos profissionais das IFES e dos estudantes, que contam com menos repasse e investimento. Os mais recentes cortes observados atingem profundamente os Ministérios do

³⁵ Emenda Constitucional (EC) nº 95 de 15 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016).

³⁶ O processo de capitalização financeira, nascido especialmente a partir da década de 80, impacta no desmonte das políticas sociais, pois seu financiamento é deixado de lado, em detrimento do pagamento das dívidas externas estatais, em especial os juros da dívida pública, fruto essencial da fase da capitalização financeira (SILVA, 2012). O orçamento público acaba se tornando uma peça de natureza política, pois é a partir dele que se verificará as rubricas que são destinadas a cada setor no qual os Poderes aplicam seus recursos. Assim, os mitos da austeridade fiscal são reforçados através de um discurso há muito tempo difundido, consistente na narrativa de que o país está quebrado financeiramente. Assim, a prioridade é enxugar os gastos do Estado, ao invés de promover o bem estar dos cidadãos.

Trabalho e da Educação, conforme o Orçamento de 2022. Chefiada por Milton Ribeiro, a pasta sofreu corte de R\$ 802,6 milhões (TOMAZELLI; VARGAS, 2022).

Assim, as IFES, que já sofrem ataques das mais distintas naturezas, sofrem um sucessivo processo de precarização com os reiterados e substanciais cortes desde 2018 (FARAGE; LIMA, 2021), com a possível finalidade de privatização das universidades. Esses ataques fazem parte, portanto, da contrarreforma da educação, que impacta a formação em Serviço Social. O (necessário) auxílio da tecnologia empregada durante a pandemia acelerou esse processo. Há de se destacar a previsão estabelecida pela Portaria nº 2117/2019³⁷ do MEC (BRASIL, 2019), que permitiu aos cursos presenciais de graduação, públicos e privados, elevarem de 20% para 40% de sua carga horária prevista na modalidade a distância (FARAGE, 2021). Compromete-se, inclusive, o processo de universalidade do ensino superior que aos poucos, e por meio de muita luta, estava sendo construído. Observa-se, também, um direcionamento desses ataques, que priorizam as ciências humanas e ciências sociais aplicadas, comprometendo bolsas de pesquisa de iniciação científica, de docência e de pós-graduação; os editais que fomentam pesquisas, que estão cada vez mais exíguos. Ademais, são cortes que afetam diretamente o custeio de contas de energia elétrica e segurança, assim como, investimentos para reformas necessárias e laboratórios (FARAGE; LIMA, 2021). Logo, há um risco de ruptura com o que se vem construindo há anos, colocando em risco a continuidade de muitos estudos e pesquisas (LEWGOY; FERNANDES; REIDEL, 2020).

A EC nº 95, assim, estabeleceu que os investimentos públicos na educação e na saúde, por exemplo, permanecerão os mesmos, tratando-se de valor real, até 2026. São ignoradas, portanto, demandas sociais da população no âmbito da saúde pública e da educação pública (FARAGE; LIMA, 2021). Considerando a pandemia de Covid-19, que demandou um esforço descomunal da política de saúde e dos profissionais que fazem parte dela, e a inflação elevadíssima, na casa dos 10%, a estagnação da verba destinada a essas áreas obviamente prejudicou em demasia a população brasileira (IBGE, 2022).

Ainda no governo Temer, ocorreram mudanças significativas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), por meio da Lei nº 13.467³⁸, conhecida como Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017), flexibilizando uma série de direitos e possibilitando a terceirização total, contrariando, em muitos momentos, a própria CRFB/88. Pereira (2017) resume, dentre outros

³⁷ Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. (BRASIL, 2019).

³⁸ Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. (BRASIL, 2017).

retrocessos, o atentado que representou a contrarreforma trabalhista: “demissão acordada; flexibilização da jornada e redução de intervalos para alimentação; terceirização em atividades meio e fim; trabalho intermitente; aptidão de gestantes e lactantes para o desempenho de atividades de grau mínimo ou médio de insalubridade” (PEREIRA, 2017, p. 27). Para Druck, Dutra e Silva (2019, p. 290) “a reforma trabalhista brasileira se insere num paradigma global de reformas neoliberais que, desde a década de 1970, tem importado em flexibilização e crise do direito do trabalho, tal como foi concebido ao longo do século XX”.

As Contrarreformas Trabalhistas da última década foram possivelmente as medidas que mais apresentaram impacto na vida dos trabalhadores em geral, pois atingiram significativa parcela da população. Dentre suas principais alterações, destacam-se: a possibilidade de acordos coletivos, a demissão por acordo, a possibilidade de demissão por meio de distrato (no intuito de desconsiderar-se o vínculo empregatício) e por acordo (expropriando do trabalhador o direito ao seguro-desemprego, à metade do aviso prévio, Metade da multa rescisória sobre o saldo do FGTS), previsão de trabalho intermitente (exclusão do pagamento do sobreaviso) e do *home office*, fim da obrigatoriedade de contribuição ao sindicato (que enfraquece a resistência coletiva dos trabalhadores), dentre outras. Volta-se, portanto, à equivocada concepção de que há igualdade entre as partes e no diálogo entre patrão e empregado, cultura que aparentemente estava superada ao se reconhecer que o trabalhador é o elo mais fraco desta relação.

A contrarreforma trabalhista do ano de 2017 foi apresentada como necessária para possibilitar a “modernizar as relações de trabalho”, prometendo o aumento do número de empregos, de modo a ter o consentimento da opinião pública. No entanto, a Lei nº 13.467/2017, não pode ser considerada uma reforma, mas sim uma contrarreforma, pois ao contrário do prometido, nitidamente visa à destruição dos direitos dos trabalhadores (SEVERO; MAIOR, 2017).

Aparentemente o disposto sobre o tempo de trabalho não se altera, pois o caput do art. 4º da CLT, que considera o efetivo serviço como o “período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens”, não se alterou; contudo, os parágrafos que o complementam declaram uma ambiguidade intencional, na qual o entendimento acerca do tempo de trabalho se altera. Antes, o trabalho englobava o tempo efetivamente empregado no trabalho executado, bem como o tempo que o trabalhador estivesse à disposição do empregador. Com a contrarreforma, não há mais o claro entendimento que o tempo à disposição é contabilizado na jornada (SEVERO; MAIOR, 2017). Assim, cria-se um cenário perfeito para quem emprega: paga somente quando

necessita de determinada atividade do trabalhador, transferindo-lhe o risco inerente de sua atividade enquanto empresário. Ficam cada vez mais presentes práticas de contrato zero-hora, no qual o “empregado é contratado sem jornada prefixada, com pagamento apenas das horas efetivamente trabalhadas, sem o cômputo das horas à disposição do empregador” (MAEDA, 2019, p. 136).

Severo e Maior (2017) destacam a atecnia da introdução da expressão “trabalho intermitente” ao lado de contrato de trabalho por prazo determinado ou indeterminado. Nesta modalidade, a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, contando com períodos de atividade e inatividade, aproximando-se do contrato zero-hora, oriundo do ordenamento jurídico inglês. Para os autores, a atecnia se justifica em decorrência de que:

O trabalho intermitente será necessariamente indeterminado, regra geral para as relações de trabalho, não dispondo a lei de modo contrário. Mas, assim sendo, o contrato poderá ser mantido para sempre, sem que haja baixa na CTPS do trabalhador, nem pagamento das verbas resilitórias, pois não há nenhuma referência à obrigação de exigir trabalho por um determinado número mínimo de horas por mês. Não se teria, pois, um vínculo jurídico, mas um estado perpétuo de submissão. Uma esdrúxula contratação de servidão (SEVERO, MAIOR, 2017, p. 68).

Observa-se, também, que houve várias tentativas de dificultar o ingresso na Justiça para se pleitear um direito trabalhista. Com a Contrarreforma Trabalhista, o trabalhador com direito à gratuidade da Justiça, passa a poder arcar com as custas e honorários em caso de não êxito na ação. Com isso, por mais que o trabalhador com situação econômica vulnerável reconheça que possui algum direito violado, não teria a mesma convicção de ingressar com alguma ação trabalhista, pois sabe que poderia sair prejudicado financeiramente. Salienta-se que esta era uma medida essencial para a classe trabalhadora, que tinha a prerrogativa e a segurança jurídica no âmbito trabalhista. Porém, felizmente essa medida inconstitucional foi derrubada pelo STF por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.766, que reconhece que o trabalhador com direito à gratuidade da Justiça não pode arcar com custas e honorários em nenhuma hipótese. No entanto, ressalta-se que outras várias medidas que trazem prejuízo ao trabalhador se mantiveram.

Quanto à terceirização, destaca-se a possibilidade da modalidade irrestrita, compreendendo atividades meio e fim, quando antes só era permitida nas atividades meio. A terceirização irrestrita, então, é respaldada legalmente conforme a alteração do Projeto de Lei (PL) nº 4.330 de 2004 em Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30 de 2015, a Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a Lei nº 13.467/2017 (Contrarreforma Trabalhista), e a Lei nº 13.429/17 (Lei da Terceirização). Dessa forma, todos os trabalhadores que atendem a

uma empresa, por exemplo, podem executar suas atividades de modo terceirizado (BRASIL, 2004; 2015; 2011; 2017a; 2017b). Antunes (2018) destaca a indissociabilidade entre terceirização e precarização:

Os terceirizados recebem menos, trabalham mais, têm menos direitos e benefícios, são mais instáveis, estão crescendo mais do que os demais trabalhadores e são aqueles que com maior frequência sucumbem a acidentes fatais. Em síntese, a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos. Ela ainda cobre com um “manto de invisibilidade” os trabalhadores nela enquadrados, como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista, como forma ideal para o empresariado não ter limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e da sua exploração como mercadoria (ANTUNES, 2018, p. 163).

Ainda quanto à terceirização, em decorrência da alta rotatividade das empresas e da mudança de personalidade jurídica, muitos trabalhadores regulados por este regime acabam por passar longos períodos sem férias, pois são demitidos de uma empresa para serem contratados em outra. No âmbito jurídico, cabe salientar que antes havia a responsabilidade solidária entre os devedores, ou seja, todos os devedores eram responsáveis pelo total da obrigação, sem necessidade de cobrança em cotas para cada devedor. Ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958252, com repercussão geral reconhecida, no entanto, o STF ratifica a Súmula 331 do TST e decide que a responsabilidade passa a ser subsidiária: “É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante” (BRASIL, 2011). A decisão faz com que o trabalhador tenha que esgotar todas as possibilidades de cobrança da terceirizada prestadora de serviços antes de cobrar a tomadora de serviços, dificultando o direito do trabalhador, visto que muitas vezes a empresa terceirizada encerra suas atividades ou se reapresenta com outra personalidade jurídica³⁹.

³⁹ Não se pode deixar de mencionar o ocorrido com os trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão nas vinícolas gaúchas. Um dos argumentos utilizados pelas empresas foi a utilização de serviço terceirizado, o que, na versão deles, impossibilitou que houvesse fiscalização. As empresas fizeram questão de ressaltar que não tinham conhecimento das práticas desenvolvidas pelas empresas terceirizadas, alegando ser contrárias a formas desumanas de trabalho. No entanto, o que se observa é uma transferência de responsabilidade de ambos os lados, na qual ninguém quer se responsabilizar. No meio desse conflito, estão os trabalhadores, que não sabem a quem recorrer, sem seus direitos básicos, com sua dignidade violada. Esse

Portanto, a contrarreforma trabalhista institui a precarização como regra (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019). No Serviço Social, as formas mais “flexíveis” de contratação também estão presentes. No depoimento a seguir, destacam-se a terceirização e as instituições privadas parceiras:

Como trabalhadora da saúde em uma instituição pública, as contrarreformas vão impactar diretamente nos recursos destinados à instituição, vivenciando diariamente o desmonte desse serviço, hoje já é uma realidade o aumento considerável de trabalhadores oriundos de instituições privadas parceiras, trabalhadores terceirizados com os vínculos de trabalho cada vez mais frágeis. As contrarreformas e o cenário atual também impactam diretamente na vida da população usuária, hoje em dia o hospital em que trabalho é referência para situações de vulnerabilidade e violência e vemos o aumento considerável de famílias em situação de extrema pobreza, em insegurança alimentar, entre outros e em contrapartida a falta de investimento em políticas públicas capazes de atender essa demanda, com o desmonte dos serviços públicos (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Na sequência da precarização, observa-se que a diminuição de serviços e benefícios resulta na perda de direitos sociais da classe trabalhadora no cenário brasileiro, conforme observa-se na narrativa dos participantes: “Menos recursos públicos. Menos políticas públicas. Menores salários, sem reajustes. Trabalho informal será acentuado, a grande maioria dos trabalhadores informais não contribuem para um seguro social. Ninguém mais vai se aposentar. Dentre outros retrocessos”; “Cortes na saúde pública, sucateamento do SUS e a reforma previdenciária, pois alguns pacientes não se enquadram mais nos critérios de segurado” (PARTICIPANTES DA PESQUISA, 2022).

A contrarreforma trabalhista, portanto, veio com a promessa de maiores oportunidades de emprego, mas o que se observa desde 2017 são taxas elevadíssimas de pessoas sem oportunidade de trabalho. O auge da taxa de desocupação foi no trimestre de junho a agosto de 2020 e de janeiro a março de 2021, alcançando 14,9%, maior taxa das duas últimas décadas (IBGE, 2022). Atualmente, a taxa se encontra na casa dos 10%, o que guarda relação com a maior taxa de informalidade já registrada no Brasil, englobando quase 40 milhões de brasileiros (IBGE, 2022; CARNEIRO, 2022). No entanto, há de se considerar, também, a qualidade dos trabalhos, as condições de oferta desses empregos, visto que as contrarreformas no âmbito do trabalho permitiram praticamente qualquer formato, no qual o trabalhador, muitas vezes, não ganha o mínimo para prover sua subsistência.

exemplo é claro quando se pensa no afastamento de responsabilidade que gera tamanha desproteção aos trabalhadores, dando margem para que práticas absurdas sejam executadas nesse limbo (CAMPOS, 2023).

Em 2019, com a EC nº 103⁴⁰, conhecida como Reforma da Previdência, os trabalhadores visualizaram o retrocesso de diversos direitos, cercado por muitas injustiças. O horizonte da Seguridade Social mostra, assim, indesejáveis alterações, “transferindo” muitos beneficiários da Política de Previdência para a Política de Assistência Social, a responsabilização da questão social e da pobreza é destinada aos próprios pobres (YAZBEK, 2018). A ética do trabalho, então, ganha força, reforçando discursos meritocráticos e o darwinismo social (BEHRING, 2009). No mesmo sentido de transferência de responsabilidade do Estado, conforme Pereira (2009), após o *Welfare State*, ele passa a atuar de forma articulada a três setores “não-oficiais” ou não-governamentais, a partir do voluntariado, do comercial e do informal, abrangendo, respectivamente, organizações voluntárias, setor mercantil e família, vizinhança, comunidade. Dentre outras questões, esta assistente social destaca os impactos da contrarreforma da Previdência:

Apresentam impacto direto. Isso se expressa no desmonte à saúde, havendo a terceirização das unidades de saúde, a rotatividade dos profissionais, a redução do número de agentes comunitários de saúde. Se expressa também na restrição à circulação das pessoas através da alteração da meia passagem e das isenções no transporte público. Se expressa na pouca previsibilidade do recebimento dos benefícios socioassistenciais, por exemplo, em um mês conseguimos orientar acerca do recebimento da cesta de alimentos, mas no próximo mês não sabemos se a pessoa seguirá recebendo. Em relação à previdência social é outra questão que se expressa a contrarreforma do estado, havendo negativa de direitos as pessoas que tentam solicitar benefícios, sendo necessário a solicitação de recurso para haver a concessão do auxílio doença, por exemplo (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Após a aniquilação da CLT, dando continuidade às medidas impostas pela EC nº 95 para sua manutenção, o alvo eram os servidores públicos (com a proposta da contrarreforma administrativa). PEC nº 32, conhecida como Reforma Administrativa, aprovada na Comissão Especial no dia 23 de setembro de 2021, prometendo encerrar os “privilégios” do servidor (BRASIL, 2020). Parte da população, que sofre com a intensificação da precarização do trabalho, confere apoio à medida. Em vez de os cidadãos se unirem contra o desmonte dos serviços públicos, muitos, que estão desempregados ou em condições precárias, acreditam que a integralidade dos servidores possui muitos benefícios, quando na verdade uma parcela ínfima, composta principalmente pelo magistrado, pelos parlamentares e militares que gozam dos privilégios difundidos na mídia. No entanto, esse seleto grupo, pelas propostas até aqui apresentadas, não será afetado, mas sim os servidores que ainda podem contar com um salário digno. Não há unidade entre a classe trabalhadora, a ordem, então, é o nivelamento e

⁴⁰ Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. (BRASIL, 2019).

precarização por baixo, e os trabalhadores informais ou da iniciativa privada entendem que todos devem dar sua parcela de esforço, assim como eles já o fazem.

Contudo, destaca-se o movimento de resistência que os trabalhadores realizaram e ainda realizam para que essas medidas e contrarreformas não avançassem. São mobilizações diárias de forma online que manifestam para os deputados e para a população em geral os malefícios que a PEC trará à sociedade caso passe no Congresso, além de expor os deputados que indicam que votarão a favor da contrarreforma administrativa. Em setembro de 2021, com a possibilidade de a PEC nº 32 ser votada pelos parlamentares, a Jornada de Luta contra a PEC nº 32 iniciou com servidores públicos indo a Brasília protestar contra a proposta da contrarreforma administrativa. Em uma das manifestações, enquanto aguardavam a chegada dos deputados no aeroporto, lembravam que “quem vota a favor não volta”, indicando que o povo se lembrará dos políticos favoráveis à PEC nas próximas eleições (ANDES, 2021).

Embora a proposta da Contrarreforma Administrativa não tenha sido implementada no decorrer do governo Bolsonaro (2019-2022), já constam distinções entre os servidores públicos em decorrência de contrarreformas anteriores, conforme o relato da assistente social: “Enquanto funcionária pública recém nomeada, não tenho mais os mesmos direitos que os que vieram antes de mim, como adicionais, licença prêmio, entre outros” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022). Logo, apesar de as contrarreformas atingirem de forma mais perversa os trabalhadores com vínculos empregatícios mais frágeis, os assistentes sociais concursados também observam retrocessos na cobertura de seus direitos enquanto profissionais.

Das 48 respostas, 42 (87,5%) correspondem aos assistentes sociais que observaram impacto das contrarreformas desde 2016 no trabalho profissional. De modo geral, as principais contrarreformas do Estado brasileiros ocorridas desde 2016 foram citadas pelos participantes: a EC nº 95 de 2016, a contrarreforma trabalhista de 2017, e a contrarreforma previdenciária de 2019. Os assistentes sociais tiveram o entendimento de que não se pode tratar apenas de uma contrarreforma, mas do conjunto de medidas tomadas desde 2016 que proporcionaram a drástica redução do Estado. No entanto, a EC nº 95 que trata do Teto de foi a mais citadas enquanto prejudicial à população brasileira, enquanto medida utilizada para justificar absurdos dentro das políticas públicas. Com ela, houve o congelamento nas mais diferentes áreas, a exemplo da saúde, assistência e educação. Em seguida, a contrarreforma trabalhista foi bastante mencionada quando perguntados sobre o impacto no trabalho profissional. Além das citadas, outras medidas foram destacadas enquanto expropriadoras de direitos da população: a extinção do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com

Deficiência (CONADE) e de demais conselhos, Previde Brasil. Pode-se aferir que o impacto nos recursos públicos destinados às instituições para propiciar o desenvolvimento das políticas públicas e o baixo financiamento se destacam nas narrativas dos participantes. Intrinsecamente, o trabalho do assistente social é atingido:

Sucateamento do serviço público; pouca ou nenhuma possibilidade de ampliação de equipes; estagnação ou diminuição do financiamento público; piora nas condições de vida do público usuário; desmonte de direitos sociais, pouco repasse para as políticas públicas, transferência de responsabilidade a sociedade, terceiro setor, retrocessos sociais que impactam no desenvolvimento do trabalho do assistente social (PARTICIPANTES DA PESQUISA, 2022).

O assistente social, enquanto trabalhador que realiza a gestão e operacionaliza políticas públicas e sociais, observa no cotidiano a redução do repasse de verbas e o baixo financiamento das políticas públicas. Enquanto expressão das falas dos participantes, a observância desse impacto na vida da população usuária é ilustrada pelo aumento da extrema pobreza, da insegurança alimentar e da falta de moradia: “observei ao longo da trajetória profissional a fome e as desigualdades sociais aumentando”; “Impactam diretamente na vida objetiva dos usuários que atendo, bem como na sua saúde” (PARTICIPANTES DA PESQUISA, 2022).

Tem-se, então, a ideia de uma “política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pelo mercado”, enxugando o funcionalismo público, com políticas cada vez mais focalizadas (BEHRING, 2009, p. 310). A proposta de inclusão do princípio de subsidiariedade aos princípios da Administração Pública reafirma a lógica de que o Estado pretende se responsabilizar cada vez menos, transferindo a responsabilidade de gestão e de serviços ao setor privado e aos próprios indivíduos⁴¹. Nos relatos provenientes da pesquisa, os assistentes sociais destacam o agravamento da questão social, com o aumento da focalização das políticas públicas sociais, no qual a perspectiva de direito se esvazia, limitando a um grupo muito seletivo de usuários passíveis de usufruir serviços de proteção básica e benefícios, ficando de fora uma parcela da população que igualmente necessita de cobertura. Outra participante ilustra a focalização e a ausência de políticas e serviços:

⁴¹ “As políticas anticrise de raiz liberal são partes de um projeto de classe destinadas a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos, como alerta Pereira (2016). Alarga-se a distância entre ricos e pobres, radicalizando as desigualdades sociais e as lutas contra as mesmas. A mundialização tem decisivas repercussões na órbita das políticas públicas, mediante as diretrizes de focalização, privatização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho” (IAMAMOTO, 2018, p. 220).

Trabalho em um setor de articulação de políticas públicas para as pessoas com deficiência em âmbito municipal. Todas as políticas para a pessoas com deficiência sofreram com as contrarreformas, políticas de saúde, políticas de educação, habitação, previdência social, entre tantas outras. Por exemplo, na habitação, não há mais empreendimentos e programas habitacionais; serviços de saúde especializados para PcDs têm cada vez menos vagas, por conta da diminuição dos repasses financeiros (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Ao mesmo tempo em que se observa a necessidade de inclusão da população usuária em serviços e benefícios sociais, eles enfrentam dificuldade de acesso, pois a focalização restringe esse acesso: “enquanto profissional verificou-se o sucateamento das políticas públicas, redução significativa dos recursos e com isso grande impacto na vida dos usuários com diminuição do acesso aos programas/projetos/serviços e benefício” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022). Assim, muitas vezes, para acessar um direito básico de subsistência, o usuário deve recorrer a instâncias judiciais, conforme indica este relato: “aumento do número de ações judiciais visando necessidades básicas de subsistência, aumento da violência e encarceramento em massa”.

Assim, as contrarreformas visivelmente surgem a favor dos interesses do capital e trazem reflexos diretos nas condições de vida e de trabalho da população. No entanto, tais precarizações devem ser registradas e evidenciadas, a fim de que se conscientize de um tipo de projeto em curso no Brasil, para que se possam criar as resistências necessárias ao processo de precarização total.

Portanto, as contrarreformas trazem reflexos diretos no desempenho das atividades profissionais, visto que o assistente social trabalha na perspectiva da garantia de direitos dos sujeitos, elaborando e operacionalizando políticas sociais, tendo como seu maior empregador o próprio Estado (IAMAMOTO, 2014). Para a autora, “a atuação dos assistentes sociais dá-se *no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado* no enfrentamento das múltiplas expressões da ‘questão social’, sendo a *política social* uma mediação fundamental do exercício profissional [...]” (IAMAMOTO, 2014, p. 618). Ademais, o profissional de Serviço Social observa e vivencia a larga expropriação de direitos e de políticas, das quais também é usuário enquanto trabalhador.

É nessa arena de conflitos que surge a necessidade de uma profissão que realize a mediação entre os diferentes interesses da sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2012). Apesar de atualmente ter um direcionamento político a favor da classe trabalhadora, os assistentes sociais atuam nas diferentes políticas sociais, que, como já visto, são essencialmente contraditórias. Os assistentes sociais, assim, possuem como objeto profissional as diferentes

expressões da questão social. Expressões essas que se alteram ao longo do tempo, conforme as formas de produção e as relações sociais.

Portanto, o Serviço Social no Brasil encontra-se desafiado a apreender a questão social, oriunda e indissociável do modo de produção capitalista. Essa compreensão é extremamente necessária diante de um cenário com tantas contrarreformas que acirram o quadro da desigualdade social e as condições de vida da população, que está sendo levada para “um beco sem saída” por um infeliz projeto de governo. Nesse cenário, encontram-se os egressos, que devem ter, durante o processo de formação, subsídios para enfrentar a realidade social posta.

Assim, os assistentes sociais devem considerar a questão social enquanto elemento central para o seu exercício profissional. No entanto, não podem considerar a questão social como seu objeto de intervenção, pois o objeto de trabalho dos assistentes sociais são as expressões e/ou múltiplas formas de manifestação da questão social. Resumindo, a questão social, insuprimível da sociedade capitalista, apresenta diferentes manifestações ao longo do processo socio-histórico, que, por sua vez, são alvo da intervenção profissional dos assistentes sociais (RAICHELIS, 2006).

Por fim, mais do que nunca, os assistentes sociais devem estar atentos aos Fundamentos do Serviço Social, ao projeto societário da categoria, aos preceitos do Código de Ética profissional. Portanto, compreender o Serviço Social no Brasil implica conhecer o movimento histórico da profissão no País. Exige, ainda, reconhecer a questão social, oriunda do modo de produção capitalista, como elemento central e fundante da profissão, cujos assistentes sociais se inserem na divisão social e técnica do trabalho para possibilitar condições de desenvolvimento do capital, ao mesmo tempo em que luta em prol da garantia dos direitos de seus usuários.

3.2 QUESTÃO SOCIAL ENQUANTO FIO CONDUTOR DO ESTUDO

Neste contexto de contrarreformas do Estado que violam os direitos da classe trabalhadora, como estratégia do capital financeiro para sua produção e reprodução, está o solo fértil para as manifestações da questão social. Assim, o debate acerca da questão social é de suma relevância, pois ela é central para a formação em Serviço Social, para o exercício profissional do assistente social, e nesta pesquisa para compreensão das contrarreformas como manifestação da questão social que acirra as desigualdades sociais e enaltece os ideários do capital financeiro. Apesar de ser a base do Serviço Social, a questão social é abordada no final

deste capítulo intencionalmente e estrategicamente, pois é o fio condutor/amarração das narrativas que emergiram a partir das respostas dos questionários. Tem-se como ponto de partida o entendimento de que a questão social tem prioridade à política social enquanto eixo essencial da formação, visto que ela explica a política social, mas a política social, no entanto, não explica a questão social:

As razões que levam a atribuir prioridade à *questão social* sobre a *política social* como eixo fulcral da formação acadêmico-profissional – ainda que a política social seja uma mediação incontornável na constituição do trabalho profissional –, decorrem, fundamentalmente, da leitura das relações entre o Estado e a sociedade nesse campo teórico. Trata-se da prioridade ontológica da sociedade de classes em relação ao Estado [...]. [...] pode-se afirmar que a *questão social* explica a política social, mas a política social não explica a *questão social tout court*. Para avaliar as políticas públicas é necessário o conhecimento do espectro das necessidades sociais que elas se propõem a responder [...] (IAMAMOTO, 2012).

A política social, apreendida como mediação na constituição do trabalho profissional, se apresenta enquanto respostas (contraditórias) do Estado às expressões da questão social, que se explica a partir das relações ente o próprio Estado e a sociedade. Conforme dados da pesquisa sobre a contradição da sociedade capitalista:

Bom, a nossa profissão, ela é, nasce, né, das contradições do mundo do trabalho, né? Porque a Marilda já colocava lá, né, contradição capital x trabalho para atender uma demanda que inicialmente era cooptada lá pela burguesia, lá para regular a pobreza, né? Como a própria Martinelli, lá na Identidade e Alienação, nos orientava lá, no capitalismo, como que o serviço social vai se inserir nesse processo. Aos poucos, né, também com o avanço da pesquisa da pós-graduação e de uma educação mais sólida que a gente foi estruturando para nossa formação, a gente começou a ter outras lentes, né, e outros aportes teóricos políticos para tentar fazer a diferença e enfrentamento, né, nessa correlação de força (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

O impacto das contrarreformas nas condições de vida da população usuária é compreendido pelos assistentes sociais participantes a partir de suas particularidades. Ao mesmo tempo, é apreendida enquanto fator determinante para o agravamento da desigualdade social, indicando a centralidade da questão social no trabalho profissional:

Observei ao longo da trajetória profissional a fome e as desigualdades sociais aumentando; Impactou nas oportunidades de trabalho, na pauperização da população usuária, no alto custo de vida, na saúde mental; Impactam diretamente na vida objetiva dos usuários que atendo, bem como na sua saúde (PARTICIPANTES DA PESQUISA, 2022).

As contrarreformas impactam diretamente o trabalho, seja na minha condição enquanto trabalhadora assalariada, seja na condição de exercer meu trabalho atravessado pela precarização das políticas, bem como no empobrecimento e

outras expressões da questão social que atinge a população atendida. Consigo perceber uma diferença da política de assistência social de Porto Alegre, do momento que ingressei como estagiária em um CREAS em 2016, para o momento atual. Os benefícios que eram ofertados naquela época, hoje não existem mais ou são escassos e ofertados na lógica do "mais pobre ganha". No caso particular do acolhimento institucional, vivencio cotidianamente os motivos de afastamento familiar em razão da falta de moradia, mendicância, desemprego e o uso abusivo de SPA. O trabalho técnico muitas vezes se dá na escuta e acolhida, sem possibilidade de inclusão em benefícios que possam possibilitar a renda e autonomia das famílias. Além disso, é preciso destacar a condição de trabalhado dos assistentes sociais da política de assistência de porto alegre, da qual faço parte e que se caracteriza, como grande maioria, "parceirizada", considerando a completa desresponsabilização do município com a execução da política. Nesse sentido o impacto é diretamente nos salários muito abaixo do que recebe um assistente social concursado, dentre outros benefícios como vale alimentação, licenças e não é pago pelas OSC's, pois não constam no termo de parceria do município (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

O conjunto de contrarreformas em curso que se intensificou pós-golpe de 2016 aviltaram ainda mais o que entendemos como múltiplas expressões da questão social. A herança golpista instituída sob pretexto de assegurar o teto de gastos públicos precarizou os serviços prestados por praticamente todos os setores das políticas sociais, logo, além de estruturar condicionantes que agridem as condições de trabalho de quem atua nestes seguimentos, impactam diretamente na qualidade dos serviços prestados para usuários que necessitam dos referidos serviços, reforçando a máxima neoliberal de precarizar serviço públicos e de interesse social ao mesmo tempo em que o mercado encontra espaço para "vender" o que deveria ser essencial (como acesso à saúde, educação, etc), assim, metamorfoseando o que deveria ser direitos básicos em mercadoria (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Para tanto, há de se destacar a importância de se tratar a questão social na atualidade, visto que assistentes sociais em campo e estudantes da academia, que serão novos profissionais, terão suas manifestações como objeto de trabalho (NETTO, 2001). Nesse sentido, o enxuto, mas consistente artigo “Cinco Notas a Propósito da Questão Social”, de José Paulo Netto, datado de 2001, oferece subsídios para a discussão elementar acerca da questão social.

Na nota de número 1, que denomina a origem da expressão questão social, observa-se que o termo começa a ser empregado no século XIX, no contexto da Revolução Industrial, que alterou significativamente as relações sociais a partir do momento em que tudo virou mercadoria (IAMAMOTO, 2012), frente à pobreza absoluta e massiva da classe trabalhadora, chamada de pauperismo. Logo, o pauperismo tem ligação direta com o modo de produção capitalista, que alterou significativamente as formas de relação social, direcionando a riqueza socialmente produzida a pequenas parcelas de detentores dos meios de produção, enquanto que à grande maioria dos trabalhadores restava única e exclusivamente a venda de sua força de trabalho. Assim, os conflitos entre as diferentes classes, bem como formas de resistências da classe trabalhadora e as respostas exigidas pelo capital, conferem o entendimento acerca da

questão social, que, apesar do movimento histórico, das diferentes manifestações ao longo do tempo, mantém seu cerne inalterado: o permanente conflito entre capital e trabalho típico de uma sociedade burguesa (NETTO, 2001).

Na nota de número 2, José Paulo Netto (2001) afirma que o termo questão social foi apropriado pelo pensamento conservador a partir do século XIX. Houve, dessa forma, a tentativa de desvincular a desigualdade e o pauperismo do capitalismo. Assim, há a naturalização da questão social, como se sua existência estivesse desassociada ao modo de produção capitalista e fosse algo inerente à sociedade, independente do seu modo de produção. Netto (2001) explica as duas vertentes do conservadorismo em que ocorre esse processo de naturalização: através do pensamento laico e do pensamento confessional. O pensamento laico sugere um ideário reformista, com o intuito de se amenizar as desigualdades sociais; as expressões da questão social são apreendidas como naturais ao desenvolvimento da sociedade moderna. Já o pensamento confessional justifica ações para amenizar as manifestações da questão social porque elas em demasia vão de encontro à vontade divina. Portanto, as duas abordagens têm como centralidade o homem e a sociedade como alvo de reformas, caracterizando o cunho moralizador da questão social. O objetivo, então, é manter inalterados os fundamentos da sociedade burguesa, combatendo algumas expressões da questão social a partir de uma perspectiva reformista “reformular para conservar”. No entanto, as lutas dos trabalhadores, contribuem para o entendimento de que o enfrentamento das expressões sociais só é possível por meio da superação da ordem burguesa capitalista, revogando a ideia de que é possível alcançar tal resolução por meio da conciliação entre classes. O pensamento revolucionário passa, então, a utilizar o termo “questão social” de forma crítica, demarcando a diferença entre os entendimentos (NETTO, 2001).

Netto (2001), com a nota 3, afirma que, por mais que a classe trabalhadora tenha adquirido consciência de classe, ainda levaria um período para que ela apreendesse o conceito de questão social. Foi na teoria social de Marx, com o entendimento da lei geral de acumulação capitalista, que pressupostos teórico-metodológicos foram encontrados para pautar esse conceito. Para o pensamento marxista, a questão social é constitutiva do desenvolvimento capitalista, o que explica, por exemplo, por que tratamos de apenas uma questão social, determinada pela relação entre capital e trabalho, e suas diferentes manifestações, que se alteram conforme o tempo e as particularidades de cada local. Há uma contradição entre as forças produtivas, marcadas pela exploração, o que faz com que haja tamanha discrepância na distribuição da riqueza socialmente produzida. Não há, portanto, possibilidade de reformas para se superar a questão social, visto que é indissociável do

capitalismo. Para extingui-la seria necessária a superação do modo de produção capitalista, a constituição de nova sociabilidade. No entanto, Netto (2001) afirma que, embora a questão social seja insuprimível da sociedade capitalista, não se deve gerar imobilismos, o caminho para a revolução é processual, a partir das lutas estabelecidas cotidianamente.

Por meio da nota 4, Netto (2001) explica a tentativa de se instituir o conceito de uma Nova Questão Social. O contexto de término da segunda guerra mundial e o processo de reconstrução econômica e social possibilitaram as Três Décadas Gloriosas na Europa ocidental, caracterizadas pelo Estado de Bem-Estar Social em virtude do crescimento econômico, somadas ao dinamismo econômico dos Estados Unidos. Esse processo proporcionou a falsa sensação de que a questão social era algo do passado, apesar de a pauperização ainda ser uma realidade. No entanto, nos anos 1970, com a crise do capital, observam-se respostas ao esgotamento da dinâmica capitalista. Mesmo com a manutenção da dinâmica estrutural do capitalismo, alguns intelectuais defenderam a emergência de uma “nova pobreza” e de uma “nova questão social” (NETTO, 2001).

Por fim, a nota 5 afirma que, a partir do reconhecimento de que a questão social é indissociável e insuprimível da dinâmica estrutural do capitalismo, há o entendimento de que o que se alteram são as expressões da questão social, que necessitam de permanente análise, pois se encontram em constante movimento, de acordo com particularidades socio-históricas e culturais. Assim, o desafio maior do enfrentamento da questão social está na superação da ordem capitalista, estabelecendo uma sociabilidade para além dos limites do capital (NETTO, 2001).

Após discussão essencial e introdutória de elementos importantes acerca da questão social, cabe tratá-la a partir da contemporaneidade. Questão social, como visto, não pode ser sinônimo apenas de desigualdade, miséria e exclusão; como todo movimento da realidade social, à luz da teoria marxista, a questão social somente pode ser apreendida a partir do processo dialético, permeada de superações e contradições. Com o surgimento dos Estados Modernos, que possibilitou a existência do capitalismo, houve o discurso de igualdade formal e jurídica entre os cidadãos. No entanto, ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, foi reconhecida a necessidade da intervenção do Estado para mediar os conflitos entre as classes, pois essa igualdade defendida não se sustentava no cotidiano de quem vendia sua força de trabalho (MASCARO, 2013). A questão social passa, então, a pertencer ao meio público e político por meio das lutas e resistências dos trabalhadores, e o Estado inicia uma série de medidas de intervenção em áreas outrora “solucionadas” no âmbito privado, mas sem alterar o *status quo* (RAICHELIS, 2006; IANNI, 1991).

O Estado é convocado a oferecer uma série de respostas aos interesses divergentes, com intuito de mediar os conflitos entre as classes, sempre em prol do desenvolvimento do capital. Uma das respostas ao enfrentamento (parcial) das expressões da questão social ocorre por meio da proteção social, em uma sociedade que se constrói a partir da categoria trabalho. Dessa forma, reconhece os cidadãos enquanto sujeitos de deveres e direitos e passa a ofertar bens e serviços principalmente através de políticas sociais, reconhecendo, inclusive, a necessidade de direitos sociais em uma sociedade que estruturalmente gera desigualdades (PEREIRA, 2000).

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, é convocado pelo Estado para o enfrentamento das expressões da questão social (IAMAMOTO, 2012). Conforme Almeida e Alencar (2015, p. 166):

As atividades profissionais são compreendidas, neste sentido, como respostas construídas historicamente a partir da combinação destas determinações externas com o acúmulo teórico e metodológico da profissão mediados pela maior ou menor autonomia técnica do assistente social e pela capacidade de forjar respostas coletivas de suas entidades profissionais.

Porém, é necessário salientar que as respostas oferecidas pelo Estado, como as políticas sociais, por exemplo, possuem caráter contraditório, pois à medida que reconhece direitos da população, oferece condições para a produção e reprodução do capital (PEREIRA, 2000). O assistente social também se encontra em situação contraditória nesse processo, pois ao mesmo tempo em que é um trabalhador que possibilita condições para o desenvolvimento do capital, possui um projeto ético-político com direcionamento em prol da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2014).

Para Netto (2001), a questão social permanece inalterada no modo de produção capitalista em razão da ordem estrutural do capital. Ou seja, enquanto houver o modo de produção capitalista, haverá questão social, apreendida enquanto a exploração resultante da relação entre capital e trabalho. Portanto, a superação da questão social somente será possibilitada com uma nova ordem social, diferente da capitalista, que não gere desigualdades em seu cerne. O que é possibilitado é a expansão dos direitos de cidadania, conforme os ditames do capital (TONET, 2013). Segundo Iamamoto (2013, p. 312-313):

Dispondo de uma dimensão estrutural — enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho —, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta que

acumulam forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais.

A questão social pode ser compreendida por meio da luta entre classes – burguesia e proletariado. A partir dos conflitos entre as classes, que são permeados, também, por muitos movimentos de resistência dos trabalhadores, pode-se apreender que o modo de produção capitalista naturalmente gera desigualdades, pois o objetivo da burguesia é diminuir o valor da força de trabalho do trabalhador enquanto o trabalhador quer aumentá-la (IAMAMOTO, 2012). Portanto, o conflito inerente do capitalismo, ilustrado pela relação entre capital e trabalho, auxilia a compreender, em parte, por que o Brasil, assim como os demais países, não diminui suas desigualdades; pelo contrário, o Brasil sempre foi um dos países mais desiguais do mundo (IANNI, 1991).

As contrarreformas de Estado, por exemplo, perpetuam e acirram um cenário de desigualdades das expressões da questão social, que perpassa e tem desdobramentos de gênero, classe social e etnia. Para Iamamoto (2018, p. 2010):

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, políticos e sociais e aos direitos humanos.

A questão social, inerente do modo de produção capitalista, abrange o entendimento de que a desigualdade é uma consequência natural do capitalismo, pois enquanto poucos detêm os meios de produção, resta à maioria vender sua força de trabalho para prover sua subsistência. Portanto, ela não é nova, apenas apresenta diferentes manifestações ao longo do tempo (IAMAMOTO, 2012). É nessa relação de permanente conflito que apreendemos a educação e o trabalho. Desde a Revolução Industrial, a educação passou por diversas mudanças em sua estruturação, mas todas para atender às necessidades de formação de mão de obra para o capital. Logo, temos uma educação cujo principal objetivo é a formação e a preparação para o mercado de trabalho, de modo a garantir condições do desenvolvimento do capital.

As contrarreformas, ao acirrarem as expressões da questão social e ao impossibilitarem condições dignas de trabalho, acarretam, também, na organização política da categoria profissional, fazendo com que a presença nos Conselhos de Direito e no Conselho

Profissional se esvazie. Esse esvaziamento, contudo, é intencional, pois em meio a esse cenário de desmontes, não se objetiva a organização política da população:

Principalmente no atendimento aos usuários os quais apresentam empobrecimento, baixa expectativa de ingresso no mundo do trabalho, que demandam muito mais por benefícios sociais. Como também institucionalmente nas relações com o Estado, tendo presente o desmonte das políticas públicas, o esvaziamento dos espaços de participação social, conselhos, articulação de Rede, entre outros (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2022).

Todos esses aspectos que acentuam as expressões da questão social implicam maior adoecimento por parte da classe trabalhadora, que vive do trabalho e, muitas vezes, se vê excluída dele ou sob situações de grande exploração. A acentuação do adoecimento mental, nesse sentido, foi um elemento presente em algumas falas:

Na área de saúde do trabalhador, os reflexos são os mais intensos dado a precarização das condições de trabalho e relações de trabalho precarizadas; redução de incentivo de manutenção e ampliação de serviços de saúde, precarização das relações de trabalho que impactam diretamente na saúde clínica e psicossocial dos usuários atendidos (PARTICIPANTES DA PESQUISA, 2022).

Contudo, a questão social não é caracterizada apenas pela desigualdade oriunda do capitalismo; é, ao mesmo tempo, resistência. Logo, a dissertação abrange a importância da educação e do trabalho, especificamente em relação à formação e ao trabalho em Serviço Social, serem pensados para além dos limites impostos pelo capital. Diante de um cenário repleto de adversidades, com contrarreformas que visam atender os ditames de um Estado mínimo, observamos o acirramento das expressões da questão social, o que atinge, inclusive os estudantes e os assistentes sociais. Portanto, o quadro exige respostas à altura de tamanhos obstáculos, e a pesquisa é entendida, assim, como uma forma de resistência.

Estabelecer a discussão sobre as contrarreformas é fundamental para não somente apreender as múltiplas expressões da questão social, mas para pensar em estratégias da formação e do trabalho profissional diante de um cenário de tantas adversidades vividas pelos trabalhadores. O acirramento das formas de manifestação da questão social, em decorrências das contrarreformas do Estado brasileiro, afeta diretamente as condições de vida dos sujeitos de direito, visto que muitos são usuários de um conjunto de políticas públicas e sociais de diferentes instituições, que se configuram como espaço socio-ocupacional de inserção profissional dos assistentes sociais atualmente em exercício.

Contudo, é inevitável que haja incidência das contrarreformas no trabalho profissional dos assistentes sociais, cada vez mais precarizado e determinado pela ausência de recursos

que financiem adequadamente as políticas, programas, projetos, serviços e benefícios para o enfrentamento das desigualdades sociais. Logo, as contrarreformas atingem diretamente o exercício profissional dos assistentes sociais nos diferentes espaços socio-ocupacionais, bem como afetam as condições de vida da classe trabalhadora. Além disso, limitam significativamente as projeções dos profissionais em Serviço Social formados recentemente, que enfrentaram um cenário de inserção profissional bastante frágil.

Ao passo que as contrarreformas eram colocadas em curso, diferentes movimentos sociais, sindicatos e outras organizações se mobilizavam em prol do país, a exemplo da formação de fóruns e da frente nacional em defesa da seguridade nacional. Em meio aos cortes da educação, vários movimentos de ocupação nas universidades por parte dos estudantes e professores reivindicavam maior investimento. Segundo uma assistente social, ainda enquanto estudava: “então, eu lembro que uma das primeiras vezes que eu estive no instituto de psicologia foi a ocupação ali, né, contra a PEC do corte de gastos, então já cheguei no Serviço Social, né? Vamos lá, gente! Então a minha graduação foi muito perpassada por isso” (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2023).

Como estratégia de resistência, faz-se necessário, então, a permanente reflexão crítica acerca da questão social, dos processos socio-históricos e, neste caso, em relação às contrarreformas, desde a formação acadêmica até a educação permanente vivenciada pelos trabalhadores nas situações de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como todo trabalho, este não poderia ser diferente e é resultado de um processo coletivo. No entanto, a pandemia de Covid-19 impossibilitou os cafezinhos entre as colegas, as conversas de corredor com as professoras e outros momentos que também fazem parte da construção do conhecimento. As aulas foram de forma remota, em prol da preservação da segurança que as medidas de distanciamento social impunham. Foi uma medida extremamente necessária, mas com certeza apresentou adversidades e potencialidades. O Serviço Social, que defende uma educação pública, de qualidade e presencial, se viu obrigado a se reinventar, de modo a dar continuidade ao trabalho e à pesquisa por um período que era indeterminado. O ensino remoto, assim, se apresentou como estratégia possível para, na medida do possível, não estagnar a ciência e a pesquisa. Apesar de não ser a mesma coisa que o ensino presencial, o ensino remoto possibilitou, em contrapartida, maiores possibilidades de participação em eventos que um assistente social, muitas vezes, não poderia comparecer em virtude do deslocamento e das custas. No entanto, as potencialidades do ensino remoto não superaram, em nenhum estágio, a defasagem do ensino remoto.

A pandemia de Covid-19 também reduziu os potentes encontros presenciais do Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais (GPETPS), mas não impediram que eles acontecessem, pois nos organizamos de forma remota. Participar do GPETS foi fundamental para o desenvolvimento do mestrado, pois a partir desse espaço coletivo de produção de conhecimento, eu expandia os aprendizados e me fortalecia no processo.

Os desafios não se limitam ao que o cenário pandêmico impôs. Ser trabalhadora e “optar” por estudar e pesquisar, é, sem dúvida, um ato corajoso, ainda mais quando se opta por conciliar as duas atividades. Pesquisar no Brasil significa contar com privações, com baixo incentivo. As escassas e defasadas bolsas de pesquisa não permitem que muitos assistentes sociais mantenham suas atividades de estudo sem trabalhar, afinal, como sobreviver sem trabalho em uma sociedade que impõe o trabalho como forma de subsistência? De fato, não era uma opção, mas uma condição para quem não teria condições de “apenas” estudar. O desafio se intensifica para a pesquisadora, pois obtive aprovação no mestrado enquanto se encaminhava para os semestres finais do Curso de Direito da UFSM. Hoje, bacharel em Direito e encerrando o processo do mestrado, recapitulo os momentos difíceis, mas sobretudo os momentos felizes, que fizeram sentido ao caminhar investigativo.

As experiências pelas quais passei, tanto profissionais quanto pessoais, possibilitaram delimitar o interesse pela pesquisa, destacando as categorias trabalho e educação como as

norteadoras do estudo. Enquanto assistente social do Curso de Serviço Social da UFSM, pude estabelecer contato com os estudantes, em especial com os que se apresentavam nos semestres finais, já com perspectiva de estágio ou de inserção profissional. Como estudante de graduação em Direito, convivendo com meus colegas, percebi as angústias e as expectativas para a inserção no mercado de trabalho, no qual a carreira pública ganhava destaque entre as preferências. Contudo, a conjuntura de desmonte de direitos intensificada pelas contrarreformas do Estado nos anos de 2016 a 2021, apresentava um cenário perverso para quem se formava e se inseria profissionalmente.

Agora, trilhando novas experiências, me mudei para Pernambuco, onde pretendo trabalhar no Instituto Federal do Estado e vivenciar aspectos distintos dos quais já vivi, na esperança de que o Estado brasileiro se fortaleça, interrompendo a aceleração de contrarreformas que tanto castigou a vida da classe trabalhadora. Os Institutos Federais, assim como as Universidades Federais, sofreram sobremaneira com os cortes na educação superior, comprometendo sua continuidade em vários momentos, visto que a educação, principalmente a pública, estava distante de ser uma prioridade na agenda de governantes pautados por uma agenda de desmontes e subserviente ao mercado financeiro.

A opção por realizar pesquisa considerando o cenário socio-histórico dialoga com o compromisso ético de registrar o cenário pelo qual estamos vivendo desde 2016, com o Golpe conferido à Presidente Dilma. As contrarreformas ocorridas entre 2016 e 2021 não iniciam apenas neste período, pois elas estão em curso desde a década de 1980 no Brasil. Contudo, o momento peculiar de intensificação das contrarreformas a partir do Golpe em 2016, sob o comando do Presidente Michel Temer, que teve continuidade no Governo de Bolsonaro, merece destaque, a partir de uma agenda comum pautada no ultraneoliberalismo, e no fascismo e genocídio, no caso do Governo Bolsonaro.

Assim, o método empregado foi o materialismo histórico dialético, pautado na Teoria Social de Marx, que subsidiou, ao longo do estudo, reflexões sobre a inserção profissional de assistentes sociais no período de contrarreformas do Estado entre 2016 e 2021. Principalmente a partir das categorias trabalho e educação, buscamos conhecer a realidade apresentada para a formação e para o trabalho de assistentes sociais do Rio Grande do Sul, formados pelas universidades públicas do estado. Ademais, as categorias contrarreformas, Serviço Social e educação permanente também estavam presentes na constituição da investigação. A relação entre trabalho e educação, ontológica em sua gênese, se vê fortemente deturpada no modo de produção capitalista, a partir de modelos utilitaristas para a preservação dos interesses do

mercado. O Serviço Social, nessa lógica, não fica de fora dessa realidade, e observa sua formação perpassada por interesses divergentes do direcionamento político da profissão.

Da mesma forma, o trabalho dos assistentes sociais ganha novas roupagens conforme os ditames sobre a manutenção e expansão dos interesses do capital, e os momentos de crise acirram ainda mais essa realidade. Foi o que observamos na crise social, política e econômica pela qual passa o Brasil desde 2016. As expressões da questão social, objeto de trabalho do assistente social, se acirram com a conjuntura destacada, com forte protagonismo das crises, das contrarreformas e desigualdades sociais.

Assim, pensar na relação entre trabalho e educação, e entre o trabalho profissional e a formação de assistentes sociais foi inevitável, diante da conjuntura brasileira e do espaço socio-ocupacional em que me insiro. Então, a pesquisa abordou como questão central: de que maneira a relação entre o trabalho profissional e a educação vem sendo apreendida pelos assistentes sociais egressos de Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas do Rio Grande do Sul, na conjuntura de contrarreformas no Brasil do período pós-golpe de 2016 a 2021? Consideramos, dessa forma, que seu objetivo “analisar como se dá a apreensão da relação do trabalho profissional e da educação pelos assistentes sociais egressos de Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas Federais do Rio Grande do Sul diante da conjuntura de contrarreformas no Brasil do período pós-golpe (2016-2021)” foi contemplado por meio das respostas conferidas aos objetivos específicos.

Destaca-se que o primeiro objetivo específico, “desvelar as formas de inserção profissional dos assistentes sociais formados entre 2016 e 2021 nos espaços socio-ocupacionais diante da conjuntura brasileira de contrarreformas” foi respondido pelo questionário enviado aos assistentes sociais formados em uma das três universidades federais do RS (UFRGS, UFSM e UNIPAMPA). Obtivemos um total de 59 respostas, com representação das três instituições. Do público respondente, 39 (66,1%) estão desempenhando atividades no âmbito do Serviço Social, enquanto 20 (33,9%) não estão atuando no Serviço Social. O perfil encontrado foi de assistentes sociais, composto por mulheres cisgênero brancas em sua grande maioria, entre 22 e 35 anos, predominantemente, inseridas nos mais diferentes espaços socio-ocupacionais, principalmente na área da Saúde e Assistência Social. Ganham destaque a inserção profissional em Residência multiprofissional e em equipamentos do SUAS. No entanto, 11 (18,6%) assistentes sociais não desempenham nenhum tipo de atividade remunerada, mesmo que em área distinta do Serviço Social.

O segundo objetivo específico, “conhecer os desafios e as potencialidades observadas pelos assistentes sociais egressos acerca da relação entre o trabalho profissional e a educação

na conjuntura de contrarreformas no Brasil”, foi respondido por meio do questionário enviado aos assistentes sociais e do grupo focal, realizado com cinco participantes que tinham respondido ao questionário. Dentre os principais resultados, destaca-se que os assistentes sociais observam o desmonte na Política de Educação desde a formação, se deparando com o mesmo cenário de expropriação de direitos no mercado de trabalho. A grande maioria identifica que as contrarreformas a partir de 2016 apresentaram impactos em sua formação e no trabalho profissional, dando ênfase à EC nº 95/2016 e à contrarreforma trabalhista, destacando a visualização da diminuição dos recursos destinados às diferentes políticas que operacionalizam; o aumento da precarização das condições de vida da classe trabalhadora, principalmente de seus usuários; a necessidade de inclusão dos usuários em benefícios e serviços públicos ao mesmo tempo em que ficavam cada vez mais focalizados, não respeitando o acesso para quem precisasse; condições de trabalho inadequadas e baixa valorização profissional dos assistentes sociais; diferentes vínculos profissionais entre os colegas que desempenham a mesma função, destacando o aumento da terceirização.

Já o terceiro objetivo específico, “identificar as estratégias de educação permanente que os assistentes sociais egressos vivenciam para a realização do trabalho nos espaços socio-ocupacionais”, foi respondido pelo questionário e pelo grupo focal. Os assistentes sociais, por meio das respostas de pergunta aberta sobre o conceito de educação permanente, apontam a educação permanente a partir de processos formativos no âmbito do trabalho profissional dos mais diversos espaços socio-ocupacionais, possibilitados por espaços de reflexão crítica seja entre os assistentes sociais, seja em equipe multidisciplinar, com vistas a acompanhar as transformações da sociedade para responder demandas que surgem no trabalho, as diferentes expressões da questão social trazidas pelos usuários no cotidiano de trabalho. Dentre os exemplos de experiência de educação permanente no trabalho, apareceram com maior incidência: estudo/ capacitação sobre políticas sociais; cursos, capacitações e formação; discussão de casos; grupos de estudos; reunião com rede de serviços e com equipe. Outros assistentes sociais afirmaram experienciaram educação permanente através de rodas de conversa e de grupos. Ainda, os participantes vivenciam a educação permanente por meio da análise de situações comuns e intersetoriais e da discussão a partir do cotidiano, através do atendimento interprofissional, do debate de desafios e estratégias para superar situações postas no trabalho, compartilhando experiências e materiais.

Os assistentes sociais consideram a educação permanente enquanto estratégia de enfrentamento às expressões da questão social, uma vez que possibilita a leitura e reflexão

sobre o processo de trabalho, objetivando atender às demandas da população usuária. A formação, mesmo sendo sólida, pautada no estudo dos fundamentos a partir da teoria social de Marx, não é suficiente para que os assistentes sociais acompanhem as transformações da realidade social, visto que muitas demandas se apresentam na realidade do trabalho profissional. Logo, a educação permanente se mostrou essencial no período de céleres transformações em decorrência dos impactos das contrarreformas a partir de 2016.

Por fim, como todo conhecimento bom é conhecimento compartilhado, a pesquisadora se compromete com o compromisso ético de socializar os resultados da pesquisa nos diferentes espaços, seja em publicações do estudo, seja em espaços coletivos, a exemplo de reuniões do CRESS e NUCRESS. Além disso, os participantes foram particularmente convidados para assistir à defesa pública desta dissertação. Baseada na práxis, a pesquisa buscou conhecer a realidade social, não para produzir conhecimento apenas, mas também para possibilitar a construção coletiva de caminhos de superação da desigualdade inerente da questão sócias. Seguimos juntos, então, no processo de busca de uma nova sociabilidade, esperando uma realidade sem exploração!

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 57, mai-ago 2021, p. 26-56. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxwB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2022.
- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2018.
- AGEITOS, Jeferson. **Mortes por Covid no RS atingem mais negros, pessoas de baixa renda e com menor escolaridade, aponta secretaria**. RBS TV, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/06/29/mortes-por-covid-no-rs-atingem-mais-negros-pessoas-de-baixa-renda-e-com-menor-escolaridade-aponta-secretaria.ghtml>. Acesso em: 16 set. 2021.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação**: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Florianópolis, NECAD, 2012. Disponível em: https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. **O Social em Questão**, v. 18, n. 34, 2015. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/7n61t702q2g9K38I0469.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. O campo da educação na formação profissional em Serviço Social. *In*: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e Educação** – Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2012.
- AMOROZO, Marcos. **Desigualdade que mata**: estudo inédito mostra que pobres, negros e pessoas de baixa escolaridade correm risco maior de morrer por Covid na cidade de São Paulo. Folha de São Paulo Piauí, 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/desigualdade-que-mata/>. Acesso em: 19 set. 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Cortez, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica da Educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Revista e ampliada. 70 ed. São Paulo: Almedina, 2016.

BARROCO, Maria Lucia Barroco; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BBC. **O que é o ‘sistema 996’, que prevê 12 horas de trabalho por dia e é defendido pelo bilionário chinês Jack Ma**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/04/15/o-que-e-o-sistema-996-que-preve-12-horas-de-trabalho-por-dia-e-e-defendido-pelo-bilionario-chines-jack-ma.ghtml>. Acesso em: 11 mai. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **Trabalhadores do SUAS querem prioridade na vacinação contra covid**. 2021. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2021/06/trabalhadores-do-suas-querem-prioridade-na-vacina%C3%A7%C3%A3o-contra-covid>. Acesso em 20 ago. 2021.

BERNARDO, André. O grande desmonte: como cortes de verba ameaçam universidades (e o país). **Revista Galileu**, 2022. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/educacao/noticia/2022/12/o-grande-desmonte-como-cortes-de-verba-ameacam-universidades-e-o-pais.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BORBA, Mariana Pires; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Serviço Social e Poder Judiciário**: aproximações com uma agenda de educação permanente, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/hbqh9hgc7Sg5FpJz8vgKnWF/?lang=pt>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BORGES, André. **Lula vetou verba para universidades por causa de MP de Bolsonaro**. Portal Terra, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/lula-vetou-verba-para-universidades-por-causa-de-mp-de-bolsonaro-entenda,6fec21ff4a3b8f5a5ca1970f4881328e627bf3zz.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Lei Complementar nº 173/2020, de 17 de maio de 2020. **Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências**. Brasília, 2020.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-173-de-27-de-maio-de-2020-258915168>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 04 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.699, de 14 de maio de 2021. **Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2021 e dá outras providências**. Brasília, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10699.htm#art21. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. **Altera o Ato das Disposições Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. **Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias**. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados**. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 11 mai. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **CapacitaSUAS**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas>. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 32 de 2020. **Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1928147. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASILb. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2016. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 11 mai. 2021.

BURGEL, Caroline Ferri; CALGARO, Cleide. O estado democrático de direito e a garantia dos direitos fundamentais individuais: um repensar do modelo de formação política. Revista **Âmbito Jurídico**, n. 147, 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-estado-democratico-de-direito-e-a-garantia-dos-direitos-fundamentais-individuais-um-repensar-do-modelo-de-formacao-politica/#:~:text=O%20termo%20Estado%20de%20Direito,%2C%20liberdades%2C%20entre%20outros%20direitos>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CAMPOS, Jonas. **Trabalho escravo no RS: depoimentos revelam endividamento ao sair da Bahia, agressões e cárcere**. Globo, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/03/02/depoimentos-trabalhadores-trabalho-escravo-rs.ghtml>. Acesso em: 04 mar. 2023.

CANNAS, Fábio Ramos. **A influência das tecnologias da informação e comunicação - TIC's nas relações sociais (de trabalho) entre motoristas e a Uber**. UFRGS: Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/201258>. Acesso em: 13 set. 2021.

CARNEIRO, Lucianne. **IBGE vê recorde de informalidade como característica estrutural do mercado de trabalho**. Valor Econômico, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/30/ibge-ve-recorde-de-informalidade-como-caracteristica-estrutural-do-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2022.

CAVALLINI, Marta. **Desemprego recua para 8,1% em novembro**. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/19/desemprego-recua-para-81percent-em-novembro.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CEPIK, Marco. Estado. *In*: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico**: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS Editora/CEGOV, 2016. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_70.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Série 3 Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: DF, 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

CFESS. Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS. CFESS: Brasília, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf. Acesso em: 18 dez. 2022.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção na área. Curitiba, PR: CRV, 2017.

CRUZ, Adriana. **Em 2021, USP tem mais de 50% de alunos ingressantes vindos de escolas públicas**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/em-2021-usp-tem-mais-de-50-de-alunos-ingressantes-vindos-de-escolas-publicas/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

CRUZ, Isabela. **A cronologia da crise em Manaus que pôs Pazuello na Berlinda**. Nexo, 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/03/14/A-cronologia-da-crise-em-Manaus-que-p%C3%B4s-Pazuello-na-berlinda>. Acesso em: 19 set. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**: Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1985.

DIEESE. Boletim emprego em pauta. **Trabalho por conta própria cresce na pandemia e fica mais precarizado**. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoemPauta22.html>. Acesso em: 15 dez 2022.

DIEESE. **Em 2022, preço da cesta básica aumenta em todas as 17 capitais pesquisadas**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202212cestabasica.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

DRUCK, Maria da Graça. **Trabalho, precarização e resistências**: novos e velhos desafios? Salvador: Caderno CRH, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPnNcmnSfHYJjH4RXLN3r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, Dossiê, v. 32, n. 86, 2019, p. 289-305. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/djFJYWDLrSjCyTHJK6TNKCr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2023.

DUBEUX, Ana; NIEDERAUER, Mariana. Governo mantém cortes de verbas de universidades e institutos federais. *Correio Braziliense*, 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2022/12/5061926-governo-mantem-corte-de-verbas-de-universidades-e-institutos-federais.html>. Acesso em: 05 jan 2023.

ESTADÃO. **Em meio à pandemia, Brasil adiciona 11 bilionários à lista global da “Forbes”**. São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-11-novos-bilionarios-no-ranking-mundial-da-forbes,70003672486>. Acesso em: 18 abr. 2021.

FARAGE, Eblin Joseph. Contrarreforma da educação superior: aproximações ao balão de ensaio do período pandêmico. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 383-407, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/35253/23535>. Acesso em: 18 jan. 2023.

FARAGE, Eblin Joseph. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vqzxmknYDzYpLKH5rwG4Ttc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2021.

FARAGE, Eblin Joseph; LIMA, Kátia. Autoritarismo bolsonarista, privatismo e intervenção nas instituições de ensino superior. *In: Educação contra a barbárie*. Social Drops, informativo Serviço Social UFRGS, n. 17, jun. 2021. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/ppgpservicosocial/wp-content/uploads/2021/06/Social-Drops-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação no/do trabalho no âmbito das políticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2019.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2016.

FERREIRA, Elinay Almeida. **O recorte de classe, gênero e raça na pandemia da Covid-19**: as mulheres são a maioria nos setores que envolvem os serviços considerados essenciais durante a pandemia. *Carta Capital*, 2020. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/o-recorte-de-classe-genero-e-raca-na-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 18 set. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. *In*: GOMEZ, C.M. *et al.* **Trabalho e Conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

GANDIN, Luis Armando; GOLBSPAN, Ricardo Boklis. Reproduzindo desigualdades na educação: alunos em escolas desiguais e a qualidade da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 1, p. 155-170, jan./abr. 2017.

GARCIA, Edson Gabriel. **Política**: decifra-me ou te devoro. Cortez: São Paulo, 2022.

GERHADT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GRAGNANI, Juliana. **Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo**. BBC News Brasil, 12 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 14 ago. 2021.

GUERRA, Yolanda Demetrio Aparecida. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. *In*: GUERRA, Y. A. *et al.* (Orgs). **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista de Estado. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções– 1789 –1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.18, n. 2, p. 204-226, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603/9729>. Acesso em: 24 mai. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 17. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In*: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octavio. A Construção da Categoria. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr., 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917/7480>. Acesso em: 23 out. 2021.

IANNI, Otavio. A Questão Social. *In: Revista São Paulo em Perspectiva*, n. 1, p. 2-10. São Paulo: SEADE, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Inflação**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 22 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries históricas** – taxa de desocupação. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 19 jan. 2023.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. Trabalho e crise social no Brasil contemporâneo. *In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; REIDEL, Tatiana. Conhecimento, ética e política: premissas da Pós-graduação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 139, p. 538-549, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GQhvbvggKvxfLr7pX4WGRtRD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2022.

LUSA, Mailiz Garibotti *et al.* A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 536-547, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/BLdLLDvkvxvHRGWNpkMJPbc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez Maciel. Reflexões contemporâneas do campo científico do Serviço Social sobre a formação. **Rev. Katálysis** 19, oct./dec. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/x6WxVMJhCV7XdgTyzKdcmFK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MAEDA, Patrícia. Contrato zero-hora e seu potencial precarizante. *In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Serv. Soc. Soc.**, n. 43, 1993.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MELO, Maria Luisa de. **Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon**. UOL, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso em: 18 set. 2021.

MELO, Tarso de. Ricardo Antunes e o proletariado em tempos de pandemia. Revista **Cult**, 03 abr. 2020. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/o-proletariado-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores; COUTO, Berenice. Verbete: Proteção Social. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINTO, Lalo Watanabe. Coleção Navegando pela História da Educação Brasileira. Glossário. **Estado Mínimo**. Unicamp: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/estado-minimo>. Acesso em: 14 out. 2021.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 2017. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PEREIRA, Camila Potyara. A Proteção Social em tempos sem bríos. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 24-29, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17945/12637>. Acesso em: 03 mai. 2021.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

PEREIRA, PotyaraAmazonaida Pereira. Política Social. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora/CEGOV, 2016. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_70.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

PRATES, Jane. O Planejamento da Pesquisa Social. *In: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Articulação Latino-Americana e Formação Profissional. Temporalis*, v. 4, n. 7, jan./jun. 2003.

QUEIROZ, Vitória. **2 anos de Covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia.** Poder 360, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.* Cortez: São Paulo, 2018.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

REIDEL, Tatiana; CLOSS, Thaísa Teixeira; PRATES, Jane Cruz. Configurações do trabalho dos/das assistentes sociais no estado do Rio Grande do Sul. *In: REIDEL, Tatiana et al. Perfil, formação e trabalho profissional de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul.* Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022. Disponível em: <http://www.alexabooks.com.br/assistentessociaisebook.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 69, p. 13-48, 2006.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SERRA, Rose. **Espaços Ocupacionais e Serviço Social: ensaios críticos.** Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SEVERO, Valdete Souto; MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Manual da reforma trabalhista: pontos e contrapontos.** São Paulo: Sensus, 2017

SILVA, Giselle Souza da. Transferências de Renda e a monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo Capital portador de juros. *In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.) Financeirização, Fundo Público e Política Social.* São Paulo, Cortez, 2012.

SILVA, Lucilia Carvalho da. O trabalho do assistente social no contexto da educação profissional: questões para o debate. *In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e Educação.* Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2012.

SILVA, Maria Abádiada. O Consenso de Washington e a Privatização na Educação Brasileira. **Linhas Críticas**, v. 11, n. 21, jul.-dez., 2005, p. 255-264 Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3251/2937>. Acesso em: 06 jan. 2022.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

SIMIONATO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos Fundamentos do Serviço Social. *In: GUERRA, Y. A. et al. (Orgs) Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Caroline Rodrigues. Estado, Luta de Classes e Política Social. *In: OLIVEIRA, Mara de; BERGUE, Sandro Trescastro. Políticas Públicas: definições, interlocuções e experiências*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/POLITICAS_PUBLICAS_EDUCS_EBOOK_2.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **História e memórias da educação no Brasil**. v. 1. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

TOMAZELLI, Idiana; VARGAS, Mateus. **Ministérios do Trabalho e Educação sofrem maiores cortes no Orçamento de 2022**. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/bolsonaro-corta-r-32-bi-do-orcamento-mas-mantem-reserva-para-reajuste-de-servidor.shtml>. Acesso em: 24 jan. 2022.

TONET, Ivo. **Educação cidadania e emancipação humana**. 2. ed. Maceió: Edufal, 2013. Disponível em: https://geopraxis.files.wordpress.com/2014/01/educacao_cidadania_e_emancipacao_humana.pdf

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In: Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Significado sócio-histórico da profissão. *In: Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 21, n.1, p. 183-194, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215/24769#>. Acesso em: 30 abr. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lucia.; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 95, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SAN'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 138, p. 207-213, mai./ago. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3k9rXGbp3TSLjKCrBw9tkC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2022.

ZANLORENSSI, Gabriel; SOUZA, Caroline. **Orçamentos da Capes e do CNPq caíram 73,4% desde 2015**. Nexo Jornal, 20 de outubro de 2021. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2021/10/20/Or%C3%A7amentos-da-Capes-e-do-CNPq-ca%C3%ADram-734-desde-2015>. Acesso em: 24 jan. 2022.

APÊNDICE A – termo de anuência à coordenação do curso de Serviço Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE ANUÊNCIA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Declaro para os devidos fins que eu, na qualidade de coordenador (a) do Curso de Serviço Social da () UFRGS () UFSM () Unipampa, estou ciente e autorizo a realização da pesquisa intitulada **TRABALHO, EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES COM AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO BRASILEIRO**, desenvolvida pela pesquisadora Júlia Aparecida Costa Martins, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS, sob responsabilidade da Prof^a Dr^a Rosa Maria Castilhos Fernandes.

Trata-se de uma pesquisa social que tem como objetivo analisar como se dá a apreensão da relação do trabalho profissional e da educação pelos assistentes sociais egressos de Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas Federais do Rio Grande do Sul diante da conjuntura de contrarreformas no Brasil do período pós-golpe (2016-2021). Os sujeitos da pesquisa são assistentes sociais formados entre 2016 e 2021 na UFRGS, UFSM e Unipampa, que serão convidados a responder ao questionário mediante consentimento em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Tendo em vista o compromisso ético com a devolução das informações e dados analisados após a conclusão desta investigação, tem-se como responsabilidade a devolução em forma de Dissertação de Mestrado, publicação de relatórios de pesquisa, artigos e socialização em eventos científicos, bem como o acesso ao questionário aplicado aos egressos, assumindo-se o compromisso de devolução dos achados da pesquisa para os mesmos. Entende-se que a dissertação possa oferecer subsídios para a criação de estratégias que contribuam na superação de adversidades que atingem os egressos de Serviço Social.

As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e mantidas sob sigilo em local seguro, na Rua Ramiro Barcelos 2600, Bairro Santa Cecília (no Instituto de Psicologia, sala 228), pelo período de cinco (5) anos; após, serão destruídas, ressaltando que em nenhum momento serão expostos os nomes dos participantes. As pesquisadoras se colocam à disposição para eventuais esclarecimentos ou dúvidas relativas à pesquisa e podem

ser contatadas a qualquer momento para eventuais esclarecimentos. Estou ciente de que poderei fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo telefone (51) 3308-5698 e/ou pelo endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santa Cecília - Porto Alegre/RS, ou, ainda, pelo e-mail: ceppsico@ufrgs.br.

Ciente,

Coordenador (a) do Curso de Serviço Social

NOME:

UNIVERSIDADE:

CPF/SIAPE:

TELEFONE:

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido - questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Assistente Social,

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a), da pesquisa intitulada **TRABALHO, EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES COM AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO BRASILEIRO**, de responsabilidade da pesquisadora Prof^ª Dr^ª **Rosa Maria Castilhos Fernandes** e colaboração da mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS, **Júlia Aparecida Costa Martins**. O objetivo geral desta pesquisa é analisar como se dá a apreensão da relação do trabalho profissional e da educação pelos assistentes sociais egressos de Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas Federais do Rio Grande do Sul diante da conjuntura de contrarreformas no Brasil do período pós-golpe (2016-2021).

Pedimos sua colaboração para participar de um questionário online realizado pela pesquisadora, que tem como objetivos: a) Desvelar as formas de inserção profissional dos assistentes sociais egressos nos espaços socio-ocupacionais diante da conjuntura brasileira de contrarreformas; b) Conhecer os desafios e as potencialidades observadas pelos assistentes sociais egressos acerca da relação entre o trabalho profissional e a educação na conjuntura de contrarreformas no Brasil; c) Identificar as estratégias de educação permanente que os assistentes sociais egressos vivenciam para a realização do trabalho nos espaços socio-ocupacionais.

O questionário terá duração aproximada de quinze (15) minutos, no qual as respostas podem ser alteradas ao longo do preenchimento, sendo apenas a última marcação registrada para a pesquisa. Em termos de estrutura, o questionário contará com 32 perguntas, sendo 22 objetivas, 5 descritivas e 5 mistas, distribuídas em seções, conforme segue: seção 1 – perfil dos participantes (11 questões fechadas) e seção 2 - questões acerca das formas de inserção profissional (11 fechadas, 5 abertas e 5 semiabertas). Caso você tenha idade menor de 18 anos, não poderá prosseguir com o questionário, pois as questões que se seguem não serão

apropriadas a você neste momento. Caso você esteja na faixa etária com idade igual ou superior a 18 anos, você poderá prosseguir respondendo às demais questões relacionadas ao seu perfil e, posteriormente, de acordo com as seções que seguem.

As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e será mantido o sigilo de sua participação, ou seja, em nenhum momento do estudo ou do relatório final de pesquisa você será identificado, sendo garantido o sigilo e anonimato. Sua participação não é obrigatória, **a qualquer momento você pode desistir de participar, sem que isso lhe traga prejuízos, seja na relação com a pesquisadora, com a UFRGS, com a UFSM ou com a Unipampa.**

Tratando-se de uma pesquisa realizada em tempos de pandemia de Coronavírus-19, o questionário será aplicado de forma remota, seguindo as orientações da Carta Circular no 1/2021-CONEP/SECNS/MS, priorizando os espaços virtuais institucionais da Universidade Federal de Santa Maria. O ambiente virtual é considerado seguro, e as respostas dos questionários serão arquivadas e protegidas em drive específico, para acesso restrito das pesquisadoras.

Quanto aos possíveis riscos que você pode ter, compreende-se que o estudo apresenta riscos de eventuais desconfortos que você pode sentir ao falar sobre sua trajetória acadêmica e de trabalho, bem como sentimentos e lembranças que causem sofrimento por se tratarem de aspectos relativos às suas experiências de vida. Contudo, você pode, no momento em que desejar, se retirar da pesquisa e, caso ocorra alguma intercorrência ou dano decorrente do estudo, você possuirá orientação e assistência psicossocial, através da rede do Sistema Único de Saúde.

Sua participação é livre de despesas pessoais e compensação financeira. Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento psicológico e assistência médica com direito a ressarcimento de alguma despesa comprovadamente em decorrência da participação nessa pesquisa e a completa cobertura das despesas realizadas decorrentes da pesquisa de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Além disso, ainda no que se refere aos riscos, é importante ressaltar que, por se tratar de ambiente virtual, não há garantia absoluta de segurança na rede; no entanto, caso haja alguma intercorrência que ocasione quebra de sigilo do questionário e do participante, o mesmo será cancelado, podendo ser realizado em momento posterior, mediante registro na UFSM para encaminhamentos de protocolo referentes a invasões virtuais.

Como possível benefício, entende-se que o estudo pode colaborar com os debates sobre a relação entre educação e trabalho, em especial acerca da inserção profissional dos egressos de Serviço Social, a partir do cenário de contrarreformas que incidem diretamente em suas escolhas e possibilidades profissionais.

Os dados da presente pesquisa serão mantidos sob a responsabilidade da pesquisadora pelo período de 5 (cinco) anos, sendo armazenados na sala 228 do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Rua Ramiro Barcelos, 2600- Porto Alegre/RS, sendo garantida sua confidencialidade.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos ou dúvidas relativas à pesquisa, podendo a pesquisadora responsável e a colaboradora ser contatadas a qualquer momento, ou ainda, você poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo telefone (51) 3308-5698 e pelo e-mail: ceppsico@ufrgs.br.

A presente pesquisa dará origem a dissertação da estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS Júlia Aparecida Costa Martins.

Após ter sido informado sobre os objetivos da pesquisa, considero-me esclarecida/o sobre o trabalho, e aceito participar voluntariamente, entendendo que as pesquisadoras terão propriedade intelectual sobre as informações geradas com o trabalho. Estou ciente, ainda, que posso retirar este consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Ficou claro que a minha participação será somente no processo do questionário, tendo garantia do acesso às minhas respostas e dos resultados da pesquisa, e esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Expresso minha concordância com a divulgação pública dos resultados e do município participante, uma vez que recebi garantias sobre o anonimato e sigilo de minha identidade.

Participante: _____

Assinatura: _____

Data: ___/___/___.

Assinatura da Pesquisadora: _____

Pesquisadora responsável: Rosa Maria Castilhos Fernandes

Endereço: Instituto de Psicologia – Rua Ramiro Barcelos, nº 2600- Bairro Santa Cecília, Porto Alegre - RS.

Telefone: (051) 3308 5066

Assinatura da Colaboradora: _____

Colaboradora: Júlia Aparecida Costa Martins

Endereço: Instituto de Psicologia – Rua Ramiro Barcelos, nº 2600- Bairro Santa Cecília, Porto Alegre - RS. Telefone: (051) 3308 5066

Caso você concorde em participar, por gentileza, responda ao questionário a seguir.

() Concordo. Link do questionário:

() Não concordo

Gratas por sua colaboração!

APÊNDICE C – Questionário

QUESTIONÁRIO AOS ASSISTENTES SOCIAIS EGRESSOS DA PESQUISA “TRABALHO, EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES COM AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO BRASILEIRO”

SEÇÃO 1 – SOBRE O PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS EGRESSOS

E-mail: _____

1. Você estudou em qual Universidade?

- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
 Universidade Federal do Pampa (Unipampa) Outra (nesse caso, não prosseguir com o questionário)

2. Quando você se formou?

- 2021/2 2021/1 2020 2019 2018 2017 2016 2015 ou antes (caso essa seja essa a opção, não prosseguir com o questionário)

3. Qual sua faixa etária?

- Menor de 18 anos. Caso essa seja essa a opção, não prosseguir com o questionário.
 De 18 à 21 anos De 22 à 27 anos De 28 à 35 anos De 36 à 43 anos De 44 à 51 anos
 De 52 à 59 anos 60 anos ou mais

4. Qual a sua raça/etnia?

- Amarela Branca Indígena Parda Preta
 Outra: _____

5. Qual sua identidade de gênero?

- Mulher cisgênera Homem cisgênero Mulher transexual/transgênera
 Homem transexual/transgênero Não binário Prefiro não me classificar
 Prefiro não responder Outra. Especifique: _____

6. Qual sua orientação sexual?

- Heterossexual Homossexual Bissexual Pansexual Assexual
 Prefiro não me classificar Prefiro não responder Outra. Especifique qual: _____

7. Você ingressou na Universidade por meio de alguma ação afirmativa e/ou cota? (pode assinalar mais de uma opção)

- Não Sim, indígena Sim, racial (parda) Sim, racial (preta)
 Sim, renda Sim, escola pública

8. Você possui Benefício Socioeconômico (BSE) oferecido pela sua Universidade durante o período em que estava na graduação?

- Sim. Não (passe imediatamente à questão de número 10)

9. Quais desses benefícios do BSE você utilizou durante a graduação? (pode marcar mais de uma alternativa).

- Auxílio Alimentação (através do desconto nas refeições do Restaurante Universitário)
 Auxílio Transporte Auxílio Moradia (Casa do Estudante) Auxílio Inclusão Digital
 Outro. Qual? _____

10. Você exerceu alguma atividade de forma remunerada ou possuiu alguma bolsa durante a graduação? (pode assinalar mais de uma opção)

- Não Sim, trabalho (CLT) Sim, trabalho (serviço público) Sim, *freelancer*
 Sim, estágio Bolsa de Pesquisa Bolsa de Extensão
 Bolsa PRAE Outra atividade. Qual? _____

11. A sua renda familiar em salários mínimos (SM⁴²) é de:

- Até 1 SM Superior a 1 SM até 2 SM Superior a 2 SM até 3 SM Superior a 3 SM até 4 SM
 Superior a 4 SM até 5 SM Superior a 5 salários mínimos. Quantos? _____

SEÇÃO 2 – SOBRE AS FORMAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS EGRESSOS**12. Você possuía algum planejamento para a carreira profissional durante a graduação/logo após a formatura?**

- Não Sim, concurso público Sim, Residência Multiprofissional
 Sim, alguma especialização ou mestrado Sim, setor privado (empresa / indústria)
 Sim, Organização da Sociedade Civil (OSC) (iniciativa privada de interesse público)
 Sim, a oportunidade que surgiu Outro. Qual? _____

13. Você alcançou seus objetivos profissionais? (pode assinalar mais de uma alternativa)

- Sim, trabalho / trabalhei onde planejei Sim, desempenho /desempenhei os estudos que planejei
 Não, estou desempregado
 Não, estou trabalhando em um local onde não possuo realização pessoal/profissional
 Não, mas estou me qualificando para tal Não, já mudei de expectativa
 Não, não quero mais trabalhar com o Serviço Social Não possuo objetivo profissional

14. Você ingressou no trabalho após a formatura?

- Sim, ingressei imediatamente. Sim, ingressei em até seis meses.
 Sim, mas levei mais de seis meses e menos de um ano para me inserir.
 Sim, mas levei mais de um ano para me inserir.
 Não me inserir no mercado profissional até o momento

15. Em sua opinião, as contrarreformas⁴³ do Estado brasileiro apresentaram algum impacto na educação/formação? Não Sim. Por quê? _____**16. Em sua opinião, as contrarreformas do Estado brasileiro interferiram no seu planejamento profissional/ inserção profissional enquanto você era estudante/recém formado?**

- Não Sim. Por quê? _____

17. Em sua opinião, você considera importante a discussão sobre a relação entre a conjuntura de contrarreformas e a inserção no trabalho em Serviço Social?

- Não Sim. Por quê? _____

18. Você desempenha alguma atividade, remunerada ou não (estudo ou trabalho), no âmbito do Serviço Social atualmente? Não Sim. Qual (is)/onde? _____**19. Em quais locais no âmbito do Serviço Social você teve experiência depois de formado (a)?** _____

- Não tive experiência, remunerada ou não, no âmbito do Serviço Social, desde que me formei

20. Você exerce alguma atividade de forma remunerada?

- Não (passar para a pergunta de número 28) Sim, trabalho (CLT) Sim, trabalho (serviço público)
 Sim, *freelancer* Sim, estágio pós-graduação Sim, mestrado com bolsa
 Sim, doutorado com bolsa Sim, Residência Multiprofissional Outra atividade. Qual? _____

21. Qual a faixa de sua remuneração?

- Até 1 SM Entre 1 e 3 SM Entre 3 e 5 SM Entre 5 e 8 SM Acima de 8 SM

⁴² Considerando o valor do salário mínimo vigente de R\$ 1.212,00.

⁴³ As contrarreformas podem ser compreendidas como um conjunto de medidas cuja finalidade se direciona ao desmonte das políticas sociais por meio de ações institucionalizadas e positivadas pelo Estado, a exemplo da Reforma Trabalhista (2017), da Reforma Previdenciária (2019) e da Reforma Administrativa (ainda em processo de tramitação no Congresso Nacional).

22. Em que política/área você trabalha? (pode assinalar mais de uma opção)

- Não trabalho atualmente no âmbito do Serviço Social Assistência Social
 Saúde Previdência Educação
 Organização da Sociedade Civil (OSC) (iniciativa privada de interesse público)
 Setor privado (empresa / indústria) Instituição pública municipal Instituição pública estadual
 Instituição pública federal Outra. Especificar: _____

23. Em sua opinião, as contrarreformas do Estado brasileiro apresentam algum impacto no seu trabalho profissional? Não (passar para a pergunta de número 23) Sim. Por quê? _____**24. Quais contrarreformas você identifica enquanto fator que impacte no seu trabalho profissional?** _____**25. Você vivencia experiências de Educação Permanente⁴⁴ no seu trabalho atualmente?**

- Sim Não Às vezes

26. Cite um exemplo de experiência de Educação Permanente no seu trabalho: _____

- Não conheço nenhuma experiência de educação permanente

27. Quais são as aprendizagens que você considera importantes de serem desenvolvidas para o seu trabalho profissional. Assinale as 3 mais relevantes.

- Trabalho com família Crianças, adolescentes e juventudes Intersetorialidade
 Movimentos sociais Povos e comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, indígenas)
 Idoso Estudantes na educação Outros. Quais? _____

28. No seu entendimento, quais são os principais desafios presentes na relação entre o trabalho profissional e a educação? _____**29. No seu entendimento, quais são as principais potencialidades presentes na relação entre o trabalho profissional e a educação?** _____**30. Você tem alguma expectativa de inserção profissional atualmente?**

- Não, estou realizado no trabalho que desempenho hoje no âmbito do Serviço Social
 Não, estou realizado com o trabalho que desempenho em área diferente do Serviço Social
 Sim, pretendo desenvolver carreira no local onde trabalho
 Sim, pretendo trocar de emprego assim que tiver oportunidade
 Sim, pretendo concluir os estudos e me inserir profissionalmente
 Sim, pretendo migrar para um emprego em que tenha mais remuneração
 Sim, pretendo migrar para um emprego que tenha melhor carga horária
 Sim, pretendo migrar para um emprego com melhores condições de trabalho em geral
 Sim, pretendo migrar para um emprego no âmbito do Serviço Social
 Outra. Qual? _____

31. Você almeja trabalhar em alguma política/área específica? (pode assinalar mais de uma opção)

- Não trabalho atualmente no âmbito do Serviço Social Assistência Social Saúde
 Previdência Educação
 Organização da Sociedade Civil (OSC) (iniciativa privada de interesse público)
 Setor privado (empresa / indústria) Instituição pública municipal Instituição pública estadual
 Instituição pública federal Outra. Especificar: _____

32. Qual a expectativa de salário que você ainda pretende alcançar?

- Já ganho o que almejava Não me preocupo com a faixa salarial necessariamente
 Até 1 SM Entre 1 e 3 SM Entre 3 e 5 SM Entre 5 e 8 SM
 Entre 8 e 10 SM Entre 10 e 15 SM Acima de 15 SM

⁴⁴ De forma geral, entende-se por Educação Permanente as experiências de aprendizagem que estabelecem no âmbito do trabalho.

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido – Grupo Focal

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GRUPO FOCAL

Prezado (a) Assistente Social,

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a), da pesquisa intitulada **TRABALHO, EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES COM AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO BRASILEIRO**, de responsabilidade da pesquisadora Prof^a Dr^a **Rosa Maria Castilhos Fernandes** e colaboração da mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS, **Júlia Aparecida Costa Martins**. O objetivo geral desta pesquisa é analisar como se dá a apreensão da relação do trabalho profissional e da educação pelos assistentes sociais egressos de Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas Federais do Rio Grande do Sul diante da conjuntura de contrarreformas no Brasil do período pós-golpe (2016-2021).

Pedimos sua colaboração para participar de um Grupo Focal realizado pela pesquisadora, que tem como objetivos: a) Desvelar as formas de inserção profissional dos assistentes sociais egressos nos espaços socio-ocupacionais diante da conjuntura brasileira de contrarreformas; b) Conhecer os desafios e as potencialidades observadas pelos assistentes sociais egressos acerca da relação entre o trabalho profissional e a educação na conjuntura de contrarreformas no Brasil; c) Identificar as estratégias de educação permanente que os assistentes sociais egressos vivenciam para a realização do trabalho nos espaços socio-ocupacionais.

O grupo focal terá duração máxima de 1h30min. As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e será mantido o sigilo de sua participação, ou seja, em nenhum momento do estudo ou do relatório final de pesquisa você será identificado, sendo garantido o sigilo e anonimato. Sua participação não é obrigatória, **a qualquer momento você pode desistir de participar, sem que isso lhe traga prejuízos, seja na relação com a pesquisadora, com a UFRGS, com a UFSM ou com a Unipampa.**

Tratando-se de uma pesquisa realizada em tempos de pandemia de Coronavírus-19, o

grupo focal será realizado de forma remota síncrona por meio da plataforma *Google Meet*, seguindo as orientações da Carta Circular no 1/2021-CONEP/SECNS/MS, priorizando os espaços virtuais institucionais da Universidade Federal de Santa Maria. O ambiente virtual é considerado seguro, e as respostas do grupo focal, mediante mecanismo de gravação autorizado pelos participantes, serão arquivadas e protegidas em drive específico, para acesso restrito das pesquisadoras.

Quanto aos possíveis riscos que você pode ter, compreende-se que o estudo apresenta riscos de eventuais desconfortos que você pode sentir ao falar sobre sua trajetória acadêmica e de trabalho, bem como sentimentos e lembranças que causem sofrimento por se tratarem de aspectos relativos às suas experiências de vida. Contudo, você pode, no momento em que desejar, se retirar da pesquisa e, caso ocorra alguma intercorrência ou dano decorrente do estudo, você possuirá orientação e assistência psicossocial, através da rede do Sistema Único de Saúde.

Sua participação é livre de despesas pessoais e compensação financeira. Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento psicológico e assistência médica com direito a ressarcimento de alguma despesa comprovadamente em decorrência da participação nessa pesquisa e a completa cobertura das despesas realizadas decorrentes da pesquisa de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Além disso, ainda no que se refere aos riscos, é importante ressaltar que, por se tratar de ambiente virtual, não há garantia absoluta de segurança na rede; no entanto, caso haja alguma intercorrência que ocasione quebra de sigilo do grupo focal e do participante, o mesmo será cancelado, podendo ser realizado em momento posterior, mediante registro na UFSM para encaminhamentos de protocolo referentes a invasões virtuais.

Como possível benefício, entende-se que o estudo pode colaborar com os debates sobre a relação entre educação e trabalho, em especial acerca da inserção profissional dos egressos de Serviço Social, a partir do cenário de contrarreformas que incidem diretamente em suas escolhas e possibilidades profissionais.

Os dados da presente pesquisa serão mantidos sob a responsabilidade da pesquisadora pelo período de 5 (cinco) anos, sendo armazenados na sala 228 do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Rua Ramiro Barcelos, 2600- Porto Alegre/RS, sendo garantida sua confidencialidade.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos ou dúvidas relativas à pesquisa, podendo a pesquisadora responsável e a colaboradora ser contatadas a qualquer momento, ou ainda, você poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo telefone (51) 3308-5698 e pelo e-mail: ceppsico@ufrgs.br.

A presente pesquisa dará origem a dissertação da estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS Júlia Aparecida Costa Martins.

Após ter sido informado sobre os objetivos da pesquisa, considero-me esclarecida/o sobre o trabalho, e aceito participar voluntariamente, entendendo que as pesquisadoras terão propriedade intelectual sobre as informações geradas com o trabalho. Estou ciente, ainda, que posso retirar este consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Ficou claro que a minha participação será somente no processo do questionário, tendo garantia do acesso às minhas respostas e dos resultados da pesquisa, e esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Expresso minha concordância com a divulgação pública dos resultados e do município participante, uma vez que recebi garantias sobre o anonimato e sigilo de minha identidade.

Participante: _____

Assinatura: _____

Data: ___/___/___.

Assinatura da Pesquisadora: _____

Pesquisadora responsável: Rosa Maria Castilhos Fernandes

Endereço: Instituto de Psicologia – Rua Ramiro Barcelos, nº 2600- Bairro Santa Cecília, Porto Alegre - RS.

Telefone: (051) 3308 5066

Assinatura da Colaboradora: _____

Colaboradora: Júlia Aparecida Costa Martins

Endereço: Instituto de Psicologia – Rua Ramiro Barcelos, nº 2600- Bairro Santa Cecília, Porto Alegre - RS. Telefone: (051) 3308 5066

Gratas por sua colaboração!

APÊNDICE E – Roteiro

ROTEIRO DE REALIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL COM OS ASSISTENTES SOCIAIS EGRESSOS FORMADOS PELA UFRGS, UFSM E UNIPAMPA ENTRE 2016 E 2021.

- 1) Apresentação dos objetivos da pesquisa e da importância do grupo focal;
- 2) Como vocês entendem a relação entre o trabalho profissional e a educação (formação superior em Serviço Social) para a apreensão das contrarreformas? Vocês tiveram contato com a temática sobre as contrarreformas nas diferentes disciplinas de formação acadêmica durante a graduação?
- 3) Para vocês, qual pode ser o papel da educação permanente diante das contrarreformas?
- 4) Finalização e agradecimento pela participação de todos.